

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ANA CARLA DE OLIVEIRA PINHEIRO

GÊNERO E SEGURANÇA PÚBLICA:

UMA ANÁLISE DA AÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

“PROJETO MULHERES DA PAZ”

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

Maio - 2013

ANA CARLA DE OLIVEIRA PINHEIRO

**GÊNERO E SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA ANÁLISE DA AÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
“PROJETO MULHERES DA PAZ”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lana Lage da Gama Lima.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Maio – 2013

Dissertação intitulada *Gênero e Segurança Pública: Uma Análise da Ação de Segurança Pública “Projeto Mulheres da Paz”*, elaborada por Ana Carla de Oliveira Pinheiro e Apresentada publicamente perante a Banca Examinadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Mestrado em Sociologia Política, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Aprovada em: 04/03/2013.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Lana Lage da Gama Lima (orientadora)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Sérgio Azevedo

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Mendes de Miranda

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr.^a Maria Beatriz Nader

Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho a minha família, meus amores incondicionais.

AGRADECIMENTOS

Venci mais uma etapa e não teria conseguido sozinha, por isso, esta é a melhor parte desta dissertação e também a mais difícil, pois, corro o risco de cometer alguma injustiça esquecendo-me de alguém que tenha contribuído comigo em mais esta vitória. Desde já me desculpo pelas possíveis omissões.

Primeiramente, tenho que agradecer à luz que me anima diariamente e que permitiu que tudo isso acontecesse, obrigada meu Deus. E, aos meus pais por me aceitarem em seu seio me dando amor e zelando para que eu me tornasse uma pessoa de bem, especialmente, minha mãe que com sua singeleza e força me comove e me surpreende.

Aos meus queridos irmãos Andréia, Gustavo, Patrícia, Rafael (*in memoriam*), Tiago, Eduardo, Rayssa e Tayssa, amores inquestionáveis da minha vida. Aos meus lindos e amados sobrinhos que foram saudades constantes em meu coração durante todo esse período, amo todos vocês.

A família: tios, tias, primos e primas, cunhados. A todos que torcem por mim.

Ao meu querido Rogério Rodrigues que compartilhou comigo parte desta trajetória me possibilitando dar um novo rumo à minha vida, me abrindo horizontes e me dando forças em minhas dificuldades e, o mais importante de tudo, mesmo sem entender as minhas inúmeras confusões me cedeu sua atenção e ouvidos para aplinar minhas angústias, muito obrigada.

Aos companheiros do mestrado Rondinele Ribeiro, Anízio Pirozzi, Lívia Badaró, José Henrique Crisóstomo, Cristiane de Cássia Abreu e, especialmente, aos meus queridos parceiros que se tornaram amigos do peito Flavílio da Silva Pereira e Rafael França. Ambos dividindo comigo angústias, aflições, dúvidas e dívidas, livros e discos, perrengues e alegrias... Obrigada meus queridos jamais conseguirei expressar em palavras a gratidão que tenho para com vocês.

À FAPERJ que possibilitou este empreendimento financiando meus projetos e me oportunizando este título juntamente com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e, à equipe do Núcleo de Estudos e Exclusão da Violência (NEEV).

Aos professores da UENF que contribuíram para aguçar em mim a necessidade de estudar e trabalhar em prol do crescimento da disciplina, muito obrigada.

À minha orientadora que me educou como a uma filha, me ensinando e dando o corretivo no momento certo e alertando e defendendo dos perigos da selva acadêmica. Obrigada Lana Lage da Gama Lima, por me ensinar a responsabilidade que a pesquisa científica e a escrita encerram e por compartilhar comigo um pouco do seu grandioso instrumental intelectual e científico. Espero ter feito jus ao esforço empreendido. Pelas broncas que me deixaram sem chão, mas que derrubaram estruturas sem alicerces para construir um conhecimento sólido e seguro. Obrigada.

Aos professores da banca de qualificação que me indicaram os caminhos mais prósperos pra orientar meu trabalho apontando suas fragilidades e potencialidades, Ana Paula Miranda, Vivian Paes e Yolanda Lobo.

Aos meus entrevistados, que mais que informantes, foram meus companheiros de jornada, por isso meus agradecimentos às equipes dos projetos Mulheres da Paz e Protejo: ao gestor Robson Rangel, à Secretária Adjunta da SEMDES Karideny Modenesi que me oportunizou a experiência, ao Secretário de Defesa Social de Vila Velha que sempre me tratou com o respeito e a solicitude que um pesquisador almeja encontrar no campo. De modo mais especial e carinhoso, minha eterna gratidão às minhas queridas “mulheres da paz” de Terra Vermelha que estarão eternamente no meu coração.

Ao meu querido amigo e professor Francisco Albernaz que acredita em mim mais do que eu mesma e, sabendo do seu brilhantismo fico mais que lisonjeada ainda por esse carinho e apoio.

Meu inestimável amigo Deivison Souza Cruz, a quem devo grande parte de minha trajetória acadêmica, pois, ele mais que ninguém apoiou esta empreitada, além de me inserir na pesquisa científica contribuindo com seu rico conhecimento para me ajudar a delinear os meus passos nesta seara. E ainda, me agraciava com sua generosidade ao elevar meu ânimo nos momentos de desespero, obrigada.

Ao professor Geraldo que contribuiu para que eu compreendesse o que é ser um cientista social ultrapassando os limites do “achismo” e de um senso comum disfarçado de ciência: tem sido uma valiosa e grata experiência estar trabalhando com você.

Agora, àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu sucesso incentivando-me ou compartilhando comigo seus conhecimentos, sendo o acalanto nos momentos de maior ansiedade e me alegrando nos momentos de tristeza. Bernadete Braga, Amanda Cabral, Simone de Jesus, Alessandro Guimarães, Ariane Meirelles, Aurora Cristina,

Cristiane Batista, Fabrício Costa. A lista ainda é muito grande e não conseguirei findá-la neste espaço simbólico dos agradecimentos, pois, muitos foram aqueles com quem compartilhei ideias, leituras e devaneios, mas fica registrada a minha gratidão a todos aqueles que comigo torceram, contribuíram e partilharam deste processo. Obrigada

Viver é sempre dizer aos outros que eles são importantes.
“Que nós os amamos, porque um dia eles se vão e ficaremos
com a impressão de que não os amamos o suficiente”.

Chico Xavier (Tiago Leite)

RESUMO

GÊNERO E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO “PROJETO MULHERES DA PAZ” DE TERRA VERMELHA - VILA VELHA/ES

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Este trabalho é resultado do estudo realizado sobre o Projeto Mulheres da Paz desenvolvido na região de Terra Vermelha, no município de Vila Velha/ ES. Esse projeto foi uma ação de segurança pública do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O Projeto Mulheres da Paz foi à ação de número 61 do conjunto de noventa e quatro ações do PRONASCI e teve por objetivo capacitar mulheres com perfil de liderança para construir redes comunitárias e sociais para a prevenção e enfrentamento das violências nas regiões atendidas pelo programa. A principal finalidade do projeto foi promover a aproximação dessas mulheres aos jovens de sua comunidade para encaminhá-los a projetos sociais, prioritariamente o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO), que também foi uma ação do programa. Sendo o projeto uma política com recorte de gênero, este conceito foi adotado para analisar os conflitos e tensões gerados a partir de suas contradições internas: o reforço das representações tradicionais de gênero presentes em suas diretrizes e a promoção da cidadania feminina. E, de modo mais específico, a descrição do contexto social no qual se inscreveu essa política, através da análise das ações e representações dos seus operadores, para compreender as características adquiridas no seu desenvolvimento naquela localidade, com o objetivo de identificar semelhanças e especificidades entre os pressupostos formais do projeto e sua execução real a partir da hipótese teórica de como a cultura influencia a execução das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: PRONASCI - Projeto Mulheres da Paz – Gênero - Políticas Públicas.

ABSTRACT

GENDER AND PUBLIC SAFETY: AN ANALYSIS OF "PROJETO MULHERES DA PAZ" OF TERRA VERMELHA – VILA VELHA / ES.

This work is the result of the study on the “Projeto Mulheres da Paz” developed in the region of Terra Vermelha, in the municipality of Vila Velha / ES. This project was an action of public safety of the National Public Security and Citizenship (PRONASCI). The “Projeto Mulheres da Paz” was the action number 61 of the set of ninety-four PRONASCI and actions aimed to empower women with leadership to build community and social networks for preventing and addressing violence in the regions served by the program. The main purpose of the project was to promote the approach to these young women in their community to refer them to social projects, primarily the Protection Project in Territory Vulnerable Youth (PROTECT), which was also an action program. Being design a policy with a gender, this concept was adopted to analyze the conflicts and tensions generated from its internal contradictions: the reinforcement of traditional gender representations present in their guidelines and promotion of female citizenship. And, more specifically, the description of the social context in which this policy was signed by analyzing the actions and representations of their operators to understand the characteristics acquired in its development in that area, in order to identify similarities and specificities between the formal prerequisites of the project and its actual execution from the theoretical hypothesis of how culture influences the implementation of public policies.

KEYWORDS: PRONASCI - Women's Peace Project - Gender - Public Policy.

LISTA DE SIGLAS

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

CCS - Conselho Comunitário de Segurança

CONASP - Conselho Nacional de Segurança Pública

CONSEG - Conferência Nacional de Segurança Pública

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CUFA - Central Única das Favelas

DEPAID - Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

GEPOL - Gerência de Políticas de Segurança

GGIM - Gabinete de Gestão Integrada Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MJ - Ministério da Justiça

MP - Medida Provisória

PCC - Primeiro Comando da Capital

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNSP - Plano Nacional de Segurança Pública

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança com Cidadania

PROTEJO - Projeto de Proteção do Jovem em Território Vulnerável

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos

SIMPaz - Sistema Nacional do Projeto Mulheres da Paz

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUSP - Sistema Único de Segurança Pública

SEMDES - Secretaria Municipal de Defesa Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
A Inserção no campo	15
A pesquisa	20
Estrutura do trabalho	22
CAP.I AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL: mudanças conceituais	24
1.1. Os três paradigmas da segurança pública	24
1.2. As políticas públicas de segurança no Brasil: um plano, projeto e um programa ..	28
1.2.1. O Plano Nacional de Segurança Pública (2000)	30
1.2.2. O Projeto Segurança Pública para o Brasil (2003)	32
1.2.3. O Programa nacional de Segurança Pública com Cidadania/PRONASCI	34
CAP. II Projeto Mulheres da Paz: estratégias e críticas	41
2.1. A Ação Número 61 do PRONASCI: o Projeto Mulheres da Paz	41
2.1.1. A Medida Provisória 384/2007 e a Lei 11.530/08	42
2.1.2. A Medida Provisória 416 /2008 e a Lei 11.707/08	43
2.2. Processos constituintes: a formalização do projeto no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASPS).	45
2.3. O ativismo das mulheres de comunidade	47
2.4. O percurso metodológico da elaboração do projeto mulheres da paz	48
2.4.1. Como surgiu a proposta do Projeto Mães da Paz	48
2.4.2. As técnicas: reuniões, questionários e o grupo focal	49
2.4.3. A contribuição do Espírito Santo nessa experiência: o Grupo Focal nº 16	52
2.4.4. O nome: uma importante questão	53
2.5. O Projeto Mulheres da Paz e a cidadania feminina: a crítica feminista	57
CAP.III A influência do contexto cultural de Terra Vermelha no desenvolvimento do Projeto Mulheres da Paz	59

3.1. A ação do Projeto Mulheres da Paz na Região de Terra Vermelha	59
3.1.1. Cultura da Paz: as propostas da ação	60
3.1.2. A paz sem voz: os desafios da ação das “Mulheres da Paz	62
3.2. A metodologia do Projeto Mulheres da Paz	71
3.2.1. Os conteúdos da capacitação	72
3.2.2. A aplicação dos temas da capacitação ao cotidiano das mulheres da paz	75
CAP.IV A relação das mulheres a paz com a comunidade: a dinâmica da ação.	81
4.1. Os dilemas do projeto: as mulheres entre um ideal e um emprego	84
4.2. As dificuldades institucionais: o reconhecimento de outros órgãos do poder público em relação as ações das Mulheres da Paz em Vila Velha.....	90
4.3. Uma ação social dentro de uma política de segurança pública: como se conjugaram essas perspectivas.....	91
4.3.1. O Projeto Mulheres da Paz e o PROTEJO: uma análise dessa relação em Terra Vermelha.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS - lista.	115
ANEXO I - Mapa da região de Terra Vermelha.	116
ANEXO II - Folheto de divulgação do projeto.....	117
ANEXO III - Programa da capacitação	118
ANEXO IV - Roteiro de entrevistas	122
ANEXO V – Roteiro do Grupo Focal	124
ANEXO VI- Questionário aplicado aos jovens do PROTEJO.....	126

INTRODUÇÃO

Escrever este trabalho foi um desafio difícil, mas muito valioso, pois, me confrontou com minha fragilidade na área de conhecimentos da Antropologia e me inseriu em um novo campo de trabalho: o dos estudos de gênero e das representações sociais.

Cheguei ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), depois de atuar como operadora de uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), o Projeto Mulheres da Paz, experiência que embasou o pré-projeto que foi aceito na linha de pesquisa *Segurança Pública, Exclusão Social, Violência e Administração Institucional de Conflitos*.

Na proposta inicial minha intenção era investigar a eficiência do programa como política de segurança do município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Com uma visão estritamente normativa, não observei a impropriedade deste recorte em razão do PRONASCI, em Vila Velha, ter sido composto de quase trinta ações, a maioria delas muito diversa entre si, acarretando numa proposta ampla demais para os propósitos de uma dissertação.

Assim, por orientação da banca de qualificação do projeto, formada pelas professoras Lana Lage da Gama Lima – minha orientadora -, Ana Paula Mendes de Miranda, Vivian Paes e Yolanda Lobo, recorri a um processo de resgate das reminiscências de minha experiência na ação, o que se apresentou como um objeto de estudo interessante e academicamente relevante.

A partir de então, os problemas passaram a ser de outra natureza, ou seja, tive muitas dificuldades em transpor o *status* de operadora para o de pesquisadora, pois, a proximidade com o objeto gerou grande identificação com ele, o que de acordo com Durham (1986:33) “certamente é necessária porque, sem ela, é impossível apreender ‘de dentro’ as categorias culturais com as quais a população articula sua experiência da vida social e ordena sua prática coletiva (...)”, mas, com o inconveniente de incorrer no erro de permitir que essa identificação me fizesse explicá-lo “através de categorias ‘nativas’ em vez de explicar essas categorias através da análise antropológica (DURHAM, *op. cit.*)”.

Ter trabalhado no projeto me abriu muitas possibilidades e facilidades para a construção dos dados, mas, também me trouxe importantes dificuldades epistemológicas, pois, reproduzia e me mantinha presa às categorias e construções nativas sem problematizá-las adequadamente, conforme exige a tarefa científica.

Nesse momento, o trabalho de minha orientadora foi fundamental para me ajudar na correção dos equívocos da pesquisa e a construir novos referenciais analíticos para a compreensão do objeto, que se deu por meio dos conceitos de gênero e de representações sociais. Contribuindo, principalmente, para que eu desenvolvesse o necessário estranhamento do campo de trabalho, o que se constituiu num exercício premente, justamente pela dificuldade de perceber que “o que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e que o que não vemos e *encontramos* pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido (VELHO, 1978, p.39)”. Foi um processo de reeducação do meu olhar de pesquisadora, enviesado pela experiência empírica no projeto.

Adotando a teoria antropológica como ferramenta teórica, meu empreendimento científico consistiu em interpretar as práticas dos agentes do projeto Mulheres da Paz, por meio da análise das representações sociais¹ e contradições presentes na concepção do projeto, sendo auxiliada para isso por minha experiência pregressa como coordenadora da equipe multidisciplinar do referido projeto.

Superadas as questões epistemológicas, compreendi a relevância teórica e científica da pesquisa ao identificá-la como um importante espaço de intercessão entre a antropologia e os temas da segurança pública, respaldada na afirmação de Miranda (2007:1) de que a *Antropologia tem contribuído para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas, enfocando a temática da segurança pública e direitos humanos*.

A Inserção no Campo

Minha história com o projeto Mulheres da Paz começou em agosto de 2009, quando fui convidada pela secretária-adjunta da Secretaria Municipal de Defesa Social (SEMDES), do município de Vila Velha para coordená-lo.

Ele foi implementado no âmbito da Gerência de Políticas de Segurança (GEPOL), órgão vinculado àquela secretaria, sendo a primeira ação² do PRONASCI a ser realizada naquela região destinada a ser o Território de Paz³, em Vila Velha.

¹ Conceito a partir do qual se concebe que a realidade é construída culturalmente e que as representações do mundo social é que são os elementos constitutivos da realidade social (CHARTIER, 1985). O que significa que as representações *interiorizam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam “esquemas de percepção e de apreciação” que informam sua ação [embora] não gerem nem construam o mundo social* (CARDOSO, 2000, p. 19).

² A primeira ação do PRONASCI implantada no município foi o GGIM, mas o Projeto Mulheres da Paz foi à primeira ação social implantada em Terra Vermelha.

Mas somente em novembro de 2009, houve a contratação e formação da equipe multidisciplinar, pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, sendo composta, coincidentemente, somente por mulheres. Ela foi formada por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga, uma advogada, uma auxiliar de serviços gerais, e duas assistentes administrativas. De parte da prefeitura foram designadas duas profissionais, do quadro de funcionários efetivos para o acompanhamento e monitoramento das ações do programa no território. Ao final, foi formada uma equipe com nove pessoas diretamente ligadas ao projeto. Naquele mesmo mês, realizamos a divulgação, inscrição e seleção das vinte e cinco “mulheres da paz” que atuariam nas comunidades. Ocorrendo ainda, no mesmo período, a aula inaugural⁴, ocasião em que se nomeou a primeira-dama do município como a madrinha do projeto, uma “inovação” de Vila Velha, e que deu um caráter político à ação ao vinculá-la diretamente ao prefeito da cidade.

Essa questão foi importante porque, no município, a disputa político-eleitoral era muito acirrada e a maioria das ações dos órgãos públicos estava sempre revestida por interesses dessa natureza, por isso, quando a equipe foi contratada a principal orientação, por parte do gestor do projeto, foi de que se deveria ter cuidado com essas questões e que não se permitisse que o projeto e as “mulheres da paz” fossem usados com fins políticos.

Nos meses subsequentes seguimos com o cumprimento do programa elaborado pela GEPOL, com as oficinas do curso Promotoras Legais Populares⁵ e a realização, no mês de dezembro, de uma ação comunitária denominada “Café da Paz”.⁶

Em fevereiro de 2010, me desliguei do projeto vindo para a universidade cursar os estudos do mestrado. A forma tranquila de minha saída possibilitou um fácil acesso às pessoas e documentos para a realização da pesquisa.

³ Os territórios de paz são as localidades que recebem o conjunto dos cinco projetos prioritários do PRONASCI, a saber: o GGIM, o Mulheres da Paz, o PROTEJO, os Conselhos Comunitários de Segurança e a Polícia Comunitária. Voltaremos a esta questão no Capítulo I.

⁴ Solenidade que marcava o início da ação do Projeto Mulheres da Paz nas regiões que recebem os projetos do PRONASCI.

⁵ Nome dado ao curso de capacitação oferecido às mulheres selecionadas para participar do projeto Mulheres da Paz.

⁶ Essa foi a primeira ação comunitária do projeto, e teve como objetivo garantir a continuidade de seu trabalho em Terra Vermelha, conforme veremos no capítulo II desta dissertação .

Assim, no retorno em junho de 2010⁷, agora como pesquisadora, houve uma boa recepção por parte da equipe multidisciplinar, e mais ainda pelas “mulheres da paz”, que reclamavam questionando se após o término do mestrado retornaríamos à coordenação do projeto.

A sede do projeto havia mudado de lugar e estava com uma estrutura mais adequada à realização das atividades, estabelecendo-se num local que chamavam de “Casa Azul”.⁸

Nossa chegada ao novo local foi recepcionada por um grupo de cerca de oito “mulheres da paz” e por toda a equipe de operadores. Nessa ocasião conversamos coisas cotidianas: como estava à vida em Campos dos Goytacazes, como eram o curso e as aulas; enquanto nós buscamos saber sobre a rotina do projeto, mas sem aprofundamentos, pois, embora todos tenham sido muito receptivos e solícitos, com nosso novo papel naquele espaço, não sentimos o momento propício para entrar em pormenores do projeto.

Depois disso, retornamos ao local no mês de agosto, e a sede do projeto já havia mudado novamente: estavam agora num espaço que chamavam de “Casa Amarela”, que era bem distante do Território PRONASCI, embora ainda na região de Terra Vermelha⁹. No período da pesquisa exploratória, mantivemos uma periodicidade de visitas a Casa PRONASCI¹⁰, com intervalos de dois meses, para observar e conversar com as pessoas de forma espontânea.

O Projeto de Proteção ao Jovem em Território Vulnerável (PROTEJO),¹¹ começou em agosto de 2010, sob a coordenação da equipe multidisciplinar do Projeto “Mulheres da Paz”,

⁷ Período em que iniciamos a pesquisa exploratória.

⁸ Quando atuei como coordenadora, os problemas estruturais da sede foi uma coisa que tivemos que administrar constantemente em razão da precariedade dos espaços. As primeiras atividades começaram numa sala cedida por uma escola municipal da região onde também funcionava o Conselho Tutelar e, portanto, o lugar era totalmente inadequado em razão do barulho e dos transtornos. Ainda, sem lugar para acomodar os materiais e documentos era necessário que fossem transportados diariamente para a GEPOL. Depois, nos foi cedida uma sala na Avenida Central de Terra Vermelha, e lá tínhamos o transtorno do calor e do abafamento que fazia às vezes as pessoas se sentirem mal, além disso, era um espaço pequeno e algumas mulheres levavam seus filhos o que às vezes incomodava. A nova sede acomodava uma estrutura mais adequada.

⁹ A “Casa Azul” era localizada no bairro Ulisses Guimarães e, a “Casa Amarela” ficou sediada no bairro “Cidade da Barra”, vide mapa da região em anexo.

¹⁰ A sede dos projetos recebeu as denominações de Casa Amarela e de Casa Azul (de acordo com as cores dos prédios), mas ao final ficou conhecida como Casa PRONASCI, termo que também usarei a partir de então.

¹¹ O Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO) é um projeto no âmbito PRONASCI que propõe prestar assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana, tendo como foco a formação da cidadania desses jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais buscando resgatar sua autoestima e permitam que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades. Falaremos um pouco mais sobre ele no Capítulo I.

estando em processo à contratação da equipe técnica do projeto dos jovens. Ambos funcionaram no mesmo espaço da Casa PRONASCI.

O vínculo empregatício da equipe multidisciplinar do projeto Mulheres da Paz terminou em outubro daquele ano¹², um momento em que as “Mulheres da Paz” ainda exerciam ativamente suas ações no território. A saída da equipe multidisciplinar deixou-as sem referências e mediação institucional, enfraquecendo suas ações na comunidade. Por consequência, isso resultou num afastamento gradativo das mulheres do projeto.

Neste interstício, as atividades do PROTEJO já estavam em pleno funcionamento e, ao contrário, do que se previa nas diretrizes de ambos os projetos, não houve articulação entre as “Mulheres da Paz” e o PROTEJO, o que foi agravado com a saída da equipe multidisciplinar.

Notaremos neste trabalho que o objetivo da ação das “Mulheres da Paz” era sua atuação junto ao PROTEJO, contudo, em Terra Vermelha, essa relação teve peculiaridades que os afastaram notoriamente.

Pude constatar em minhas observações, que as “Mulheres da Paz” desenvolviam suas tarefas e os jovens as deles sem ocorrerem efetivas interações entre as mulheres e a equipe do PROTEJO; nem das mulheres com os jovens - ressalvados dois ou três eventos culturais. E, a entrada da nova equipe do PROTEJO trouxe para as mulheres um sentimento de que haviam perdido o seu espaço, que foi expresso em relatos de que o novo projeto não lhes garantiu acesso pleno a Casa PRONASCI.

Em substituição à equipe multidisciplinar, para dar continuidade ao projeto, foi designada uma funcionária da SEMDES que o exercia como cargo comissionado¹³. No entanto, essa substituição não trouxe benefícios para as mulheres, pois, a nova funcionária, que ficou na função de coordenadora, desconhecia o projeto completamente e não conseguiu agregar novamente as mulheres, além disso, como estava muito ligada à equipe do PROTEJO concentrou suas ações em colaborar com este último, ficando sua atuação restrita a convocação das mulheres para participação em reuniões.

¹² Com a saída da equipe multidisciplinar ficou somente a profissional de pedagogia porque estava no período final de sua gestação, contudo, ela passou a dedicar-se às tarefas do PROTEJO.

¹³ Esse foi mais um exemplo da interferência política nas questões do município, conforme já indicado, pois, além de não possuir as qualificações para o exercício da função que estavam descritas no Termo de Referência norteadores do projeto, e desconhecê-lo completamente, a nova coordenadora admitiu que conseguiu a vaga por indicação do vereador de seu bairro que lhe havia prometido um cargo comissionado.

Com efeito, em decorrência dessa situação, as mulheres foram se afastando, comparecendo a Casa somente quando eram convocadas pela nova equipe¹⁴ ou pelo gestor para reuniões que eram frequentemente desmarcadas ou começavam com atraso, fato este que gerava insatisfação e desmotivação nas mulheres.

Sentindo-se expropriadas do espaço e sem um posicionamento da gestão municipal sobre a continuidade do projeto, as mulheres remanescentes seguiram tocando suas tarefas cotidianas, mantendo-se ligadas ao projeto pela expectativa de retorno das atividades, pois, o gestor juntamente com a primeira-dama indicavam que haveria o “Mulheres 2”, um projeto com a mesma concepção do primeiro, mas que seria implantado pela prefeitura, com previsão de seleção de mais duzentas e cinquenta (250) mulheres. Expectativa que se desfez com o passar do tempo.

A partir de fevereiro de 2011, comecei o trabalho de observação participante¹⁵ na Casa PRONASCI, período em que tive maior interação com o PROTEJO, já que ele funcionava diariamente. Permanecia durante todo horário de funcionamento. Os momentos mais ricos para a construção dos dados era o horário do almoço, pois, todos falavam sobre tudo e conversávamos muito. A observação sobre o distanciamento existente entre as mulheres e a equipe do PROTEJO se deu a partir dessas conversas no horário de almoço, pois era o momento em que se falava sobre tudo.

Numa das conversas, a coordenadora do PROTEJO, relatou que as “mulheres da paz” eram muito bagunceiras e algumas mal educadas (um caso específico de uma mulher com o temperamento mais explosivo), no entanto, segundo ela, buscava a interação com as mulheres promovendo atividades coletivas, das quais as mulheres somente citaram o Café Afro, e solicitando-lhes a busca ativa dos jovens faltosos ou evadidos. Esse período me trouxe muitas informações sobre o projeto dos jovens, entretanto, deu poucos elementos sobre as “Mulheres da Paz” e suas ações.

¹⁴ Essa nova equipe era composta pela coordenadora e duas outras funcionárias da SEMDES, que eram completamente alheias ao histórico e à dinâmica do projeto e, por acumularem esta tarefa com outras funções da secretaria, não conseguiram contribuir para a retomada do seu ritmo.

¹⁵ A observação participante é uma técnica da pesquisa social que consiste em o observador vivenciar as atividades, ritos, ocasiões etc. do grupo ou comunidade pesquisada.

Sobre o projeto Mulheres da Paz, buscamos informações com a nova coordenadora¹⁶, mas principalmente, recorreremos à equipe de apoio¹⁷ que acompanhava o projeto desde o início que, além de funcionários da secretaria, também eram moradores da região e serviram como “porta de entrada” para as ações PRONASCI na comunidade. Seu Antônio¹⁸ foi nosso principal informante no território, pois, além de assíduo era o responsável pelo funcionamento da Casa PRONASCI¹⁹, um senhor que acompanhou todas as etapas de ambos os projetos, Mulheres da Paz e PROTEJO, conhecendo bem tanto as “mulheres da paz” quanto os jovens PROTEJO. Ele contribuiu muito com a pesquisa ao nos relatar fatos e fornecer suas impressões acerca da condução dos projetos, dados que coligi com minhas observações e outras fontes.

A dinâmica do Projeto “Mulheres da Paz”, após a mudança da equipe, se resumiu às reuniões quinzenais, que não aconteceram com esta periodicidade, das quais participei da maioria, ocorridas entre fevereiro a abril de 2011.

A Pesquisa

Metodologicamente, nesta pesquisa que foi desenvolvida num período de dezenove meses²⁰, utilizei diferentes técnicas para construção dos dados. Realizei, inicialmente, a pesquisa documental e uma pesquisa exploratória, para definição da proposta. Posteriormente, procedi à participação observante – ocorrida de fevereiro a junho de 2011 -; à realização de entrevistas semiestruturadas (registradas por meio de um gravador) e aplicação de questionários junto aos jovens PROTEJO, identificando todos os meus colaboradores por nomes fictícios, conforme exigem os protocolos da pesquisa científica. Por fim, realizei um grupo focal, em janeiro de 2012, com as “Mulheres da Paz”.

¹⁶ Que considerando o estágio do projeto no período de sua entrada, ou seja, caminhando para o fim e com as mulheres desmobilizadas e desmotivadas, e sem condições materiais para retomar as atividades, ela apenas cumpria expediente na Casa PRONASCI fazendo pequenas tarefas para o PROTEJO, ao passo que, junto às “mulheres da paz” sua tarefa se resumiu a marcação de reuniões ordinárias, nas quais, em regra, compareciam entre sete e dez mulheres e, nunca comparecendo o grupo completo.

¹⁷ O projeto de Terra Vermelha, além da equipe multidisciplinar, também contava com a cooperação de uma equipe denominada de *apoio* que era composta por três funcionários comissionados da SEMDES.

¹⁸ Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

¹⁹ Seu Antônio era um funcionário comissionado da prefeitura e trabalhava na equipe de apoio dos projetos PRONASCI na região, dentre outras funções ele tinha a atribuição de fazer os contatos com os locatários dos imóveis alugados para o funcionamento dos projetos, responsabilizava-se pela manutenção dos móveis e equipamentos da sede e, também fazia o papel de “relações públicas” do projeto junto a comunidade.

²⁰ Iniciamos a pesquisa em junho de 2010 e a finalizamos em janeiro de 2012.

A pesquisa documental foi realizada por meio de consulta ao portal do Ministério da Justiça e pelos documentos disponibilizados pela GEVOL dentre eles: o termo de referência, cartilhas, portarias, decretos e documentos sobre o PRONASCI e o Projeto Mulheres da Paz. Também nos serviram de fonte de consulta, os relatórios de atividades da equipe multidisciplinar de que dispúnhamos e o relatório do Grupo Focal²¹ realizado pelo Ministério da Justiça.

As entrevistas aconteceram no período de julho de 2011 a janeiro de 2012 e todos os entrevistados foram muito receptivos sendo que somente uma “mulher da paz” recusou-se a gravar o depoimento, contudo, solicitamos a autorização para que tomássemos nota o que foi permitido.

As entrevistas foram realizadas nas residências das mulheres e para encontrá-las utilizamos três estratégias: 1) através dos endereços e telefones conseguidos com a GEVOL, por meio dos quais buscamos contactá-las; 2) procurando suas casas por informação na vizinhança e; 3) levada pela primeira “mulher da paz” que conseguimos localizar e que sabia onde residia a próxima que seria entrevistada. Destas tentativas somente a última foi a mais eficaz, uma vez que endereços e telefones das mulheres nem sempre correspondiam e a tentativa por meio da vizinhança se fez infrutífera na maioria dos casos, pois, poucas pessoas se recordavam da ação das “mulheres da paz” na comunidade. Nesta tarefa nos ajudou muito Mariana²² que nos acompanhou à casa da maioria das mulheres cujo paradeiro eu desconhecia.

As entrevistas aconteceram após seis meses do encerramento das atividades formais do projeto, por isso, quando as realizamos as mulheres não mais desenvolviam as ações comunitárias estando muitas delas formalmente empregadas como domésticas, balconistas e diaristas etc..

Realizei um total de trinta (30) entrevistas, sendo dezenove (19) mulheres - das vinte e quatro (24) que haviam participado do projeto -, a ex- coordenadora nacional do projeto, o

²¹ Este relatório foi produzido pela empresa Socius Consultoria Jr. Em Ciências Sociais, que foi contratada pelo Ministério da Justiça para a realização do grupo focal com 200 mulheres, à época da elaboração do projeto Mulheres da Paz, e que nos foi fornecido pela ex-coordenadora nacional do projeto. Trataremos desse tema, mais detidamente, no segundo capítulo desta dissertação.

²² A facilidade do contato com essa “mulher da paz” se deu por dois motivos: primeiro, porque foi a que manteve maior contato com a equipe depois do término oficial do projeto, por meio das redes sociais e contatos telefônicos e, por ter conseguido ser empregada como auxiliar de serviços gerais, no projeto FAROL, um projeto do PRONASCI para os jovens que se seguiu ao PROTEJO.

gestor municipal, as cinco operadoras da equipe multidisciplinar e quatro lideranças comunitárias.

O grupo focal foi realizado em janeiro de 2012, apenas com “as mulheres da paz”, no qual compareceram somente cinco mulheres. Para reunir esse número tivemos que buscar quatro delas em suas casas após longa espera no local marcado para o trabalho. Mesmo numericamente afetado, o grupo focal foi muito rico sendo possível atingir o objetivo da proposta, ou seja, coligar e ratificar de forma mais ampliada às informações obtidas nas entrevistas, além de esclarecer e confrontar pontos que haviam ficado sem compreensão.

A Estrutura do Trabalho

Com este trabalho, meu objetivo foi compreender como o contexto cultural interfere na execução de uma política pública, realizando uma análise comparativa entre as diretrizes institucionais do projeto Mulheres da Paz e sua efetiva execução. Com uma perspectiva descritiva adotei como recursos conceituais os referenciais sobre políticas de segurança pública, gênero e representações sociais e, com o auxílio da etnografia realizei as análises dos dados obtidos sobre o projeto em Terra Vermelha, compondo, portanto, este texto dissertativo que está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução.

No primeiro capítulo, demonstro através do texto *As Políticas de Segurança Pública no Brasil: Mudanças Conceituais* as mudanças de exemplos no campo da segurança pública, a fim de localizar os novos conceitos e representações trazidos pelo Paradigma da Segurança Cidadã ao PRONASCI, política na qual está inscrita a ação Mulheres da Paz. Neste capítulo discorro sucintamente sobre as três políticas que orientaram estas ações no país a partir dos anos 2000 até a atualidade, cotejando suas características principais.

Em *A Implantação do Projeto Mulheres da Paz: Estratégias e Críticas*, nosso segundo capítulo, analisamos os dispositivos legais e as diretrizes institucionais que normatizaram o projeto relacionando-os a experiência empírica ocorrida em Vila Velha. Discutimos os conceitos e representações que o projeto encerra, a partir das tensões e conflitos deles decorrentes num diálogo entre teoria e empiria, sublinhando a contribuição do movimento feminista para a crítica e revisão dos pressupostos do projeto.

Compondo o terceiro capítulo denominado *A Influência do Contexto Cultural de Terra Vermelha no Desenvolvimento do Projeto Mulheres da Paz*, realizo a análise do projeto Mulheres da Paz, desenvolvido em Terra Vermelha, por meio dos dados obtidos pela etnografia, examinando as características que este assumiu naquela localidade, tendo por

referência o seu contexto cultural. Neste capítulo, avaliamos os dilemas e dificuldades encontrados pelas “mulheres da paz” em operar com os conceitos e objetivos do projeto, problematizando os seus atributos como uma ação de segurança pública, além das relações estabelecidas entre ele, o PROTEJO e a comunidade.

Por fim, nas *Considerações Finais* me dedico às reflexões remanescentes acerca da concepção do projeto, concatenando-as com as principais características e especificidades que ele adquiriu na experiência de Terra Vermelha.

CAPÍTULO I. AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: MUDANÇAS CONCEITUAIS

1.1. Os Três Paradigmas da Segurança Pública

Há algum tempo a questão da segurança pública, um direito constitucionalmente garantido²³, vem ganhando centralidade na agenda política brasileira por ter se convertido em uma demanda crescente por proteção, ante os altos índices de criminalidade e violência.

No Brasil, compete ao Ministério da Justiça assegurá-la e executá-la assessorado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e pelo Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). A Constituição Federal define que os órgãos responsáveis por promovê-la são: a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal - no âmbito da União, a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros da Polícia Militar – de competência dos estados e, as Guardas Civis Municipais, de responsabilidade dos municípios.

A Constituição de 1988, oficialmente, visou promover uma reorganização institucional da segurança pública propondo a descentralização administrativa e a gestão democrática, e trazendo novos conceitos para fundamentar as práticas dos operadores desse campo com base nos princípios da cidadania. A busca por uma nova institucionalidade intentou uma mudança paradigmática da segurança, com a finalidade de reorientar as ações e práticas da segurança.

Como corolário de sua definição, um paradigma²⁴ não é automaticamente suplantado pelo outro que venha a substituí-lo, ao contrário, é um fato social a coexistência de distintos paradigmas que embasam concepções e formulações das políticas públicas e as práticas de seus operadores, em decorrência das resistências à mudança de *habitus*²⁵, institucionais e pessoais, proporcionados pelo enraizamento das representações sociais.

²³ De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

²⁴ Segundo a definição de Kuhn (2003, p.218) um paradigma é toda constelação de crenças, valores, técnicas etc... partilhados pelos membros de uma comunidade determinada.

²⁵ Conceito cunhado por Pierre Bourdieu que o define como *o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma linha de dominação mítica, conhecida e reconhecida por todos se torna uma lei social incorporada* (BOURDIEU, 1999). O que significa que é o produto de uma internalização das estruturas do mundo social ou, dito de outra forma, são os sistemas de disposição duráveis, uma maneira de ser, um estado habitual, uma tendência ou inclinação, etc... (CF: CARDOSO, *op. cit.*, p. 14).

Por isso, embora fosse chamada de “cidadã”, a constituição não produziu alterações significativas no que se refere à segurança pública, cujo conceito continuou reduzido à questão policial voltada, principalmente, à manutenção da ordem e segurança do Estado.

No que tange a presente discussão, de acordo com Freire (2009), no campo da segurança, são identificados três paradigmas que moldam e condicionam as práticas de seus operadores, a saber: o Paradigma da Segurança Nacional, o da Segurança Pública e o da Segurança Cidadã. Todos eles são marcados por contextos sociais específicos que, conseqüentemente, indicam representações distintas do que seria a segurança e, imprimem modos de ação e objetivos também distintos em razão dessas representações.

Cronologicamente, o primeiro paradigma da segurança adotado no país foi o Paradigma da Segurança Nacional, desde o período de constituição das agências de controle social brasileiras, e que foi fortalecido pela ditadura militar em 1964. Baseado na Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento²⁶, tal paradigma teve como objetivo específico à defesa da nação realizada por meio da Força Nacional, pautando suas ações no combate aos perigos externos e defesa da pátria, com o uso da força, em quaisquer condições, desde que necessário à segurança nacional, cuja prioridade não era o indivíduo. Com efeito, no caso brasileiro, que não tendo um inimigo externo concreto que ameaçasse abertamente a soberania do país, o Paradigma da Segurança Nacional verteu esforços para o controle e contenção do cidadão, considerando-o como possível agente de perturbação da ordem pública e da paz social. Vigorando, formalmente, até a década de 80 quando começou a derrocar com o fim da ditadura militar e início da reabertura democrática, caracterizada pela restituição da democracia e dos direitos dela inerentes.

Por sua vez, a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, instituiu novas bases, políticas e sociais, à sociedade brasileira propiciando o retorno dos direitos civis e políticos, cassados pelo regime ditatorial do período anterior. E, portanto, no campo da segurança pública, a redemocratização resultou, em tese, na substituição do Paradigma da Segurança Nacional pelo Paradigma da Segurança Pública, exigindo novos padrões para sua garantia e uma nova relação entre os poderes federal, estaduais e municipais na gestão da segurança.

No plano político, a principal mudança foi à atribuição aos Estados e municípios de novos papéis através da descentralização administrativa e do fomento à gestão compartilhada além

²⁶Doutrina elaborada pelos EUA, no período da Guerra Fria, embasada no combate a um inimigo externo - neste caso a URSS - e um inimigo interno, ou seja, aqueles contrários à sua política. No Brasil essa doutrina foi reelaborada pela Escola Superior de Guerra tendo como fundamento ideológico o combate ao comunismo e a seus adeptos reconhecidos como subversivos e inimigos do regime.

do incentivo, ainda que incipiente, ao envolvimento da sociedade civil nas questões da segurança, apesar das ações serem ainda induzidas prioritariamente pelo Estado. Por outro lado, no plano social, as categorias do novo paradigma indicaram a proteção do indivíduo como ponto central na elaboração das políticas de segurança, em que o papel da segurança pública devesse ser a proteção das pessoas e dos seus bens, e a violência entendida como toda ação que colocasse em risco a segurança e incolumidade das pessoas e de seu patrimônio.

Pelos referenciais do Paradigma da Segurança Pública, a segurança deixaria de ser uma ação de combate, guerra ou defesa nacional tornando-se um serviço público relevante, no qual não era mais permitido o uso da força irrestrita e, cabendo ao Estado à responsabilidade de salvaguardar os direitos fundamentais dos indivíduos, já constitucionalmente garantidos.

No entanto, embora o Paradigma da Segurança Pública, institucionalmente, tomasse como objetivo central o foco nos indivíduos, no plano prático, observou-se que a segurança não se orientou sob esse marco, sendo realizada com prioridade à proteção da propriedade e adotando padrões baseados na distinção de *status* e renda, em detrimento dos direitos de cidadania. O que significou que, as práticas institucionais e de seus agentes se orientavam de formas distintas para a proteção das pessoas, reforçando a discriminação, por clivagens de origem social, econômica e étnica, e negligenciando a violência de outros matizes²⁷. Realizando, assim, um atendimento hierarquizado das demandas dos cidadãos em relação ao direito à segurança e acesso à justiça, mediado pelo *status* e privilégios dos indivíduos.

Diante das dificuldades do Paradigma da Segurança Pública em suplantar as práticas autoritárias do paradigma anterior e garantir aos indivíduos a segurança pública como um direito civil e social de forma igualitária, tal modelo foi sendo paulatinamente substituído pelo Paradigma da Segurança Cidadã.

O Paradigma da Segurança Cidadã²⁸, parte do princípio de que a segurança é um direito de cidadania, imprimindo, por isso, um caráter civil à segurança pública por meio da aproximação do sistema de segurança aos cidadãos e focalizando os direitos de cidadania.

Esse paradigma propõe a descentralização da gestão e a implementação integrada de políticas setoriais de caráter social no nível local, com novas parcerias entre União, Estados, municípios e comunidades, e radicaliza a proposta de participação e cooperação entre o

²⁷Como por exemplo: a violência doméstica, a violência com base na raça/cor, por orientação sexual ou religiosa etc.

²⁸Experiência que foi capitaneada pela Colômbia, nos anos de 1995, sendo seguida por outros países da América Latina.

Estado e sociedade. De escopo mais amplo, em relação ao Paradigma da Segurança Pública, seus pressupostos concebem a violência como um fenômeno multicausal e que necessita de intervenções multissetoriais para ser combatida. Por isso, propõe como principal estratégia de ação o encorajamento do cidadão na promoção da segurança de modo que as ações comunitárias engendrem a construção de uma cultura cidadã.

Comparando os três paradigmas, observamos que a cidadania foi o principal argumento a distingui-los, pois ela passou a ser requisito fundamental para a elaboração das políticas públicas de segurança e, conseqüentemente, a constituição de uma sociedade segura, corroborando a reflexão de que:

a cidadania pode ser vista como estratégia política que expressa e responde a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte significativa da sociedade e enfrentá-la sob essa perspectiva significa enfatizar o seu caráter de construção histórica para responder a dinâmica dos conflitos reais, tais como os vividos pela sociedade (DAGNINO, 1999, p.107).

De um modo geral, os cidadãos ainda têm muitas dificuldades em acessar os direitos dela inerentes, dos quais os direitos civis são os que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias e cuja falta se reflete na ausência de segurança individual, integridade física, a acesso à justiça, a restrição das liberdades etc... (CARVALHO, 2005, p.126). A redemocratização trouxe consigo, formalmente, a ampliação da cidadania, mas não a garantiu em termos substanciais, pois, a despeito dos preceitos formais ensejados pelo Paradigma da Segurança Cidadã, suas formulações ainda se constituem como meros recursos retóricos, já que não conseguiu suplantar as práticas autoritárias e discriminatórias dos paradigmas anteriores e, tampouco, construiu uma cultura institucional condizente com os padrões de cidadã.

Em síntese, de acordo com Miranda, a mudança de paradigma implicaria em uma mudança de princípios – o bem protegido deixaria de ser o Estado/a ordem, para a construção de um policiamento baseado no consentimento – o que não aconteceu. A segurança cidadã é uma mera adjetivação, que não produziu efeitos na consolidação das liberdades civis.²⁹

Por isso, convivemos ainda, não raras vezes, com situações onde intervenções características do regime militar, são adotadas na resolução dos conflitos³⁰ ilustrando

²⁹Reflexão desenvolvida por Ana Paula Mendes de Miranda no exame da defesa desta dissertação proferida em 04 de março de 2013.

³⁰Exemplo disso foi a contenção de manifestações estudantis ou mobilizações populares de forma violenta, em ações policiais nas periferias brasileiras nas quais as práticas de tortura e execução - sob o nome de autos de resistência (termo criado no período da ditadura militar e que é utilizado para nomear os homicídios cometidos por policiais em supostas situações de confrontos armado com criminosos) –, são os expedientes ainda adotados

claramente a permanência de práticas culturalmente arraigadas nas instituições, e que persistem em detrimento das novas condutas que o novo contexto social pretende implantar. Assim como de ações que conferem prioridade à defesa do patrimônio em prejuízo do humano, observadas pelo do crescimento da indústria da vigilância privada (organizada e composta por operadores do sistema), ou da organização de grupos para a salvaguarda de bens e que recorrem a qualquer expediente para realizar esse fim³¹.

Contudo, constatamos que, em tese, pelo menos no plano político, algumas iniciativas têm sido criadas para a assunção do Paradigma da Segurança Cidadã como parâmetro das políticas de segurança brasileiras na atualidade. A seguir, apresento os três principais planos de segurança pública que foram desenvolvidos no país na última década, e que, teoricamente, foram embasados por esse paradigma, para compreender o que foi na prática essa mudança paradigmática. Ressalto que meu objetivo não é a avaliação desses planos, mas sim abordá-los ilustrativamente visando o entendimento do percurso histórico e conceitual das políticas de segurança pública brasileiras, para realizar uma análise situada da ação do Projeto Mulheres da Paz, objeto deste estudo.

1.2. As Políticas Públicas de Segurança no Brasil: um Plano, um Projeto e um Programa³²

No Brasil, até os anos 2000, nenhum programa ou projeto político havia sido formalmente estruturado para tratar a questão da segurança pública - um problema central na agenda política e social brasileira. O governo Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a elaborar e implementar uma política nacional neste campo, a saber: o Plano Nacional de Segurança Pública. Seguindo-se, depois dele, a apresentação de outros dois projetos, ambos no governo do ex-presidente Lula, o Projeto Segurança Pública para o Brasil (2003) - que

por alguns agentes da segurança pública. E também nas chacinas com o desaparecimento das vítimas, na formação de grupos de milícias, no corporativismo e corrupção das agências policiais dentre outros.

³¹ Tomemos como referência a criação de grupos de extermínios financiados por comerciantes para afugentar ou eliminar moradores de rua – crianças e adultos – que cometem furtos em seu comércio e entorno nas cidades brasileiras com a anuência de muitos segmentos sociais.

³² De acordo com as definições de Cohen e Franco (1993) um *plano político* dispõe as ações programáticas de uma política pública em uma sequência temporal incluindo a sua estratégia, isto é, os meios estruturais e administrativos, assim como as formas de negociação, coordenação e direção. Já um *programa político* reúne um conjunto de projetos que visam os mesmos objetivos estabelecendo as prioridades de intervenção, identificando e ordenando os projetos, definindo o âmbito institucional e alocando os recursos a serem utilizados (COHEN & FRANCO, 1993, pp. 85-86).

não chegou a ser implementado em sua totalidade – e, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI (2007).

De acordo com Lopes (2009), todos os três planos foram apresentados como novidades em segurança e como projetos de governos interessados em aprofundar a democracia. Marcados pelas funções de combate aberto à criminalidade e à impunidade foram projetos que também se preocuparam em convocar a população à mobilização, participação e aliança com a polícia, por meio da participação na criação de projetos e programas preventivos. Para o autor, os três planos trouxeram o discurso de uma nova estratégia de produzir segurança pública, pautado no aperfeiçoamento da gestão aliado à concepção de integração multissetorial e multidisciplinar, no âmbito de políticas de segurança, e das políticas sociais e ações comunitárias, como ações favoráveis à repressão, prevenção e redução da impunidade (LOPES, 2009, p.17).

Analiticamente, essa nova estratégia, foi uma alternativa ao fracassado modelo tradicional de segurança pública, baseado exclusivamente na repressão da criminalidade, realizada por meio do recrudescimento da política de encarceramento. Essa estratégia se coadunava também à crescente tendência de *finais da década de 1970 [na qual] vários países e cidades passaram a adotar modelos integrados de gestão de segurança pública, em que as ações no campo da prevenção social eram idealizadas junto com o planejamento do trabalho policial* (CERQUEIRA, LOBÃO e CARVALHO, 2005, p.14).

Desse modo, buscava-se não somente atuar sobre as consequências da criminalidade e violência urbanas, mas também intervir em suas causas socioculturais, ou seja, na ausência de proteção social e na violação de direitos por parte do Estado. Além disso, propôs também a intervenção nos fatores socioambientais de emergência da violência que potencializavam a letalidade dos conflitos interpessoais como, por exemplo, a comercialização e circulação de armas de fogo e de drogas ilícitas; e pelo consumo abusivo de álcool e outras drogas.

Antecedidos por importantes distúrbios criminais³³, os três planos, formalmente, propuseram uma nova agenda para a segurança pública, pautada pelo respeito aos direitos humanos e cidadania das pessoas, e fundamentada pelo Paradigma da Segurança Cidadã.

³³ No contexto do Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 ocorreu o episódio do ônibus 174, em 12 de junho do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro em que um jovem sequestrou um ônibus na zona sul do Rio de Janeiro fazendo seus passageiros reféns por cerca de quatro horas e cujo desfecho se deu com a saída do rapaz abraçado à professora Geisa Firmo Gonçalves e apontando-lhe uma arma quando, um policial do Bope disparou contra o criminoso. Mas o tiro acabou atingindo de raspão a professora. Sandro acabou caindo, levando Geisa junto, e disparando três vezes contra a professora. A professora morreu a caminho do hospital e Sandro morreu

1.2.1. O Plano Nacional de Segurança Pública (2000)

O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) foi lançado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em 20 de junho de 2000, também conhecido como Plano Nacional Antiviolença.

O PNSP³⁴, segundo informa seu texto institucional, se constituiu num plano de ações e propostas que integravam “*políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias com o objetivo de reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro*” (PNSP, 2000, p.4).

Sua elaboração se deu no decorrer de um ano sendo anunciado em meio à ocorrência de um importante evento criminal na cidade do Rio de Janeiro, o sequestro do ônibus 174. O episódio demonstrou a gravidade e complexidade que o fenômeno da violência adquirira no país e o quanto as forças de segurança estavam despreparadas para enfrentá-lo.

Oficialmente, este plano buscou tratar as questões de segurança, tanto pelo viés repressivo quanto pelo viés preventivo. Ele teve como importante característica o fato de abordar temas até então negligenciados pelos gestores da segurança pública, tais como: capacitação dos profissionais, a inibição de transmissão da cultura da violência através da regulamentação da mídia, o controle e mapeamento de gangues e organizações de delinquentes, o controle e combate à circulação de armas e drogas, a participação comunitária na prevenção e promoção dos direitos humanos e a intensificação das premissas do Plano Nacional de Direitos Humanos.

O Plano se organizou em torno de quinze (15) compromissos distribuídos em 124 (cento e vinte e quatro) ações. Nestes compromissos foram propostas medidas a serem executadas no

asfixiado no carro do Bope. O evento, de grande cobertura ao vivo na mídia nacional e internacional, exigiu a reflexão estatal sobre a promoção da segurança pública no contexto democrático. Por sua vez, a implantação do Projeto de Segurança Pública para o Brasil foi marcado por episódios de ataques e violência aleatórios atribuídos ao crime organizado ligado ao narcotráfico, no ano de 2003. E, no caso do PRONASCI esta foi uma resposta do Estado em resposta às rebeliões ocorridas no interior dos presídios paulistas no ano de 2006.

Para o caso do ônibus 174 vide ROCHA, LC. O caso ônibus 174: entre o documentário e o telejornal. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-leonardo-documentario-telejornal.html>. Para os acontecimentos de 2003, cf: IPEA, 2003:90. E sobre os episódios que concorreram para o PRONASCI ver: BALLESTREROS, P. **Histórico das Políticas Nacionais de Segurança Pública**. In: Texto do projeto website *Segurança e Cidadania: promovendo a prevenção da violência e a transparência no campo da segurança pública*. Disponível em: <http://segurancacidadania.org.br>.

³⁴ Também fundamentado nos princípios de interdisciplinaridade, pluralismo organizacional e gerencial, legalidade, descentralização, imparcialidade, transparência das ações, participação comunitária, profissionalismo, atendimento das peculiaridades regionais e no estrito respeito aos direitos humanos (PNSP, 2000, p.4).

âmbito do governo federal, no âmbito da cooperação entre o governo federal e os governos estaduais, além de medidas de natureza normativas e medidas de natureza institucional. Os compromissos em que se constituíam eram:

I – o combate ao narcotráfico e ao crime organizado;

II- o desarmamento e controle de armas;

III – a repressão ao roubo de cargas e melhoria da segurança nas estradas;

IV - a implantação do subsistema de inteligência de segurança pública;

V- a ampliação do Programa de Proteção a Testemunha e Vítimas de Crime;

VI – mídia x violência: regulamentação;

VIII – a inibição de gangues e combate à desordem social;

VII – a redução da violência urbana;

IX – a eliminação de chacinas e execuções sumárias;

X – combate à violência rural;

XI – a intensificação das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos;

XII – a capacitação profissional e reaparelhamento das polícias;

XIII – o aperfeiçoamento do sistema penitenciário;

XIV- o aperfeiçoamento do legislativo;

XV - a implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública.

De acordo com Soares (2007), a maior virtude do plano foi o pioneirismo representado pela sua capacidade em conceber novos parâmetros para a segurança pública, bem como, em buscar novas estratégias para sua gestão. Além disso, segundo este autor:

o período Fernando Henrique Cardoso marcou uma virada positiva, democrática e progressista, modernizadora e racionalizadora, na medida em que conferiu à questão da segurança um *status* político superior, reconhecendo sua importância, a gravidade da situação e a necessidade de que o governo federal assumisse responsabilidades nessa matéria; e firmou compromisso político com a agenda dos direitos humanos, mais especificamente, na área da Segurança Pública, com uma pauta virtuosa (prevenção; integração intersetorial e intergovernamental; valorização da experiência local; qualificação policial; estímulo ao policiamento comunitário; apoio ao programa de proteção às testemunhas e à criação de ouvidorias) (SOARES, 2007, p. 85).

Do mesmo modo, Costa aponta que no PNSP foi:

delineado o novo paradigma em segurança pública que visa aliar aperfeiçoamento gestor, respeito e atenção aos direitos humanos e cidadania. Uma política sistemática de prevenção pautada na cooperação e participação da sociedade e sistemas de justiça, modernização e aperfeiçoamentos do sistema penitenciário, a sistematização e regulamentação de uma política unificada de segurança pública (COSTA, s/d)³⁵.

Por outro lado, ambos os autores concordam que a indefinição de prioridades, a falta de organicidade, planejamento e definições claras sobre competências foram as maiores fragilidades do plano. Neste aspecto, Soares (2007) sublinha que, no conjunto, o PNSP fora uma listagem assistemática de intenções heterogêneas, em que:

faltava a vertebração de uma política, o que exigiria a identificação de prioridades, uma escala de relevâncias, a identificação de um conjunto de pontos nevrálgicos condicionantes dos processos mais significativos, de tal maneira que mudanças incrementais e articuladas ou simultâneas e abruptas pudessem alterar os aspectos-chave, promovendo condições adequadas às transformações estratégicas, orientadas para metas claramente descritas (SOARES, *Op.cit.* p.83).

Assim como Costa ao afirmar que, *“ao final o plano cumpriu o papel de um conjunto de boas intenções, pois, poucas de suas ações tiveram materialidade saindo do papel e se constituindo verdadeiramente como uma política pública (op. cit)”*.

Entretanto, apesar das críticas, o PNSP foi um marco na elaboração das políticas de segurança pública cuja relevância foi apontada pelo suposto compromisso do governo federal com os graves problemas da segurança pública, utilizando-se na sua elaboração, as iniciativas e sugestões de profissionais, ativistas e estudiosos da segurança. Além disso, as iniciativas do PNSP, pautadas pela nova gestão da segurança, estiveram focadas em promover ações integradas e baseadas na perspectiva da prevenção, que se demonstraram muito relevantes para o novo modelo de segurança que se buscava implantar e, isso colaborou para que as principais diretrizes e finalidades do plano fossem reiteradas nas políticas subsequentes.

1.2.2. O Projeto Segurança Pública para o Brasil (2003)

Com o fim do mandato do governo FHC findaram-se, por consequência, as ações do Plano Nacional de Segurança Pública. Este foi substituído pelo Projeto “Segurança Pública para o Brasil”.

³⁵COSTA, Heloniza O. G. **Intervenção Multissetorial no Combate à Violência**. Documento Word. Disponível em: www.abendf.com.br/CD/.../heloniza_oliveira_concalves_costa.doc. Acesso em 09/abril/2012.

O Projeto Segurança Pública para o Brasil foi elaborado pelo Instituto Cidadania, no ano de 2002³⁶, para compor a plataforma política do então candidato a presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, que através dele se comprometia com uma agenda política no campo da segurança para o país. De acordo com o documento oficial, o objetivo do projeto foi apresentar uma proposta alternativa para a segurança pública, envolvendo as esferas federal, estaduais e municipais (PSPB, 2003, p.4), assim como o plano antecedente.

Em linhas gerais, o projeto manteve-se alinhado com as principais propostas do PNSP, especialmente, no que dizia respeito às ações de caráter preventivo. A inovação foi na proposição da integração do sistema de segurança através do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e na modernização e reorganização institucional da gestão pública da segurança.

O Projeto “Segurança Pública para o Brasil” foi composto por 06 (seis) eixos:

- I) ações preventivas;
- II) qualificação da formação profissional;
- III) modernização da gestão do conhecimento;
- IV) reorganização institucional;
- V) valorização da perícia e;
- VI) valorização do controle externo das instituições de segurança pública.

Cada eixo apresentou ações específicas, através das quais se buscou atingir oito objetivos prioritários:

- i) promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos; ii) contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal; iii) aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado; iv) reduzir a criminalidade e a insegurança pública; v) controlar o crime organizado e eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas; vi) bloquear a dinâmica do recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico; vii) ampliar a eficiência policial e reduzir a corrupção e a violência policiais; e viii) valorizar as polícias e os policiais, reformando-as e requalificando-os, e levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos (IPEA, 2003, p.91).

³⁶ Ele resultou de pesquisas e diagnósticos realizados pela equipe técnica deste instituto, composta pelo antropólogo Luís Eduardo Soares, pelo sociólogo Benedito Domingos Mariano e pelos juristas Antonio Carlos Biscaia e Roberto Armando de Aguiar.

Segundo Lopes (2009) o Projeto Segurança Pública para o Brasil, constituiu-se numa nova estratégia na gestão da segurança pública no país optando pela mobilização de recursos multissetoriais e a formação de um núcleo gestor interdisciplinar, integrando atores públicos e privados e atribuindo um caráter integrado às ações. O projeto tinha como *ideia primordial reformar as instituições da segurança pública e implantar o Sistema Único de Segurança Pública(SUSP) para atuar de forma articulada, por meio de políticas preventivas, principalmente voltadas para a juventude (LOPES, 2009, p.75).*

No seu conjunto, o Projeto Segurança Pública para o Brasil, não se diferenciou muito do seu antecessor, o PNSP, do governo Fernando Henrique, reiterando alguns de seus principais compromissos, mas avançando ao partir de diagnósticos reais e objetivos sobre o fenômeno da violência ressaltando seus pontos mais problemáticos e propondo ações focalizadas, por meio da definição de prioridades, de público e de estratégias. Contudo, embora pragmaticamente adequado, o projeto, politicamente audacioso, terminou por se constituir numa virtualidade não sendo integralmente implantado e, segundo Soares, foi abortado devido aos altos custos políticos ao candidato à presidência. Todavia, o projeto não foi de todo abandonado deixando suas principais diretrizes como bases para a formulação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), no ano de 2007.

1.2.3. O Programa Nacional de Segurança Pública Com Cidadania PRONASCI (2007 2012)

Em meio a uma grave crise da segurança no estado de São Paulo, provocada por ataques atribuídos ao Primeiro Comando da Capital (PCC) - facção criminosa paulista -, o governo federal editou a Medida Provisória (MP) 384, em agosto de 2007, por meio da qual instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), como a política de segurança pública brasileira.

Conforme já citado, o PRONASCI teve grande similaridade com os planos anteriores, especialmente o Projeto Segurança Pública para o Brasil, por suas ações de caráter multissetorial e pela ênfase dada à prevenção da violência e criminalidade urbana.

O programa agregou quase uma centena³⁷ de ações para as quais foi previsto um investimento da ordem de 6,707 bilhões de reais. Tendo em vista o número de ações e o vulto

³⁷ O texto do portal do Ministério da Justiça informa que o PRONASCI reúne 94 ações, entretanto, não encontramos este total listado no site, onde estão discriminadas as ações do programa.

de seu orçamento, o programa logo ficou conhecido como PAC da segurança em analogia ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do setor de infraestrutura.

Baseado no Paradigma da Segurança Cidadã, o programa visava realizar ações tradicionais de segurança - baseadas no policiamento ostensivo e na repressão - aliadas a ações de caráter social e, para isso buscou articulação e parcerias com diferentes ministérios e secretarias³⁸. Segundo seu texto institucional, encontrado no site do Ministério da Justiça, o programa é uma inovação no combate ao crime que marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país, pois, “articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública³⁹”.

A MP 384/2007, que o instituiu, foi logo convertida na Lei 11.530/07 e, finalmente, o programa vigorou na forma da Lei nº 11.707/2008. Ele foi implantado inicialmente nas doze regiões metropolitanas brasileiras que, registraram nos últimos anos, altos índices de criminalidade sendo elas: Vitória, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Belém, São Paulo, Maceió, Curitiba, Distrito Federal e seu entorno, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre⁴⁰. A partir destas localidades o programa foi sendo implantado gradativamente em outras regiões e estados, com a meta de atingir, no ano de 2012, todo o território nacional⁴¹.

O PRONASCI teve quatro focos prioritários, a saber: *o foco etário; o foco social; o foco territorial e o foco repressivo*. E, o seu público-alvo foram os profissionais que atuavam na segurança pública, os jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, os presos ou egressos do sistema prisional. E, ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar (BRASIL/PRONASCI, 2008).

³⁸ Dentre eles: a Secretaria de Especial Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério dos Esportes.

³⁹ Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**, 2007. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/>. Acessado em 09/04/2012.

⁴⁰ A escolha se deu a partir do documento produzido pela SENASP denominado “Diagnóstico da incidência de homicídios nas regiões metropolitanas” no qual foram apontadas estas localidades como as mais violentas do país. Vide Manual de Convênios do PRONASCI, Apresentação. 2008.

⁴¹ Em 2011, o programa estava presente em 150 municípios e 22 estados, além de quatro consórcios metropolitanos: Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região (CISMEL), Consórcio Público do Médio Vale do Paraíba do Sul Fluminense, Consórcio Público da Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE) e Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí - CIS/CAÍ (Portal do Ministério da Justiça).

As propostas do PRONASCI foram divididas em dois tipos de ações, ou seja, as “**ações estruturais**” e os “**projetos locais**”, por meio das quais se visava atender as demandas de valorização dos profissionais da segurança pública; de reestruturação do sistema penitenciário; de combate à corrupção policial, de fortalecimento dos direitos de cidadania e acesso à justiça, e do envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

As ações estruturais se orientaram, predominantemente, para as instituições de segurança e seus operadores e suas diretrizes propuseram projetos de melhoria das instituições e das atividades policiais⁴². Por sua vez, os projetos locais visaram à mobilização e fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários organizando suas ações nos projetos: *Território de Paz, Integração do Jovem e da Família e Segurança e Convivência*.

Ações Estruturais

Sumariando as principais ações estruturais, sublinhamos a proposta de modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional o programa propôs a criação da Força Nacional de Segurança Pública, a capacitação dos profissionais da segurança por intermédio da Escola Superior da Polícia Federal. E, ainda a regulamentação do SUSP e das Leis Orgânicas da Polícia Civil, que visavam unificar a estrutura, funções e procedimentos das polícias civis de todo o país de modo a padronizar, integrar e aperfeiçoar o trabalho desenvolvido por estas corporações. Também propôs a Estruturação dos Estabelecimentos Penais com a finalidade de modernizar e reestruturar o sistema penitenciário nacional; realizou a Campanha Nacional de Desarmamento e se incumbiu do Controle de Rodovias através de uma ação conjunta entre o IPEA e a Polícia Rodoviária Federal.

No tocante à *valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários* foi criado o auxílio à Moradia; a criação de uma estrutura educacional que agregou a Rede de Educação a Distância (EAD), Graduação e Mestrado, Formação de Agentes Penitenciários, o fortalecimento e incentivo à atuação qualificada e continuada das Guardas Civis Municipais e implantação do Policiamento Comunitário identificando-o como um novo conceito na atuação da polícia junto à comunidade. Além de incentivos financeiros por meio de Bolsa-formação. Quanto ao *Enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado* propôs o combate ao crime organizado e à corrupção estabelecendo a criação de Laboratório de Lavagem de

⁴²Através das ações de *Modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional*; de *Valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários* e de *Enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado*.

Dinheiro e o fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias com o intuito de acolher e investigar atos ilegais e arbitrários cometidos por policiais militares e civis.

De um modo geral, houve a execução de grande parte desses projetos, no entanto, as ações que propunham alterações estruturais do sistema de segurança tiveram sua implantação dificultada pela cultura institucional resistente às mudanças desse caráter.

Programas Locais

Territórios de Paz

Os Territórios de Paz foram às localidades que receberam o conjunto dos seguintes projetos: Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Canal Comunidade, Geração Consciente, Lei Maria da Penha/ Proteção à Mulher, Capacitação de Magistrados, Promotores e Defensorias Públicas Núcleos de Justiça Comunitária. E suas ações se orientaram para dois eixos de intervenções: o de *Integração do Jovem e da Família* e o de *Segurança e Convivência*, que foram pensados como estratégias para facilitar o exercício da cidadania das pessoas das comunidades pobres⁴³.

Eles foram implantados nos estados e municípios, através de convênios celebrados com a SENASP/MJ, cuja adesão foi facultativa, com base nos critérios do pacto federativo. Por ele, os entes federados puderam escolher, do conjunto das noventa e quatro ações aquelas que melhor se adequavam às suas necessidades locais, ressaltando a condicionalidade, por parte do Ministério da Justiça, de que para ser considerado um Território de Paz a localidade precisava, obrigatoriamente, desenvolver cinco ações prioritárias, a saber: o GGIM, os Conselhos Comunitários, o Policiamento Comunitário, o Projeto Mulheres da Paz e o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO). Estas duas últimas, ações que integraram o eixo *Integração do Jovem e da Família*.

O eixo *Integração do Jovem e da Família* contemplou as ações matriciais do PRONASCI, já que se orientou, diretamente, para três dos quatro focos prioritários do programa. Nele foram formulados o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO), o Projeto Reservista-Cidadão e o Projeto Mulheres da Paz, todos com previsão legal de repasse de recursos, por intermédio da concessão de bolsas-auxílio. O Projeto de Proteção de Jovens

⁴³ Eles foram planejados para serem executados por meio do acesso aos órgãos de defesa do consumidor, de informação sobre os seus direitos de cidadania, do fortalecimento da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha, da implantação de núcleos de justiça comunitária e; da capacitação de operadores do direito em temas relacionados aos direitos humanos.

em Território Vulnerável (PROTEJO)⁴⁴, segundo o site do Ministério da Justiça, foi uma ação destinada à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou de moradores em situação de rua nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI tendo como foco a formação da cidadania desses jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais visando resgatar sua autoestima e permitir que eles disseminassem uma “cultura de paz” em suas comunidades (BRASIL, 2010).

O Projeto Reservista - Cidadão⁴⁵ foi destinado à capacitação de jovens recém-licenciados do serviço militar obrigatório, para atuarem como agentes comunitários nas áreas geográficas abrangidas pelo programa. Seu objetivo foi torná-los multiplicadores de ações de cidadania e dos conteúdos desenvolvidos na capacitação e prevenir que fossem aliciados pela criminalidade (*idem*). Cabe ressaltar que esta proposta não foi um pioneirismo do programa, já que uma ação no mesmo formato denominado “Reservistas da Paz” já havia sido implantada no estado do Rio de Janeiro no governo de Anthony Garotinho, no ano de 2001.

Quanto ao Projeto Mulheres da Paz⁴⁶ foi destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo programa e seu objetivo foi formar lideranças femininas para atuarem em suas comunidades com vistas à construção e fortalecimento de redes de proteção social e ações preventivas junto aos jovens (*ibidem*).

Os valores das bolsas do PROTEJO e do Projeto Reservista-Cidadão foram no valor de R\$ 100,00 (cem reais) e a bolsa destinada às mulheres do Projeto Mulheres da Paz de R\$ 190,00 (cento e noventa reais).

O eixo de Integração do Jovem e da Família, também contemplou outros quatro projetos: o Farol - orientado para os jovens negros; e os projetos Formação do Apenado, Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, direcionados para reinserção social de apenados e suporte a seus familiares. Contudo, estes projetos não contaram com o repasse de recursos a seus beneficiários⁴⁷.

⁴⁴Regulamentado pela lei 11.707/08 no Art. 8º-C.

⁴⁵Regulamentado pelo Art. 8º-B da mesma lei.

⁴⁶Regulamentado pelo Art. 8º-D da mesma lei.

⁴⁷ O Farol foi um projeto realizado em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), visando promover a cidadania dos jovens negros inserindo-os na rede de ensino ou no mercado de trabalho; além de transformá-los em multiplicadores de atividades socioeducativas e culturais. Quanto aos projetos Formação do Apenado, Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania foram previstas ações de reinserção dos apenados por meio da formação educacional e capacitação profissional.

Por sua vez, o eixo *Segurança e Convivência* teve como intuito intervir nos aspectos socioambientais que influenciam o fenômeno da violência, propondo ações de recuperação de espaços degradados nas comunidades carentes através de ações de urbanização em cooperação com o Ministério das Cidades; de projetos educacionais, junto ao Ministério da Educação e; atividades culturais juntamente com o Ministério da Cultura. Com estas ações o programa visava incentivar a disseminação de atividades culturais nas comunidades e transformar os espaços em centros de promoção sociocultural (BRASIL, 2010).

Segundo Soares (2007) o programa teve o mérito de valorizar a contribuição dos municípios para a segurança pública, rompendo os preconceitos restritivos, oriundos de uma leitura limitada do artigo 144 da Constituição Federal estendendo-se à implantação de políticas sociais preventivas. Enfatizando que:

em favor do PRONASCI, destaque-se a edição de Medida Provisória que o institui, o que implica, entre outras vantagens, envolvimento formal do governo com sua implantação e fortalecimento político dos agentes responsáveis por essa implantação (...) registre-se a importância da explicitação dos recursos a serem destinados à sua implementação, em seis anos (2007-2012), o que, por sua vez, importa em um benefício adicional: o comprometimento do próximo governo, pelo menos em sua primeira metade, com a continuidade dos trabalhos e o cumprimento das metas previstas” (*Op. cit. p.92*).

A perspectiva multissetorial e a centralidade conferida à prevenção e o fomento à participação comunitária foram de fundamental relevância no PRONASCI, demonstrando seu compromisso com o Paradigma da Segurança Cidadã, nisto situa-se, em minha avaliação, as maiores virtudes do programa.

Por seu turno, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC),⁴⁸ ressalta que o programa esteve reduzido a uma política de aumento de renda para os agentes de segurança, o que não garantiu o cumprimento dos objetivos traçados. E ainda, na avaliação desse instituto:

as inovações contidas na lei e em algumas propostas de projetos têm colaborado, na prática, de forma muito incipiente para a superação da violência contra as mulheres e para o enfrentamento da questão racial, que marca definitivamente a violência no Brasil. O fato de ignorar o racismo institucional que contamina as organizações policiais leva o PRONASCI a não enfrentar um dos grandes entraves à melhoria dos índices de homicídios no Brasil. A polícia mata muito. Mesmo quando não mata, frequentemente há reprodução de procedimentos de uso excessivo de força, abuso, humilhação e corrupção. O orçamento do PRONASCI financia ações e projetos de forma insuficiente para a superação de preconceitos e discriminações sofridos pelas populações mais pobres, pelas mulheres e pelos negros (INESC, 2010, p. 71-72).

⁴⁸O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) é uma organização não-governamental que acompanha o orçamento público na busca da ampliação da transparência, com o objetivo de fortalecer a sociedade civil e ampliar a participação social em espaços de deliberação das políticas públicas.

Mesmo considerando seus avanços ele ainda tem muitos desafios a enfrentar e muitas negligências a corrigir no que diz respeito às políticas de combate à violência de gênero, ao racismo e discriminações institucionais, e à violência policial, que foram negligenciados nos planos precedentes e se mantiveram no PRONASCI.

Em suma, as três políticas aqui abordadas estiveram ancoradas no Paradigma da Segurança Cidadã, conforme ressaltado anteriormente, com o intuito de responder politicamente às diversas formas de manifestação da violência e criminalidade, bem como, reconhecer o esgotamento do modelo tradicional de segurança pública, excessivamente repressivo, vigente no sistema brasileiro de segurança pública e, que caracterizaram os paradigmas anteriores. Contudo, muitas de suas premissas ainda estão longe de se concretizarem, encontrando como principais desafios à sua efetivação as representações sociais que embasam a cultura das instituições e a prática dos seus operadores. Assim como, é falacioso acreditar que as práticas que marcaram o Paradigma da Segurança Nacional tenham delas se extinguido, assim como pensar que elas estiveram isentas dos problemas existentes no Paradigma da Segurança Pública, que acirravam os processos de desigualdades, tendo em vista as reiteradas expressões de autoritarismos, discriminações e truculência por parte das principais agências de controle e ordenamento sociais existentes no país.

CAPÍTULO II: PROJETO MULHERES DA PAZ: ESTRATÉGIAS E CRÍTICAS

2.1. A Ação Número 61 do PRONASCI: o Projeto Mulheres da Paz

O Projeto Mulheres da Paz é a ação de número 61 do conjunto de noventa e quatro ações do PRONASCI e compõe o eixo *Integração do Jovem e da Família* com o objetivo de capacitar mulheres com perfil de liderança para construir redes comunitárias e sociais para a prevenção e enfrentamento da violência nas regiões atendidas pelo programa.

Sua principal finalidade foi promover a aproximação das mulheres que o integraram com os jovens de sua comunidade para encaminhá-los aos projetos sociais, prioritariamente o PROTEJO, e acompanhá-los em seu percurso social e formativo⁴⁹.

Embora, formalmente, o Projeto Mulheres da Paz tenha sido uma ação, ele recebeu o nome de projeto em razão de uma convenção, técnica e orçamentária, existente na legislação da administração pública brasileira, pois, de acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2010):

a elaboração do orçamento no Brasil obedece a uma metodologia chamada de **Funcional Programática**, que agrupa as rubricas em categorias, sendo a primeira delas a **Função**, que se subdivide em **Programas**, nos quais estão contidas as **Ações**. No caso do PRONASCI, essas ações estão divididas em **Projetos**. O fato de o PRONASCI promover esse nível de desagregação das ações contribui para a transparência na execução das verbas destinadas a cada um dos projetos, facilitando o trabalho do controle social (*Op. cit.*, p.34).⁵⁰

O Projeto Mulheres da Paz teve diretrizes e objetivos formalizados por lei específica, que previu o repasse de recursos diretos a suas beneficiárias, ou seja, as mulheres em capacitação, por meio de uma bolsa-auxílio mensal no valor de R\$190,00 (cento e noventa reais), conforme já indicado. De modo geral, as atividades do projeto tiveram duração de um ano, compreendendo a capacitação e atuação comunitária¹.

⁴⁹O percurso social e formativo, nos termos do projeto, é uma proposta de reinserção social por meio de ações socioeducativas, culturais, esportivas criando novas perspectivas de interação entre o jovem atendido pelo PROTEJO e a sua comunidade.

⁵⁰Disponível em: **Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do PRONASCI**, 2010. Disponível em: http://br.boell.org/downloads/PRONASCI_Seguranlica_e_cidadania_%282%29.pdf. Acesso em 25/mar/2012.

2.1.1. A Medida Provisória 384/07 e a Lei 11.530/07

Surgido com o nome de “**Mães da Paz**” o projeto foi formulado no âmbito do Ministério da Justiça instituído pelo artigo 12 da Medida Provisória (MP) 384, de 20 de agosto de 2007, posteriormente tornada Lei Federal 11.530 de 24 de outubro de 2007.

A MP 384/2007 definiu que o projeto seria destinado à capacitação de mulheres líderes comunitárias e atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo programa, estabelecendo que o trabalho desenvolvido por elas, tinha como foco:

a articulação com jovens e adolescentes, em situação infracional ou em conflito com a lei, para sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras, capazes de responder, de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social (BRASIL/D. O. U, 2007).

A mesma medida provisória no artigo 12, § 2º estabeleceu que a implementação do projeto dar-se-ia por meio:

- a) da identificação das participantes;
- b) da formação sociojurídica realizada mediante cursos de capacitação legal, com foco em direitos humanos, gênero, combate à violência e à criminalidade;
- c) e do desenvolvimento de atividades de emancipação e reeducação dos jovens e adolescentes em situação infracional ou em conflito com a lei, que possibilitem a sua reinserção nas comunidades em que vivem.

Conforme já apontado, o PRONASCI se propôs a atuar sobre as causas da criminalidade, significando, em seus termos, enfrentar também as raízes socioculturais da violência, por meio da conjugação de ações repressivas com ações sociais e comunitárias. Assim, para atender a este escopo foi formulado o projeto **Mães da Paz**, pretendendo o atendimento preventivo dos jovens, por serem vítimas preferenciais da violência e público-alvo do programa. Em razão das representações que mobilizava a primeira versão do projeto foi alvo de importantes críticas e reações, especialmente, por parte do movimento feminista, que questionava as condições que ele oferecia para a atuação das “mulheres da paz”, que se deu pela constatação de que ele não garantia a segurança das mulheres, mesmo conhecendo os riscos implicados na sua ação, ou seja, a preocupação relacionada à segurança das mulheres no trabalho junto aos adolescentes e jovens - em situação infracional ou em conflito com a lei - justificava-se pela compreensão de que suas intervenções as expunham a perigos reais, considerando as características dos territórios PRONASCI, que nos termos do programa, eram regiões com altos índices de criminalidade violenta e onde disputariam os “trabalhadores” ou

“clientes” do comércio de entorpecentes. Para melhor ilustrar essa situação cito o posicionamento da Articulação de Mulheres Brasileira (AMB), por meio de sua representante à época Analba Teixeira⁵¹, sobre a gravidade desta questão. Para a ativista:

(...) não admitimos que a condição de pobreza e vulnerabilidade das mulheres as submeta a um programa como o “Mães da Paz”, em função de uma bolsa de noventa reais⁵², quando o que está em risco são as suas vidas nos territórios de conflito do narcotráfico (TEIXEIRA, 2009, p.23).⁵³

Decorrendo também de suas formulações iniciais o fato do projeto não promover efetivamente a cidadania e autonomia das mulheres, colocando-as como “cuidadoras dos jovens da comunidade”, valendo-se de uma visão socialmente naturalizada do instinto materno⁵⁴, atribuindo às mulheres a função do cuidado com os filhos e com a família, reproduzindo, e reforçando as representações sociais tradicionais de gênero⁵⁵. Entretanto, não obstante as críticas, a MP 384/2007, posteriormente convertida na Lei 11.530/07, mantendo o Projeto Mães da Paz a mesma concepção inicial.

2.1.2. A Medida Provisória 416 /2008 e a Lei 11.707/08

Em 2008, o PRONASCI como um todo foi reformulado recebendo, inclusive, nova redação dada pela Medida Provisória 416/08, e que foi logo convertida na Lei Federal 11.707, em 19 de junho de 2008.

Essa nova lei também reformulou as atribuições e definições do projeto “Mães da Paz”, bem como modificou o seu nome, passando a denominá-lo de “Projeto Mulheres da Paz”.

A Lei 11.707/08 manteve a definição de que o projeto Mulheres da Paz seria destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo

⁵¹ À época Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Coordenadora do Coletivo Leila Diniz.

⁵² Na verdade, o valor da bolsa é de R\$ 190.00, no entanto, este equívoco não compromete a importância dos argumentos da autora.

⁵³ In: Cadernos Temáticos da CONSEG. Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos. Ano I. N. 9. Ministério da Justiça. 2009. Págs. 19 a 24. Conferência de Segurança.

⁵⁴ Sobre este tema ver Badinter (1985), trabalho no qual a autora analisa a historicidade do amor materno, discorrendo sobre a construção social e representação de um amor abnegado e incondicional datado a partir do século XIX.

⁵⁵ Segundo Scott (1995) o termo ‘gênero’ é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos e indicar que as representações que o termo encerra são “construções culturais”, ou seja, são criações inteiramente sociais de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.

PRONASCI, entretanto, redefiniu suas atribuições, dispondo que o trabalho a ser desenvolvido por elas passaria a ter como foco:

a) a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres e prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres; b) e a articulação com jovens e adolescentes, com vistas a sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social⁵⁶. Acrescentando - lhes também as funções de: I) divulgar e implantar ações que orientem a comunidade na prevenção e redução da violência; II) visitar as famílias e conversar com parentes dos jovens para conhecer melhor a situação de cada um deles e; III) juntamente com a equipe multidisciplinar promover palestras, oficinas ou trocas de experiências que impulsionem práticas de direitos humanos, de proteção da vida e estimulem a cultura da paz (BRASIL, 2009).⁵⁷

Nessa nova versão, suas competências foram ampliadas, passando a contemplar também questões referentes à cidadania e proteção das mulheres, que passaram a ser vistas como beneficiárias da política. Entretanto, depois da revisão, a compreensão do movimento feminista foi de que a mudança da redação não alterava a concepção do projeto, o que gerou descontentamento frente à desconsideração às suas principais críticas, pois, também coube o questionamento sobre em que medida a mudança na redação traria mudanças reais, no plano prático, para a situação e atuação das mulheres no âmbito do projeto. Para Cruz (2010):

Com a discussão no Congresso Nacional e propositura de nova medida provisória, o texto da lei restou mais palatável, com a exclusão dos termos “em situação infracional ou em conflito com a lei”. Contudo, cabe questionar o que realmente mudou. As lideranças locais estão mais seguras porque formalmente a lei não fala em infrator ou criminoso? Houve mudança real no público-alvo de atuação das Mulheres da Paz? “A impressão é que se trata apenas de mudanças superficiais, como se o inserir ou excluir palavras que reportam ao perigo fosse capaz de efetivar maior segurança às Promotoras Legais Populares” (CRUZ, 2010, pp. 40-41).⁵⁸

Institucionalmente, essas e outras questões ficaram sem respostas, tendo o projeto o seguimento previsto em sua formulação, e cabendo aos seus operadores construir alternativas às suas omissões.

⁵⁶ Redação dada pela Lei nº. 11.707/08.

⁵⁷ Vide a cartilha “Mulheres da Paz: capacitação para cultivar a paz nas comunidades”. PRONASCI, MJ, Brasil, 2009.

⁵⁸ Denominação utilizada pela autora para se referir às “mulheres da paz” com base na nomenclatura utilizada pelo curso de capacitação oferecido pelo projeto.

2.2. Processos Constituintes do Projeto Mulheres da Paz: A Formalização do Projeto no Âmbito da Secretaria Nacional De Segurança Pública (SENASP)

As diretrizes operacionais do Projeto Mulheres da Paz, foram definidas por uma assessora do Ministério da Justiça, que a época tornou-se sua coordenadora nacional⁵⁹ e pela coordenadora do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID), instância integrante da SENASP. Dentre os instrumentos criados para gerir o projeto, foi constituído o Sistema Nacional do Projeto Mulheres da Paz - SIMPaz, um sistema adotado para gerenciar e autorizar o pagamento das bolsas às participantes do Projeto Mulheres da Paz. Este sistema era utilizado para cadastrar, monitorar, acompanhar e avaliar o desempenho das “mulheres da paz” nos territórios. Por meio do Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008, regulamentou-se o conveniamento de estados e Municípios⁶⁰ à ação, estabelecendo-se assim seus compromissos, dentre os quais estavam o dever de:

- I - promover a identificação e seleção das mulheres participantes;
- II - estruturar equipe multidisciplinar para apoiar, acompanhar e avaliar a atuação das mulheres participantes; e,
- III - atualizar mensalmente informações sobre a execução do Projeto, junto ao Sistema Nacional do Projeto Mulheres da Paz - SIMPaz.

Esses compromissos, de cunho administrativo, foram adotados para padronizar o desenvolvimento do projeto nos estados e municípios que quiseram implantá-lo. Mas, a despeito dessa padronização o projeto, no âmbito local, recebeu conotações peculiares no direcionamento de suas ações, pois, como pode ser conveniado tanto pelos municípios quanto pelos estados ocorreu, por consequência, que fosse executado também por instâncias diferentes, ou seja, em alguns locais foi desenvolvido pela Secretaria de Segurança, em outros pela Secretaria de Mulheres, ou pelas Secretarias de Ação Social etc.

Deste modo, considerando a natureza do órgão que o executou lhes foram dadas características específicas, isto é, quando implantado no âmbito de uma secretaria de mulheres ficou mais fácil que as questões de gênero pautassem os objetivos da ação, ao passo que

⁵⁹ Atualmente, essa pessoa é consultora da UNESCO, para implantação da ideia em outros países. Ela também foi uma de nossas informantes para a construção dos dados desta pesquisa, conforme indicado na nota 4.

⁶⁰ Os convênios do PRONASCI puderam ser realizados tanto pelos municípios quanto pelos Estados, disso resultando que, em algumas localidades, os projetos foram geridos pelo governo estadual e em outros pelos governos municipais. No caso do Espírito Santo, as ações foram executadas pelos municípios.

quando no quadro da assistência social, supõe-se que ações de caráter assistencial ganharam maior relevância e, estando no âmbito da secretaria de segurança outras perspectivas foram promovidas e, assim por diante.

Para auxiliar na execução dos convênios foram constituídas nos Estados, secretarias executivas ligadas à SENASP, para acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações do PRONASCI e, por consequência, do Projeto Mulheres da Paz. Uma das metodologias de monitoramento de implantação do projeto foram os encontros nacionais adotados pela coordenadora do DEPAID, que reuniram gestores e secretários de segurança das regiões conveniadas ao programa, para aperfeiçoar a operacionalização do projeto.

Nesses encontros, além das trocas de experiência, objetivamente tratavam-se das diretrizes do projeto e, dentre elas os critérios básicos estabelecidos pelo Ministério da Justiça para a seleção das candidatas. Assim, definiu-se que para a escolha das “mulheres da paz” era necessário que o ente conveniado realizasse conforme estabelecido pelo Decreto nº 6480/2008 uma:

[...] seleção pública das candidatas, por meio de comissão de seleção a ser criada com a finalidade de avaliar a documentação por elas apresentada, e, preenchidos os requisitos, entrevistá-las com vistas a aferir sua capacidade para a representação de interesses coletivos junto à comunidade (BRASIL, 2008).

E, para participar do projeto a interessada deveria:

I - ter idade mínima de dezoito anos completos, comprovada pela apresentação de documento pessoal de identidade;

II - ter renda familiar de até dois salários mínimos;

III - comprovar capacidade de leitura e escrita; e

V - residir em área que constitua foco territorial do PRONASCI (*idem*, p.1).

Foi também facultado aos entes conveniados a inclusão de outros requisitos que lhe fossem mais convenientes. Com isso, em Terra Vermelha (ES), local deste estudo, àqueles critérios foram acrescidos também como quesitos, para se tornar uma “mulher da paz”, características como: interesse, participação e conhecimento da comunidade⁶¹.

⁶¹O processo seletivo das Mulheres da Paz constou de três etapas, sendo elas: 1) inscrições; 2) triagem; 3) entrevista e matrícula. A entrevista foi uma importante etapa para seleção das mulheres e avaliou três dimensões para a escolha da candidata como Mulher da Paz, medidas por: 1) aspectos individuais (Quem é você? Fale um pouco de você); 2) aspectos comunitários (Qual a percepção da família e comunidade?) e; 3) percepção da violência. Sendo ao final, avaliados e quantificados os seguintes aspectos: 1) capacidade de liderança; 2) percepção da aceitação na comunidade; 3) comprometimento com a comunidade e; 4) capacidade de comunicação.

2.3. O Ativismo das Mulheres de Comunidade

Analisando a premissa do projeto de que para ser uma “mulher da paz” a candidata deveria ser identificada como uma liderança feminina avaliou-se que essa noção não foi uma coisa fortuita, pelo fato do projeto partir da pressuposição de que as mulheres já cumpriam, informalmente, um papel muito importante em suas comunidades e que estava intimamente relacionado com os objetivos do PRONASCI.

Por essa avaliação é que adoto o termo *ativismo das mulheres*, que defino como a ação social ou política, desenvolvida por meio de redes informais de ajuda e solidariedade, realizada pelas mulheres em suas comunidades.

A história é rica de casos nos quais as mulheres de periferia se engajaram em ações comunitárias movidas por demandas de caráter coletivo. Por isso, essa noção nos serve para denominar as experiências de protagonismo das mulheres a partir das quais, pressupomos, o projeto inspirou suas formulações, considerando também que *os movimentos sociais urbanos ocorreram, sobretudo, na esfera do bairro, território no qual a mulher tem amplos poderes.* (...) (MORAES, 2003, p.512).

Pressuponho, portanto, que o desenho da política se revelou numa tentativa de institucionalização das práticas ativistas das mulheres, inspirado, especialmente nos movimentos formados por mães, que fizeram do desejo de justiça razão de suas lutas, transformando a dor em ativismo político⁶². Suposição que é reforçada quando coligida com a fala de minhas entrevistadas que reconheceram que suas práticas embasaram as propostas do projeto. Observemos a afirmação de D. Graça⁶³, que ao relatar como se tornou uma Mulher da Paz, demonstrou total clareza a esse respeito:

Bom... Eu descobri no projeto, né... durante o curso que eu já era Mulher da Paz antes de entrar no projeto... Porque eu não sabia que o que eu fazia tinha esse nome né... tinha essa denominação. Então... aí a gente vai prestando atenção, no discernimento que vai adquirindo... e aí você descobre que antes você já era isso que tão denominando que você é hoje. Só que eu não tinha conhecimento que isso poderia ter um rótulo... (entrevista realizada pela pesquisadora em janeiro de 2012 com D. Graça, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

A própria entrevistada compreende que o fato de ter se tornado uma “mulher da paz” apenas institucionalizou ações que ela já realizava voluntariamente em sua comunidade, ou

⁶²Como, por exemplo, as Mães da Praça da Sé, as Mães de Acari, as Mães de Maio, as Mães da Praça de Maio, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, o Movimento Feminino pela Anistia, dentre outros.

⁶³Neste trabalho são utilizados relatos colhidos por nós nas entrevistas com os gestores, operadores e beneficiárias do projeto Mulheres da Paz e, também os relatos retirados do relatório final do Grupo Focal realizado em Brasília, produzido pelo Ministério da Justiça, conforme indicado na nota 25 Para evitar confusões acerca das fontes indicaremos nossos informantes da seguinte forma: os relatos que foram fornecidos diretamente para nós, por meio das entrevistas, apresentarão os nomes dos informantes (todos fictícios, de acordo com os critérios de ética de uma pesquisa científica), ao passo que para referenciar os relatos retirados do relatório produzido pela Socius, utilizaremos o termo “participante do grupo focal”.

em seus termos, a “ter um rótulo”. O mesmo entendimento é possível depreender dos relatos das participantes do Grupo Focal, promovido pelo Ministério da Justiça, que expressaram sua compreensão de que o projeto somente oficializou uma luta.

Espero que realmente este projeto, ele não fique só nessa despesa toda aqui, que o Governo Federal teve de nos trazer até aqui e de falar muitas coisas fortes. O que o governo está querendo oficializar, nesse projeto são coisas que nós já fazemos em nossas comunidades, sem ajuda de ninguém (participante do Grupo Focal nº 06 - SP e MG, 2007).

Disso depreendemos que, individual ou coletivamente, as mulheres já realizavam, por meio do seu ativismo comunitário e político, as ações que o projeto visava institucionalizar, e que foi assumido pelo programa como uma estratégia para pautar a política. Reforçando essa premissa, portanto, foi também o fato de algumas mulheres terem sido convidadas a irem para Brasília para participarem do processo de formulação da proposta do projeto, o que ocorreu especialmente por dois motivos: a) em razão de seu conhecimento sobre as questões que o programa visava enfrentar; b) para responder ao Paradigma da Segurança Cidadã em que se baseava o PRONASCI, no qual era imperativa a participação da sociedade civil na formulação e desenvolvimento das políticas públicas.

2.4. O Percorso Metodológico da Elaboração do Projeto Mulheres da Paz⁶⁴

O Projeto Mulheres da Paz foi formulado em dois momentos complementares. O primeiro, já descrito anteriormente, foi de caráter estritamente institucional, realizado no âmbito do Ministério da Justiça, com formulação e implementação a cargo da SENASP, conforme já foi dito. Quanto ao segundo, constituiu-se em encontros e reuniões, denominados de “grupos de trabalho”, com a sociedade civil, de caráter basicamente consultivo, para o ajuste da política que passam a ser descritos agora.

2.4.1. Como Surgiu a Proposta do Projeto Mães da Paz

Surgido com o nome “Mães da Paz”, conforme já apontado, o projeto foi uma proposta de autoria da Central Única das Favelas (CUFA)⁶⁵ que, devido às ações que realizava nas periferias brasileiras junto com diversas associações nelas criadas, ressaltou a relevância do ativismo das mulheres nas comunidades, em mobilizações em prol da justiça e da paz.

⁶⁴ Para as descrições e análises aqui contidas serviram-nos de fonte os documentos do PRONASCI e do Projeto Mulheres da Paz, todos disponíveis na internet, e a entrevista com a ex-coordenadora nacional do Projeto Mulheres da Paz.

⁶⁵ A CUFA é uma organização social fundada pelo rapper MV Bill e criada a partir da união de várias favelas do Rio de Janeiro, que buscavam espaços para expressarem suas atitudes e questionamentos, tem no movimento hip-hop sua principal forma de expressão e reconhecimento nacional pelas esferas políticas, sociais, esportivas e culturais.

A ideia nasceu baseada na importância, atribuída pela CUFA, ao vínculo moral e afetivo que, em tese, era estabelecido entre as mulheres e os jovens de sua comunidade, possibilitando, portanto, uma abordagem preventiva ao envolvimento criminal desses jovens, por meio do aconselhamento e orientação.

Por seu turno, também contribuiu para o delineamento da proposta a participação de um grupo formado por vinte e três (23) mulheres cariocas que ficou conhecido⁶⁶ como as Mães do Rio⁶⁷.

O envolvimento desse grupo na proposta se deu a partir de uma tentativa de audiência com o Ministro da Justiça em Brasília, que as atendeu pessoalmente, mas encaminhou-as às suas assessoras, dentre elas, estava a que se tornou a coordenadora nacional do projeto⁶⁸.

A participação das “Mães do Rio” contribuiu para ampliar a discussão com outros segmentos e movimentos sociais⁶⁹, juntamente com militantes do Movimento Feminista e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), criando o espaço para que a proposta fosse melhorada.

2.4.2. As Técnicas: Reuniões, Questionários e o Grupo Focal

O percurso metodológico de formulação do Projeto Mulheres da Paz consistiu em reuniões que foram promovidas em diferentes comunidades brasileiras, com as mulheres que lá residiam e que foram contactadas pela CUFA, seguidas dos encontros sistematizados dos quais participaram os movimentos da sociedade civil organizada. A partir destes encontros foram organizados os grupos de trabalho para o delineamento da proposta.

⁶⁶ Segundo nossa entrevistada, esta denominação era utilizada pelo ex- ministro Márcio Tomaz Bastos para se referir ao grupo.

⁶⁷ As Mães do Rio é um grupo formado por mulheres reunidas por tragédias pessoais comuns, ou seja, que tiveram parentes vitimados pela violência urbana, como por exemplo, chacinas ou confrontos policiais (por exemplo, as chacinas de Vigário Geral, do Maracanã, Baixada Fluminense) que se engajaram coletivamente na busca por justiça. O grupo além de atuar em diversas mobilizações por justiça e paz, também participou ativamente na campanha do desarmamento. Por suas ações se organizou o Movimento de Familiares de Vítimas e contra a Violência do Rio de Janeiro e, em face da presença constante deste grupo no Ministério da Justiça em busca de resposta às suas demandas e da visibilidade adquirida neste espaço, as “Mães do Rio” foi o primeiro movimento social a ser chamado a opinar sobre o projeto Mulheres da Paz.

⁶⁸ Que foi nossa principal informante sobre esta etapa do projeto.

⁶⁹ Juntamente com a CUFA participaram da elaboração do Projeto Mulheres da Paz, cerca de 83 movimentos sociais.

À etapa dos encontros nas comunidades seguiu-se a realização do Grupo Focal⁷⁰, coordenado por dois professores da Universidade de Brasília, com o objetivo de sintetizar as ideias obtidas nos encontros e grupos de trabalho.

Dessa etapa, participaram mulheres do Distrito Federal e de mais treze estados brasileiros, a saber: Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Pará, Minas Gerais, Alagoas, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

O evento reuniu um grupo de duzentas (200) mulheres moradoras das regiões consideradas pelo Ministério da Justiça as mais violentas do país⁷¹, mulheres com idades entre 20 e 65 anos, com maior representação daquelas na faixa etária entre, 40 e 55 anos⁷², que foram selecionadas pela CUFA e por entidades a ela vinculadas.

Segundo a ex - coordenadora do projeto, por meio desse processo, a equipe de formulação do projeto buscou imprimir organicidade à elaboração da proposta promovendo uma interlocução direta entre o Estado e a sociedade, garantindo a participação de diferentes atores – inclusive suas possíveis usuárias e dele surgiram algumas questões.

A primeira delas foi o descompasso entre o objetivo do encontro e as motivações das mulheres que lá se reuniram, pois, elas desejavam que aquela não fosse somente mais uma reunião institucional, mas sim um momento de efetivação de políticas públicas, e o reconhecimento das ações que já eram realizadas por elas, enquanto essa etapa foi apenas um dos momentos de construção da proposta, que ainda se encontrava em fase de elaboração - o que foi completamente de encontro aos propósitos das mulheres.

Segundo uma das minhas fontes dos relatos extraídos do grupo focal de Brasília:

Há dez anos existe o projeto Mães Solidárias, que tinha várias atuações como a ‘ressaca’, o ‘criando sonhos’, o ‘voltar a sorrir’ e o ‘apadrinhamento social’. Fomos trazidas para Brasília pelo Ministério da Justiça e tivemos três reuniões, dormindo e comendo mal, aplicamos questionários para ele, e nada foi dito. Agora sai o Pronasci, e estamos nos sentindo usadas! Não estamos aqui para sermos analisadas, não quero saber disso, só queria estar na coordenação, e participando do controle de um projeto que nós criamos! (participante do Grupo nº 08 – RJ, grifos nossos, 2007).

⁷⁰ Foi contratada para a moderação e observação dos grupos focais bem como para elaboração de suas matrizes, a empresa Socius Consultoria Jr. Em Ciências Sociais.

⁷¹ De acordo com o “Diagnóstico da incidência de homicídios nas regiões metropolitanas”, produzido pela SENASP, conforme citado na nota 52.

⁷² Dados obtidos por meio de um questionário de levantamento do perfil socioeconômico das mulheres participantes do evento. Fonte: Relatório Final do Grupo Focal “Projeto Mulheres da Paz”.

Com esta fala ficou claro que naquele momento o que elas queriam era a implementação do projeto, e a garantia de investimentos em suas propostas, para sua participação ali “valer a pena”, não querendo apenas opinar sobre uma virtualidade. Buscavam ali o reconhecimento efetivo de suas competências como empreendedoras sociais.

Outro ponto problemático, de acordo com a ex-coordenadora do projeto, foi o caráter de urgência que o Ministério da Justiça impôs à formulação do projeto, pois, tinha o propósito de formar um grupo de mulheres para atuar no primeiro Território de Paz, implantado no Complexo do Alemão em dezembro de 2008⁷³. Uma urgência que não se alinhava à dinâmica adotada no processo, pois, as mulheres participantes do grupo focal imprimiram-lhe um ritmo próprio, significando que, segundo nossa entrevistada,

O grupo focal que era para durar um x de tempo durou três vezes mais porque as mulheres não paravam de falar e era uma “muvuca” no corredor da universidade com palavras de ordem, então foi um momento assim, realmente muito interessante muito bonito (entrevista com a ex-coordenadora do Projeto em janeiro de 2012).

Essa fala nos permite explicitar as dificuldades que se apresentaram nesta fase de elaboração que, embora seja relatada de forma positiva pela entrevistada, deixa entrever os inconvenientes gerados pela reunião de várias mulheres ativistas, que aproveitaram o momento para empunhar e defender suas bandeiras, tentando fazer-se ouvir de fato em suas demandas, coletivas e particulares. Reforçada pelo fato de que as mulheres não queriam ser alvo de análises estando ali para avaliar uma proposta de política pública, verbalizando suas críticas a partir de seus referenciais de militância e posicionamentos ideológicos.

Igualmente, não faltou desconfiança de algumas mulheres na efetivação da política, especialmente, aquelas mais experimentadas na prática dos movimentos sociais, que sabiam que inúmeras propostas são feitas, mas nem sempre são concretizadas. Para elas:

O problema é a gente acreditar, e enfrentar o problema e cobrar, porque eu não quero chegar em uma comunidade, a minha preocupação com esse projeto você sabe qual é, é eu chegar numa comunidade, chamar uma mãe (...) falar que ela vai receber uma bolsa (...) e isso não acontecer. Só quem pode me dizer quando na prática nós vamos começar a trabalhar é o Ministério (participante do Grupo nº 17 - DF, 2007).

De forma muito sucinta, desse evento, destaco a participação do Espírito Santo, que representado por uma conhecida associação de mães capixaba contribuiu ativamente com críticas e propostas ao projeto.

⁷³O primeiro Território de Paz, em dezembro de 2008. Para esse grupo, foram selecionadas 2.550 mulheres para atuarem em dezoito territórios de paz nesse Estado.

2.4.3. A Contribuição do Espírito Santo nessa Experiência: O Grupo Focal N° 16⁷⁴

Também considerada como uma das regiões mais violentas do país, a Região Metropolitana da Grande Vitória as organizações capixabas foram representadas no processo de formulação do Projeto Mulheres da Paz pela Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Espírito Santo (AMAFVV/ES)⁷⁵.

Esta associação ficou conhecida no cenário capixaba pela defesa dos direitos humanos, especialmente, no combate à violência policial e à violação dos direitos dos presos. Evidentemente, a relevância da contribuição desse grupo no evento, em razão de seu reconhecimento como movimento social combativo, atestado pela história da entidade que qualifica suas integrantes como boas interlocutoras sobre as questões dos direitos humanos e da segurança pública. A história da AMAFVV/ES pode ser assim resumida:

Após a morte do filho (maior parte dos casos) ou de um parente bem próximo (irmão), as mulheres se reuniam na casa de amigos. A líder do grupo (apontada como tal pelas mulheres) resolveu, então, criar a associação. Preocupou-se em “legalizar” (registro legal) o grupo para ter mais força, que iniciou com 20 pessoas e hoje são 1.500 mães e familiares cadastradas, vítimas da violência (Relato do moderador do grupo focal n° 16 que reuniu participantes do ES, realizado em 16 de dezembro de 2007).

De um modo geral, as mulheres do Estado dirigiram ao evento uma crítica sobre a sua importância, cobrando a participação do Ministério da Justiça no processo, que para elas não esteve representado nos grupos de trabalho, questão agravada pelo fato de que para o grupo não houve importância aquele encontro, pois, segundo uma de suas participantes: *hoje eu acho que foi em vão a viagem da gente. Pra mim eu acho, porque não teve debate, a gente não pôde debater com o Ministro da Justiça, com ninguém* (participante do grupo focal n° 16, 2007).

Acreditando somente na luta da associação e, com a experiência das dificuldades enfrentadas com o sistema de segurança pública capixaba, as mulheres se mostraram descrentes com as propostas lá colocadas, especialmente, no que se referia às parcerias com a polícia. Por isso estiveram lá para dar mais visibilidade ao seu trabalho. Influenciado pelos referenciais de suas ações, o grupo avaliou que a proposta do Projeto Mulheres da Paz era a

⁷⁴As análises aqui desenvolvidas foram feitas a partir do conhecimento sobre o trabalho da AMAFVV/ES no ES e do relatório do grupo focal realizado pelo Ministério da Justiça.

⁷⁵Instituição fundada em 2001, por Maria das Graças, uma dona de casa que se tornou ativista após o assassinato de seu filho. A AMAFVV/ES surgiu da necessidade de mães e vítimas da violência levar ao conhecimento público os crimes e injustiças cometidos no Estado. A entidade ficou conhecida pelo trabalho em favor dos direitos humanos e por justiça e, atualmente conta com mais de quatro mil mães e familiares de vítimas da violência no Espírito Santo. FONTE: <http://www.amafavv.blogspot.com.br>.

oficialização das ações que elas já realizavam solicitando, então, que as verbas fossem nelas investidas, enfatizando, inclusive, o receio de que o projeto concorresse com o trabalho da associação, conforme evidencia o registro do relator do grupo:

Participante critica a eficiência dos projetos promovidos pelo governo. A verba nem sempre chegaria aos locais, eles não conhecem a realidade das pessoas. Além disso, tentam criar grupos que já existem, como no caso de Mães da Paz, se for criado um novo grupo no Espírito Santo vai competir com a Associação de mães, elas já existem (Relato do Moderador do Grupo Focal do PRONASCI Nº 03 que reuniu mulheres do ES e PA, realizado em 16 de dezembro de 2007).

De forma explícita, se propuseram à participação no evento para reafirmar o trabalho já realizado pela associação e solicitar que o governo investisse em suas ações. É o que observamos nos relatos abaixo:

Eu acho que precisa, sim, de mais verba para a associação, que, através da associação, que não dispõe de ajuda, que é só a gente lá mesmo que tem condições de ajudar um pouquinho, eu, ela e a Graça, porque as outras, coitadinha... (...) e a Graça tem muita coisa em mente pra fazer (...), assim, ajudar pessoa, sabe, assim, ela já falou, abrir um restaurante pra botar as mães pra trabalhar, os filhos pra ajudar, ter horário integral pra escola (...) mas a nossa situação financeira, não dá, não tem condições (participante do Grupo Focal nº 16 que reuniu mulheres do ES, 2007).

2.4.4. O Nome: Uma Importante Questão

Além das questões institucionais, nesse processo também se evidenciaram as tensões ideológicas existentes na concepção do projeto, que foram explicitadas pelos conflitos e divergências entre as feministas e os outros movimentos de mulheres⁷⁶ que, orientados por referenciais e objetivos distintos, defenderam posicionamentos igualmente díspares acerca de muitos temas, dentre os quais destacamos o “nome do projeto”.

Dos vários embates que o processo gerou com certeza a escolha do nome foi um dos mais acirrados, já que nomear, nesse caso, não é uma coisa simples, pois, torna visível as representações, expectativas e ideologias daqueles que são responsáveis por fazê-lo, e nesse caso não foi diferente.

O nome inicial, conforme já dito, foi “Mães da Paz”, fazendo alusão aos diversos movimentos de mães e mulheres que se formaram no campo social para lutar por justiça e pela paz. Segundo a ex-coordenadora do projeto, a escolha do nome “Mães da Paz” foi uma homenagem às Mães da Praça de Maio, às Mães da Bolívia, que afirmou que, mesmo considerando o fenômeno da maternidade como um fator motivador de ação, o projeto em si

⁷⁶ Fazemos essa distinção com base em COSTA (2005) que diz que, embora o movimento feminista se insira no movimento mais amplo de mulheres, dele se distingue por se basear basicamente na defesa dos interesses da mulher, questionando os sistemas culturais e políticos construídos pelos papéis de gênero. Ao passo que o movimento de mulheres se aglutina em torno de diferentes demandas sendo algumas vezes vinculado a outros movimentos ou ao Estado.

não era para ter adquirido o tom tutelar que recebeu e, tampouco teve o objetivo de falar de um lugar privado da mulher, reduzindo a dimensão de sua ação. Em suas palavras:

Eu particularmente não gosto do tom tutelar que se usa quando se fala em mãe. Não era esse o nosso tom quando a gente falava em Mães da Paz a gente queria fazer uma homenagem às Mães da Praça de Maio, às Mães da Bolívia. Mas não era o tom tutelar de ‘mãezinha’. Acho que a campanha não aproveitou bem isso aí não gosto do jeito como se fala. Mas não há como a gente ter dúvidas de que a maternidade é um dado fundamental na vida dessas mulheres quando elas vão atrás de justiça é porque seus filhos morreram (entrevista realizada pela pesquisadora em janeiro de 2012 com a ex - coordenadora nacional do projeto).

Entretanto, esse foi um entendimento institucional, e as críticas direcionadas a este aspecto foram contundentes, especialmente, por parte do movimento feminista que compreendeu que o nome encerrava uma concepção naturalizada e essencialista sobre o instinto materno, reforçando as representações tradicionais de gênero presentes na sociedade, por meio das quais se acredita que a maternidade faz parte da natureza da mulher estando esta fadada ao destino social de ser mãe⁷⁷, ou seja, sua função social se resume ao cuidado da família e dos filhos. Essas representações que desconsideram:

(...) As reivindicações e movimentos femininos, nas últimas décadas, marcaram profundamente a sociedade ocidental, particularmente a brasileira, alterando o sentido da visão sobre a mulher, seu papel social, sua participação no interior da família e, por conseguinte, da própria história da mulher (...). Para isso, foram consideradas as instituições periféricas e os movimentos sociais provocados pela própria mulher, de modo a por fim em sua reclusão biológica patriarcal e transgredir o destino feminino que lhe foi imposto pela sociedade por muitos séculos (NADER, 2001, pp. 92-93).

De modo bastante enfático, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) questionou a proposta, se posicionando contrariamente a ela, afirmando que *as feministas, não podiam silenciar mesmo diante de sua nomenclatura, conservadora e essencialista, situando a mulher-mãe como a cuidadora, responsável uma por cuidar e educar* (TEIXEIRA, *op. cit.*, p.23).

Diante dessas questões, o nome foi muito contestado, por essa carga ideológica acerca do papel social da mulher ao atribuir-lhe a exclusividade a tarefa do cuidado e tutela de outrem. Além disso, tal proposta também excluiu o homem da responsabilidade de também promover a paz, desconsiderando o engajamento de muitos homens na promoção da paz, e considerando isso foi que por a SPM defendeu o nome **Lideranças da Paz**, que admitia também a possibilidade de inclusão dos homens como operadores da paz, enfraquecendo a associação entre o feminino e o cuidado.

⁷⁷Sobre essa discussão, ver NADER (2001). Reclusão Biológica e Transgressão Feminina: a mulher entre dois destinos. In: Dimensões – Revista de História da UFES, Nº 13, 2001(pp. 92-103).

No campo das posições mais conciliatórias, apareceram propostas mais ampliadas em torno do tema, como a *ideia de que o nome do programa não fosse mães da paz, mas sim família da paz*, [pois], *de acordo com elas, a mulher já tinha muitos papéis dentro da sociedade e os homens também devem participar dos programas* (Relato do moderador do Grupo Focal nº11 que reuniu as mulheres do Paraná, 2007).

Entretanto, outros movimentos de mulheres não viam essa associação do projeto como problemática, ao contrário, reforçou esta característica como um capital a ser valorizado nas mulheres, pois, para muitas daquelas que participaram do Grupo Focal, a maternidade não era um conflito, mas sim um dado constituinte da subjetividade feminina, posto que para elas *as mães são as portadoras da vida. As mães, companheiras e mulheres estão sempre à frente da organização para essa mudança* segundo o relato do Moderador do Grupo n.º 06 que reuniu mulheres de MG e SP. Além disso, este grupo de mulheres focalizava também um ponto muito importante em sua realidade, que aqui eu chamo de maternidade social, ou seja, segundo elas:

Tu vê o dia a dia, aquelas mães que lutam né? Muitas saem de manhã pra trabalhar e deixam seu filho pra ir pro colégio, e terminam sabendo que não, que eles não foram pro colégio, tão se juntando com outras pessoas, e que vão se perdendo no dia a dia. E a gente precisa que, assim, a comunidade, ou qualquer coisa assim, que faça alguma coisa pra não deixar esses jovens tudo caindo no mundo das drogas, porque são muitas crianças mesmo, de fato. (...) Só que a gente não quer o melhor só pro filho da gente. Eu quero o melhor pro meu filho, por teu filho, pro teu, pro de nós todos, porque nós todos somos mães (participante do Grupo Focal nº 13, RS, 2007).

Indiscutivelmente, a categoria de maternidade social foi à outra noção que embasou a proposta do projeto, a partir da constatação de que o cuidado é partilhado pelas mães residentes na comunidade, por meio das “redes de apoio” que surgem nas periferias brasileiras como uma importante estratégia das mulheres no cuidado de seus filhos.

Corroborando o que afirmei acima, temos a fala da ex-coordenadora do projeto que indicou isso claramente ao ser entrevistada:

A gente tem um fenômeno importante na América Latina de uma espécie de maternidade social onde todos os filhos são filhos de todas as mães porque é assim que essas mulheres vivem nas suas comunidades também como quando algumas vão trabalhar as outras ficam em casa todas cuidam dos filhos de todas. Então a gente tem que sair da coisa babaca que não pode acolher, que não pode cuidar, que não pode ser mãe. Que eu acho que a América Latina diferentemente da Europa, dos Estados Unidos e de outros lugares propõe uma maternidade social crítica, importante que se vincula a outras coisas. Então isso aí tem que ser repensado não pode se atirar na lata do lixo (...) (Ex-Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres da Paz).

Formalmente, com esse argumento pretendeu-se responder à crítica que o projeto tinha recebido das feministas e devolver-lhe o conteúdo de homenagem, pensado inicialmente, nos diversos grupos de mães, conhecidos ou anônimos, que tomam para si as responsabilidades com o bem-estar dos filhos de outras mulheres.

Mas, de fato, o que se explicitou neste contexto, foram as tensões do próprio movimento entre as mulheres e as feministas, que haviam se apresentado em outros pontos. Que não são tensões recentes e, envolvem as transformações históricas do movimento feminista brasileiro⁷⁸, marcados por clivagens de origem racial, de classe, geográficas, ideológicas etc, que se constituíram no movimento e que se manifestam nos espaços onde o que está em jogo são a visibilidade política e disputa de poder.

Mas, neste caso, mais especificamente, se tornou mais explícito com o dilema sobre o nome. Ocorreu, portanto, segundo relata o moderador do grupo, as mulheres se sentiram “sufocadas” pelas feministas, e não gostariam de trabalhar com elas⁷⁹.

Falas como esta ressaltaram os conflitos surgidos naquele espaço, e demonstraram a persistência das dissensões existentes entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, surgidas pelo modo diverso como ambos compreendem o mundo e o papel da mulher nesse mundo, se engajando, por consequência, em lutas também diversas⁸⁰.

Ao fim de todo o debate, conseguiu-se um consenso em torno do nome **Mulheres da Paz**, considerando o fato de que suas principais beneficiárias eram mulheres e, prevalecendo a noção de que a maioria dos movimentos em favor da paz é capitaneada por mulheres. Os resultados de todo esse processo deram origem a um relatório utilizado pela equipe responsável pela elaboração do projeto, com o objetivo de definir a concepção e a formulação final do Projeto Mulheres da Paz.

⁷⁸Sobre a formação e mudanças do movimento feminista ver também os textos de Rachel Soihet e Joana Maria Pedro in: PINSKY; PEDRO (org.) Nova História das Mulheres, 2012.

⁷⁹ Relato do moderador do Grupo Focal nº 8 que reuniu as mulheres do Rio de Janeiro que acrescentou também que as mulheres preferiam o nome Mães pela Paz, sugerido por elas, do que Mulheres da Paz, que foi sugerido pelas feministas.

⁸⁰De acordo com Costa (2005), no período pós- regimes militares, houve três padrões de mobilização política dentro do que se identifica movimento de mulheres na América Latina: os grupos de direitos humanos que se organizaram em torno da anistia política, os grupos e organizações feministas e as organizações de mulheres urbanas pobres articuladas geralmente através do bairro, em associações e federações, em torno de demandas como o aumento do custo de vida, a melhoria do transporte, o saneamento básico, as creches, a saúde pública etc (2005, p.28).

2.5. O Projeto Mulheres da Paz e a Cidadania Feminina: A Crítica Feminista

A despeito do debate em torno dos conceitos do projeto, no seu desenvolvimento ele se construiu sob a representação tradicional do papel social da mulher, reproduzindo uma concepção naturalizada das funções ligadas à maternidade e seus derivados (acolhimento, afeto, cuidado, orientação etc), e fazendo da ação privada uma ação para a vida pública, esse fato guarda profundas semelhanças com tempos passados, em que *a mulher era então educada para "maternar", cuidar dos outros.* (...) *sendo esta função naturalizada e reproduzida por intermédio da socialização de meninos e meninas.* (MORAES, 2003, p.497)⁸¹.

Nesse aspecto, como vimos, o movimento feminista foi pioneiro em identificar e criticar essa visão, questionando a relevância desse projeto para a efetivação da cidadania feminina e, explicitando o que foi enfatizado por Roger Chartier, ou seja, que *as representações do mundo social (...) são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza* (CHARTIER, 2002, p. 17).

Por esta formulação teórica foi possível compreender os conflitos entre as diferentes representações sobre o nome e as ações do projeto Mulheres da Paz, que apresentou também outro problema, isto é, o fato dele estar voltado para um programa cujo foco é outro segmento social, a saber: os jovens e, mais especificamente, os jovens masculinos.

Por isso considero que, objetivamente, o projeto Mulheres da Paz não foi uma política de gênero, mas sim uma política com uma *sensibilidade de gênero*⁸² (JENSON, 2009), já que foi uma política pública que incentivava a participação política e social da mulher por meio de uma ação que tinha como foco o cuidado de outrem, e não necessariamente - ou principalmente -, o atendimento de suas beneficiárias diretas. Ou seja, embora o projeto se direcionasse as mulheres, seu objetivo central não foram elas, mas sim o atendimento e o cuidado a uma clientela considerada vulnerável, nesse caso os jovens do PROTEJO.

A razão de existência do Projeto Mulheres da Paz, para além de atender a demanda de políticas para as mulheres, era orientada para o cuidado dos jovens comprovada pela fala de nossa entrevistada, em que segundo ela:

⁸¹ Op. Cit. p. 497.

⁸² Conceito trabalhado por JENSON (2006; 2009), que analisa as políticas públicas que centram foco na mulher, mas relacionando-a ao cuidado. Discorreremos sobre este conceito ao final deste trabalho.

o PRONASCI como um todo não via a necessidade de autonomia dessas mulheres, isso era uma coisa que o Mulheres da Paz via, mas o PRONASCI não via, o PRONASCI só entendia a existência dessas mulheres pra cuidar da meninada ... (Ex-Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres Da Paz).

Nisso se baseou, portanto, a crítica das feministas às principais diretrizes do projeto no que se referia às questões de gênero, pondo o questionamento sobre como o programa, em geral, e o projeto em particular, garantiria os direitos à segurança e a cidadania das mulheres já que não propunha ações concretas para isso. Não obstante todo esse percurso e apesar de todas as críticas, na elaboração final do projeto “o máximo que conseguiram, após séries de discussões e três reuniões no Ministério da Justiça, foi a modificação do nome do programa (sic)” (TEIXEIRA, *op. cit.*).

CAP. III. O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO MULHERES DA PAZ EM VILA VELHA – ASPECTOS GERAIS

3.1. A Ação do Projeto Mulheres da Paz na Região de Terra Vermelha

Pertencente a Região Metropolitana da Grande Vitória, uma das regiões metropolitanas brasileiras com altos índices de criminalidade de acordo com o Ministério da Justiça⁸³, o município de Vila Velha foi habilitado por esse motivo a receber o conjunto de ações do PRONASCI, e por consequência o Projeto Mulheres da Paz, concentrando-as na região da Grande Terra Vermelha⁸⁴.

Embora fosse um território geograficamente extenso⁸⁵ e demograficamente populoso⁸⁶, a região de Terra Vermelha pode formar um grupo de somente vinte e cinco (25) “mulheres da paz”, um quantitativo que comparado aos outros municípios da Grande Vitória que receberam a ação, foi o menor.⁸⁷

Para a formação do grupo de Terra Vermelha, o gestor municipal, informado pelos critérios de seleção, visou escolher mulheres que apresentassem algum engajamento e/ou identificação com o trabalho comunitário. Essas características levaram em conta tanto os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Justiça e outros que foram acrescentados pela equipe gestora, como exemplo: a participação na associação de moradores, filiação a movimentos sociais ou religiosos etc. Assim, o grupo de “Mulheres da Paz” de Terra Vermelha foi formado por

⁸³. Vide “Diagnóstico da incidência de homicídios nas regiões metropolitanas”.

⁸⁴A região da Grande Terra Vermelha reúne um total de vinte e três bairros contabilizando uma população de aproximadamente 44 mil hab.
Fonte:Censo,2010cf:http://www.valorcapixaba.com.br/noticias.205.indicadores_socioeconomicos_dos_bairros_do.html acesso em 03/11/12).

⁸⁵ Vide o mapa da região em anexo.

⁸⁶Dentre os vinte e três bairros que compõem a região, foram escolhidos para receber o projeto os bairros de Terra Vermelha, Residencial Jabaeté, João Goulart, Barramares e Morada da Barra. Os cinco bairros juntos reúnem cerca de 25 mil hab.

⁸⁷ De acordo com o gestor municipal esse fato ocorreu devido à falta de planejamento da equipe anterior que escreveu o projeto sem atentar para os detalhes técnicos e operacionais, dando origem a discrepâncias como número de cadeiras menores que os números de mesas, prazos diferente e, consequentemente um número insuficiente de mulheres da paz, em relação à extensão territorial e populacional da região. Na região metropolitana da Grande Vitória os municípios de Cariacica, Serra e Viana selecionaram 50 mulheres, e o município de Vitória foram selecionadas 200 mulheres.

mulheres com idade entre os 18 anos até os 54 anos, sendo a maioria casada⁸⁸ e com filhos. Elas foram equitativamente divididas entre os cinco bairros da região e atuaram em dupla ou trio. Grande parte das mulheres já trazia uma experiência de trabalho comunitário tendo atuado na associação de moradores, grupos religiosos ou projetos sociais no bairro (por exemplo, o Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil e o projeto Escola Aberta) dado que foi considerado com um critério classificatório para a seleção delas.

Como desenvolvimento do Projeto Mulheres da Paz em Vila Velha, foi proposto que as mulheres estabelecessem nas comunidades um novo padrão de relações comunitárias, baseadas na resolução pacífica dos conflitos e de convivência cidadã, nisso consistindo o caráter preventivo das ações das “mulheres da paz”, na busca de uma “cultura de paz”⁸⁹.

3.1.1. Cultura da Paz: Uma Propostas de Ação

No termo de referência, o documento orientador dos convênios das ações do PRONASCI, utilizado pela prefeitura de Vila Velha, em que foram discriminadas as atribuições, objetivos e responsabilidades da pessoa jurídica que executou o projeto, indicou-se que as “mulheres da paz” deveriam promover grupos, oficinas e trocas de experiências, para a implantação de ações que orientassem práticas de direitos humanos e de proteção da vida, estimulando uma “cultura de paz”.

Por isso, o conceito da “cultura da paz” foi um tema muito trabalhado no curso Promoto ras Legais Populares⁹⁰, visando capacitá-las a implantar a prática da mediação e da resolução não-violenta dos conflitos, para a promoção de padrões de convivência mais pacíficos.

Neste aspecto, retomo a premissa teórica acerca das representações tradicionais de gênero que o Projeto Mulheres da Paz reforça porque o tema *paz* surgiu, no seu bojo, como uma característica relacionada ao sexo feminino, como um atributo natural da mulher vista como pacificadora e conciliadora, reiterando a representação de que as mulheres são portadoras

⁸⁸ Em nosso trabalho, consideramos como casadas também aquelas mulheres que viviam em união consensual ou estável.

⁸⁹ Como conceito a cultura de paz envolve um conjunto de práticas capazes de serem transmitidas. Compreende que a violência não é inerente à humanidade, e nem a paz, portanto, a paz precisa ser ensinada, aprendida e estimulada transformando o comportamento individual, a vida familiar e as relações na comunidade. Vide Cartilha nº4 “ Cultura de Paz: novas abordagens da prevenção da violência entre jovens”. Instituto Sou da Paz/ PRONASCI/MJ. 2010 (p.13). Disponível em: <http://www.soudapaz.org/Default.aspx?tabid=79&tag=0&assunto=28> Acessado em 15/ago/2012.

⁹⁰ Vide programa em anexo.

privilegiadas dos valores da paz e de seus derivados (mediadoras, conciliadora, apaziguadora etc). Uma noção que foi corroborada por relatos similares ao que se segue:

Eu acho que num projeto desse, que é pela paz, a mulher tem mais capacidade. Porque o homem é mais violento (...), ele é mais mandão. (...) A mãe é mais amiga, se preocupa mais, é mais de dar amor. Às vezes o pai, já é menos... Não se preocupa muito. A mãe tem mais paciência, se dedica mais, se interessa mais. (...) Porque a mulher é assim. Quando ela quer mesmo, ela vai atrás, chova ventos ou tempestades” (participante do GF Nº 18 - PA, 2007).

Ou ainda:

o projeto Mulheres da Paz no Brasil potencialmente é imenso (...) [pois] a gente tem uma mobilização internacional nesse momento de mulheres brigando pela paz, de mulheres brigando contra o mundo bélico, de mulheres brigando contra os conflitos, então eu acho assim que é um projeto de uma potência imensa neste momento. Porque ele é uma boa ideia, ele é uma ideia contemporânea que nesse momento as mulheres que estão falando pro mundo são as mulheres que estão falando pela paz (...). As mulheres no mundo inteiro estão brigando pela paz (Ex-Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres Da Paz).

Com efeito, na experiência de Terra Vermelha também observei que as mulheres assumiram essa ideia, incorporando-a, inclusive, como um capital diferencial em relação aos homens, tidos sempre como mais violentos, colocando-se como sujeitos privilegiados para a mobilização de movimentos de paz e reafirmando, assim, as noções do projeto sobre suas capacidades em relação à função de multiplicadoras da “cultura da paz”.

Vejamos como as mulheres percebiam isso:

As mulheres (risos) sei lá uma coisa mais angelical, mulher, paz, uma coisa mais angelical sei que eu acho que poderia ter essa diferença. Uma mulher tem como educar um filho talvez a mulher também poderia educar essa sociedade assim da onde tá atuando a Mulher da Paz (ROSANA, mulher da paz do bairro de Morada da Barra).

Este relato nos permite compreender as clivagens de gênero existentes em nossa sociedade, que consideram que os comportamentos e temperamentos das pessoas são características inerentes do sexo e não papéis moldados pela cultura ou por traços da personalidade. Por isso, se atribui por meio das representações de gênero, aos homens, o comportamento agressivo e violento e às mulheres, a conduta relacionada à docilidade, ao pacifismo e a tolerância.

Sobre esse tema foi muito importante a contribuição de Mead (2009) que demonstrou, teórica e empiricamente, que os temperamentos são condicionados pela cultura e não pelo sexo, enfatizando que :

O sacrifício das diferenças de sexo significou uma perda na complexidade para a sociedade. Tomemos, por exemplo, a suposição corrente de que as mulheres se opõem mais à guerra do que os homens, de que qualquer aprovação declarada quanto à guerra é mais horrível, mais revoltante nas mulheres do que nos homens. Por trás dessa suposição, as mulheres podem trabalhar pela paz sem enfrentar a crítica social em comunidades que criticariam imediatamente seus irmãos ou

esposos se estes tomassem, como elas, parte ativa em propagandas de paz. Essa crença de que as mulheres estão, por natureza, mais interessadas na paz é, sem dúvida, artificial, parte da mitologia toda que considera as mulheres mais delicadas que os homens (MEAD, 2009, pp.297-8).

Com isso, a autora comprova que a inclinação para movimentos de paz ou para a guerra são construções culturais, encorajadas ou frustradas pela estrutura social nas quais os sujeitos estão inseridos. Demonstrando, portanto, a suposição da mulher como a promotora natural da paz e o homem o seu oposto são expressões de representações construídas culturalmente.

Mesmo não desconsiderando a relevância da proposta, pondero que nas regiões atendidas pelo programa, e por ele classificadas como ambientes conflagrados⁹¹ pela violência, falar nos conceitos de paz e violência carece de maior definição, pois, nesses contextos, eles implicam em fenômenos e processos muito específicos. Nessas localidades, em regra, a violência⁹² está relacionada ao comércio ilícito de drogas e à disputa por território, bem como, por conflitos interpessoais potencialmente letais, em razão da facilidade de acesso a armas de fogo.

Todos esses fatores estão, indiscutivelmente, ligados a universos majoritariamente masculinos. Cabendo, portanto, o questionamento sobre as possibilidades de uma ação de mediação feminina em conflitos eminentemente masculinos, ocorridos por motivações específicas e determinadas. E aqui, se justifica mais uma vez a crítica das feministas em relação à segurança das mulheres nessas localidades, ao se preocuparem com as dinâmicas criminais aí existentes e a natureza dos problemas que elas enfrentam que, em regra, são agravados pela cultura sexista que lhes impõe limites reais para o exercício de sua própria cidadania.

3.1.2. A Paz sem Voz: Os Desafios da Ação das “Mulheres da Paz” em Terra Vermelha

Ao analisar o Projeto Mulheres da Paz como uma ação de segurança pública, percebi que ele parte de uma visão idealizada das relações comunitárias, concebendo, grosso modo, a seguinte associação: as mulheres conhecem os “delinquentes do lugar” desde crianças, sendo por eles respeitadas, portanto, são referenciadas como figuras positivas, que quando na ausência de uma boa referência familiar, se tornam personagens importantes para sua reinserção social por ter, supostamente, sobre eles uma ascendência moral capaz de retirá-los do universo criminal em que estejam inseridos e reorientá-los para outras estratégias de vida.

Ou como definiu o gestor municipal de Vila Velha:

⁹¹ Termo utilizado nos documentos do PRONASCI. Vide <http://portal.mj.gov.br>. Acessado em: 28/04/2012.

⁹² Com exceção da violência doméstica e familiar de que falaremos um pouco mais a frente.

o projeto Mulheres da Paz (...) primeiro ele tem uma questão afetiva, né (...) principalmente das mulheres que convivem nos bairros, nas comunidades mais humildes e que convivem com essa realidade no cotidiano (...) que aguentam essas diversas desigualdades que os jovens sofrem. Então essas mulheres seriam a protagonista desse movimento de transformação, a concepção do projeto apesar de ser **romântica e hipócrita**... mas é verdadeira, é verdadeira... por que? Essas mulheres elas conseguem enxergar muito mais que muito gestor público enxerga (...) elas conseguem ir aonde o Estado não vai... (Gestor municipal, grifos nossos).

Uma hipótese que parte de uma perspectiva simplificadora das relações de vizinhança, além de desconsiderar as novas dinâmicas da criminalidade urbana, especialmente o tráfico de drogas, tendendo, em razão disso, a minimizar – ou ignorar - os riscos reais que a ação comporta para as “mulheres da paz”, seja pela possibilidade de serem vistas como deladoras, seja por disputarem com o mercado do tráfico de drogas seus “trabalhadores” e “clientes”.

Em Terra Vermelha, o objetivo de se implantar a “cultura de paz” foi estimular nas pessoas da comunidade a prática da mediação dos conflitos e ensiná-las a resolvê-los por meios legítimos e não violentos, visando à diminuição de sua letalidade e, ao reestabelecimento dos vínculos familiares e comunitários. Todavia, esses objetivos encontraram dificuldades reais na ação das “mulheres da paz”.

Observemos o relato de Olívia a esse respeito:

Um *slogan* do projeto que veio assim pra, ah! vai dar certo foi o **mediar conflitos na comunidade**, que no final só ficou o *slogan*. Nem sempre houve mediação... não chegou a ter um bom êxito. Na parte doméstica onde houve muito conflito... foi identificado muito conflito. Mesmo porque as mulheres como estavam trabalhando com famílias que tinham adolescentes... e essa mediação foi difícil entre família com adolescente porque os meninos já estavam convictos de que queriam ficar no meio que não devia... tráfico... e muitas vezes quando a mulher chegava pra mãe do adolescente pra orientar que ela deveria conversar com o menino, que deveria orientar para que voltasse à escola ela falava que: ‘eu não vou fazer porque se eu fizer eles vão me bater, vai me botar pra fora de casa, vai me matar, vai falar que já falou que se eu falasse ou comentasse alguma coisa a respeito ia me matar’. Então esse tipo de mediação que mais era necessário fazer não teve êxito (Olívia, assistente social da equipe multidisciplinar, grifos nossos).

Este depoimento evidenciou claramente alguns dos entraves postos ao trabalho das “mulheres da paz” naquela região e que, conseqüentemente, foi um desafio para o estabelecimento da cultura da paz que se pretendia implantar, já que as dificuldades de mediação começavam na esfera doméstica e se agravavam quando transpostos para as relações na comunidade. Ser uma mulher da paz em Terra Vermelha gerou tensões importantes relacionadas diretamente a dois aspectos interdependentes, ou seja, ser vista como X-9⁹³ e, o relacionamento com a polícia.

⁹³ Termo usado para designar pessoas que servem como informantes ou delatores de suspeitos e criminosos para a polícia.

Sobre o primeiro ponto, ou seja, a questão de ser X-9 apresentou-se logo no início dos trabalhos em razão da natureza da proposta. Poucos dias após de iniciadas as atividades na região, chegou à equipe multidisciplinar, por intermédio das mulheres, informações sobre supostas ameaças dirigidas ao projeto, que havia sido interpretada como uma ação para ajudar a polícia, e esse fato deixou as “mulheres da paz” muito amedrontadas.

A ideia de X-9 foi à primeira representação criada pelas pessoas quando começou a se falar no projeto na comunidade o que, curiosamente, motivou a inscrição de algumas mulheres para saber do que realmente ele se tratava. Foi o que constatei na fala de Mariana que foi selecionada e se tornou uma das mulheres consideradas mais engajadas, mas não ocultou que, durante um longo período, teve medo em ser “mulher da paz”. Vejamos:

Eu imaginei que seria X-9 (risos) (...) Eu fui pela curiosidade, né fui saber mais se era isso mesmo e quando eu cheguei lá não era aí eu continuei. (Mariana, mulher da paz do bairro João Goulart).

No entanto, mesmo com o estigma do X-9 ainda presente, conseguiu-se formar o grupo de mulheres para participar do projeto pelas outras razões que ele comportava, isto é, pela bolsa oferecida e também pela ideologia comunitária que ele pregava. Mas, que não se deu facilmente, pois, somente os esclarecimentos iniciais não serviram para dirimir de todas as mulheres o temor e o sentimento de insegurança⁹⁴ causados pela situação. Assim, ocorreram algumas desistências das mulheres selecionadas, fazendo com que a equipe procedesse nos primeiros dois meses do projeto, a um contínuo processo de reclassificação para a substituição das desistentes.

Embora fossem alegados outros motivos para as saídas, no início do projeto essa questão foi um motivo importante para algumas desistências, conforme verificamos nos relatos que se seguem:

As pessoas estavam falando que estava tendo apoio com a PM [polícia militar] que realmente tem essa questão..., que também é o Polícia Interativa ... O PRONASCI com a parceria com a PM, aí tem essa questão PRONASCI, aí também Mulheres da Paz aí fazia tipo essa ponte aí eu acho que eles ligaram a isso (...) isso aconteceu no início é falavam ah X-9 não sei que... **tanto que minha prima passou na primeira fase só que depois ficou sabendo destas questões não quis continuar pediu para sair e tal...**(ROSANA, mulher da paz do bairro Morada da Barra, grifos nossos).

O mesmo que indicou Angélica:

⁹⁴O sentimento de insegurança é um conceito formulado por Roché (1993) para melhor precisar a noção de insegurança, ou seja, por meio dele o autor pretendeu ver de que modo os atores sociais o vivem, o sentem na realidade. Sobre o tema ver **Roché**, Sebastian. *Le Sentiment d'insécurité*, Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

... a gente no começo não foi assim bem visto pelo tráfico dentro do bairro por causa disso, um projeto de segurança pública, né . A gente teve até uns problemas com traficantes mandando recado falando que a gente ia pegar ia mexer com isso **ai teve mulheres até que saíram por causa disso ficaram com medo, receosas**. (ANGÉLICA, mulher da paz de Terra Vermelha, grifos nossos).

As mulheres que ficaram no projeto, permaneceram temerosas, mas acreditavam numa ação eficaz por parte do gestor municipal para sanar o problema, que por sua vez, recomendou a atitude de “publicização do projeto”, ou seja, esclarecer ao maior número de pessoas o que era o projeto e quais eram os seus objetivos.

Isso foi feito com o apoio das lideranças comunitárias, das instituições da região (igrejas, associação de economia solidária, escolas etc) e por meio de uma ação social denominada “Cafê da Paz”⁹⁵.

Após a realização do “café da paz” houve o recesso de fim de ano, e acreditou-se que com essa “pausa”, juntamente com a imagem passada pela ação, fizesse com que essas questões se dissipassem. As atividades foram retomadas no início de janeiro de 2010, quando todas as mulheres retornaram.

No entanto, a adoção daquelas medidas não garantiu que o receio das “mulheres da paz” desaparecesse completamente, fazendo-as buscar estratégias particulares para lidar com a questão, assim, algumas evitaram andar em lugares considerados por elas como perigosos; outras não andavam com a camisa do projeto etc. Todavia, foi um consenso entre as minhas entrevistadas a percepção de que a própria prática demonstrava quais eram os seus objetivos; que com o passar do tempo permitiu com que conseguissem realizar suas atividades de orientação sem maiores constrangimentos.

De acordo com Angélica:

depois eles [os traficantes] viram que o projeto num era pra trazer a polícia ou levar a polícia na casa da pessoa ai foi acalmando, foi acalmando, eles viram que era nós mulheres mesmo indo na casa conversando viram quando a gente atuando. Eles viram a gente pra lá e prá cá indo na casa, conversando ou resolvendo uma coisa aqui outra coisa ali ai viram que não era né aquilo o que eles achavam que é o que chegou eles acharam que a gente ia andar na casa com polícia. Que ia falar o que tinha na casa, então... ai foi acalmando bastante. (Angélica, mulher da paz de Terra Vermelha).

⁹⁵ O Cafê da Paz, realizado no período do Natal, foi a primeira ação comunitária das “mulheres da paz” visando produzir uma imagem positiva do projeto para a comunidade e desvinculá-lo da ideia de era um projeto para delatar os bandidos à polícia. Nesta ação além do café da manhã servido às pessoas carentes selecionadas pelas mulheres, foram distribuídas cestas básicas, roupas e calçados que foram disponibilizados pela Secretaria de Defesa Social e pela Defesa Civil. Essa ação conferiu ao Projeto “Mulheres da Paz” um caráter filantrópico.

Entretanto, segundo relataram, a estratégia mais efetiva foi à intervenção de uma das “mulheres da paz”, Maria Helena, que resolveu a situação reunindo as lideranças das “bocas-de-fumo⁹⁶” dos cinco bairros para explicar-lhes do que se tratava o projeto. Segundo a própria Maria Helena:

Eles botaram as meninas para correr (...). Subi lá em cima [e disse] vem cá cambada de safado tá botando as mulheres (sic) pra correr por quê? Não é assim que a banda toca não! Elas têm que trabalhar elas tem que trabalhar (...) aí eu fiz uma reunião, não foi? [neste momento houve confirmação das outras mulheres]

Fiz reunião com eles tudinho, reuni todo mundo. Chamei cada gerente de boca de fumo e fiz uma reunião. Lá em Barramares (...) fui e chamei todo mundo, cada um da boca de fumo, porque eu sou do morro, eu chamei e fiz uma reunião aí melhorou⁹⁷ (Maria Helena, mulher da paz de Terra Vermelha, relato feito durante o grupo focal realizado em janeiro de 2012).

Atitude aprovada por outra integrante do grupo, que disse: *“Acho que se ela não tivesse tido essa atitude acho que a gente tinha morrido”* (Mariana, mulher da paz de João Goulart, relato feito durante o grupo focal realizado em janeiro de 2012).

Mas, de fato, essa intervenção foi facilitada pela história de vida de Maria Helena, que lhe serviu como um capital⁹⁸ para resolver a situação. Maria Helena era uma mulher que tinha abandonado o envolvimento com o tráfico local logo após a sua saída da prisão, pouco antes de ingressar no projeto. Ela teve clareza de que sua trajetória e suas redes eram capitais importantes para lidar com as situações de insegurança que se apresentaram ao projeto, por isso a utilizou. Assim como, tiveram consciência disso também suas companheiras que se sentiram protegidas com a presença de Maria Helena. Nas palavras de D. Graça:

Olha esse projeto aqui nesta comunidade, com o medo, né... com o medo, eu acho até que ele sobressaiu, entendeu? Porque eu acredito que o fato de ter uma Mulher da Paz que conhece bem o outro lado e que o projeto foi criado para combater ajudou muito porque se não fosse ela possivelmente a tragédia da Serra teria repetido aqui. Porque na Serra Mulher da Paz foi morta lá... (D. Graça, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

Maria Helena se inscreveu na seleção, indicada pelo líder comunitário de seu bairro, que a ajudava após sua saída da prisão. Soube-se de sua história logo que foi selecionada, deliberando-se que essa condição não seria impeditiva de sua participação e tampouco seria

⁹⁶ Termo utilizado para designar os locais de comercialização de drogas ilícitas.

⁹⁷ Relato exposto no grupo focal que organizamos durante a pesquisa e confirmado pelas outras mulheres que estavam presentes.

⁹⁸ Na teoria social, a utilização desse conceito geralmente adjetivado pelos verbetes ‘social’, cultural ou humano e, à luz das formulações de Pierre Bourdieu, o tomamos aqui como o “agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1985, p. 248; 1980). In: PORTES, A. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. 2000.

problemática, porque, além de possibilitar-lhe a oportunidade de reinserção social, ela também poderia representar uma referência positiva de mudança tanto para a comunidade quanto para os jovens. E, isso, de certo modo, aconteceu, pois, isso foi frisado nos comentários de suas companheiras acerca do projeto que indicaram que ele havia errado na escolha de determinadas mulheres, mas que, com certeza havia acertado na escolha de Maria Helena. É o que nos aponta Gecilda no excerto abaixo:

...a Maria Helena foi muito importante neste projeto porque, desde o começo ela já tinha uma vivência, uma experiência com os jovens que viviam na situação de risco social então por ela ter passado pelo que ela passou e superado e saído disso seria ótimo para ela tá mostrando pros jovens que é possível sair disso e socializar de novo eles, então ela foi muito importante (Gecilda, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté, relato fornecido no grupo focal realizado em janeiro de 2012).

A história de Maria Helena se constituiu, portanto, num capital importante para os propósitos do projeto - embora, às vezes ela o utilizasse de forma diversa aos objetivos dele, conforme veremos mais adiante – por conhecer a rede de criminalidade local. Isso serviu de “proteção” às suas companheiras, mas, especialmente, permitiu que ela não temesse os jovens que eram o foco prioritário do PRONASCI, ou seja, os jovens em conflito com a lei ou em cumprimento de medida socioeducativa, com quem efetivamente as “mulheres da paz” deveriam trabalhar, mas que algumas “mulheres da paz” se recusaram a fazê-lo, ou foram por eles recusadas⁹⁹. Exemplifico isso por meio de um trecho de nossa entrevista onde Maria Helena pontua isso claramente, observemos:

Pesquisadora: e você como “mulher da paz” você trabalhava com os meninos que vinham de medida [socioeducativa]? Ia na casa deles?

Maria Helena: ahã [SIM]

Pesquisadora: Como eles te recebiam?

Maria Helena: Com medo... Porque a maioria aqui tem medo de mim, a maioria¹⁰⁰ e me respeita onde que eu passo. [Eles dizem] oi Maria Helena, [eu repondo] oi ... falo vocês não tá rua não, né mané?... Não não, nós tão (sic) não. Eu falo: pra casa agora le eles vão...

(Maria Helena, mulher da paz de Terra Vermelha, relato feito no grupo focal realizado em janeiro de 2012).

Igualmente, para ajudar em sua reinserção, ela teve um atendimento diferenciado passando a ser acompanhada de perto pelo gestor municipal e pela mediadora institucional¹⁰¹ para prevenir seu retorno ao crime. Contudo, ocorreram comentários que chegou ao conhecimento

⁹⁹ Voltaremos a este tema um pouco mais adiante.

¹⁰⁰ Neste momento todas as participantes entrevistadas fizeram o comentário “todo mundo né Maria Helena (risos)”.

¹⁰¹ A função de mediadora institucional foi exercida por uma funcionária efetiva da prefeitura, conforme indicado na introdução dessa dissertação.

do projeto de que sua mudança não havia se operado efetivamente, tendo sua conduta em determinados momentos, divergido da proposta do projeto. Houve alguns relatos¹⁰² de que ela não havia se desvincilhado totalmente do tráfico conciliando-o com as atividades do projeto, informação que, até onde sabemos, não foi seriamente investigada e tampouco confirmada. No entanto, não pudemos deixar de notar sua satisfação em destacar sua vinculação com as redes ilícitas presentes no bairro diante das outras mulheres¹⁰³. Além disso, um episódio narrado por ela que havia acontecido quando recebeu a primeira visita da medidora institucional Denise, antes de sua entrada no projeto, me deixou dúvidas sobre sua desvinculação com o tráfico. Segundo ela:

a Denise foi lá em casa... eu falei boa tarde... ela: “boa tarde a senhora que é D. Maria Helena?” eu falei misericórdia tomara que não vem ninguém comprar nada aqui que essa mulher tá aqui meu Deus... falei misericórdia, bicho pegou agora, e ela tá conversando, tá conversando e eu olhando para os lados para ver se não vinha ninguém (...) pensava misericórdia senhor... e conversando com ela e olhando...(Maria Helena, mulher da paz de Terra Vermelha, relato feito no grupo focal realizado em janeiro de 2012).

Mas, o que importou realmente, foi o fato de que as redes que foram por ela constituídas no período em que traficava continuaram ativas sendo, inclusive, acionadas para resolver situações que se apresentar ao seu trabalho de “mulher da paz”, conforme vimos no relato citado e, que foi corroborado pelo que se segue:

eu sei que foi errado igual uma vez. Teve um problema na minha área, e eu mandei para os órgãos competentes (...) Eu fui e encaminhei as famílias pra lá então aí eles custaram em vim aí eu tava vendo a hora do filho matar pai e do pai matar o filho. Ai não consegui, o que eu fiz, fui na fonte ali [risos] na boca de fumo conversei com os caras, os caras foram lá e conversou com ele aí pronto acabou. (Maria Helena, idem).

Atitude que mais uma vez não obteve a reprovação das outras mulheres, ao contrário, foi inclusive validada pela fala: “*Tá vendo como foi válido ela conhecer...*” (Gecilda, mulher da paz de Residencial Jabaeté, relato feito no grupo focal realizado em janeiro de 2012).

Intimamente relacionado à primeira questão exposta sobre os desafios do projeto em Terra Vermelha foi o relacionamento - simbólico e objetivo - com a polícia, tendo em vista o estabelecimento de uma aproximação entre o projeto e a polícia militar, promovida pelo gestor

¹⁰²Esta suposição foi exposta de forma reiterada pelo funcionário da SEMDES que compôs a equipe de apoio, segundo ele, Maria Helena nunca havia parado de trabalhar com o tráfico de drogas.

¹⁰³ Afirmando isso porque a maior parte dos relatos mais importantes foi exposta no grupo focal, de forma bastante enfática junto às demais companheiras. Por sua vez, a entrevista que realizamos em sua casa foi completamente mecânica e sucinta.

municipal e pela equipe multidisciplinar, para a facilitação da implantação do policiamento comunitário¹⁰⁴. Assim, para o gestor municipal:

dentro dessa concepção o executivo colocou partes para dialogar que não dialogavam, a polícia com a comunidade (...) dessa concepção eu acho que você já teve um avanço quer dizer, tanto das mulheres quanto dos jovens, entendeu? ... que você aproximou algumas instituições que antes não se conversavam. Qual era a oportunidade de uma mulher almoçar com o coronel, qual era a oportunidade de uma mulher dessa visitar um quartel - quando não era levada pela polícia presa (risos)? Qual era oportunidade dessa mulher em andar num ônibus [ônibus da instituição policial], você tá entendendo? (...) a própria polícia tem esse anseio de, então a aproximação das mulheres da paz... o projeto a aproximou da instituição... (Gestor municipal do projeto em Vila Velha).

No entanto, essa relação trouxe duas consequências. Uma positiva, pois promoveu a aproximação entre a instituição e as mulheres, conforme depreendemos do relato acima. E, outra negativa, já que essa aproximação agravava a questão sobre a suspeita das mulheres serem X-9.

Neste aspecto, o ponto negativo dessa relação foi ressaltado por uma “mulher da paz”, que avaliou que esse era um dos principais problemas do projeto. Segunda ela:

Tinha que melhorar também da gente não ter saído com aquele monte de polícia (risos). Sair com as polícias que a gente saía, com aqueles carrinhos da polícia... porque a gente saía com aquele carro da polícia...o micro-ônibus que o povo achava que polícia vinha pegar a gente ...a gente tinha alguma ligação com ela... acho que pegou mal pra gente (Geovana, mulher da paz do bairro Terra Vermelha).

Percebemos aqui o quanto as experiências individuais interferem na avaliação de uma ação ou política, pois, essa avaliação passará obrigatoriamente pelas representações que informam a prática dos indivíduos, por isso. É que verificamos visões distintas em torno do mesmo tema. No caso do Projeto Mulheres da Paz em Terra Vermelha, o gestor aponta essa relação como positiva partindo de sua posição de operador, empenhado em atender um objetivo que lhe é dado por sua função. Ao passo que, a “mulher da paz” se posiciona de forma cautelosa em relação a essa aproximação com a polícia informada pelos referenciais de comunidade e das experiências anteriores, que nem sempre são positivas.

Deste modo, esse dado comprova nossa hipótese de que é necessário se considerar para a elaboração uma política pública e os padrões culturais vigentes no local onde será implantada.

¹⁰⁴A relação entre ambos se dava por meio das visitas frequentes que os policiais a Casa Pronasci, das palestras promovidas para as mulheres, pela cessão do micro-ônibus da corporação para a realização dos passeios das mulheres etc.

A associação com a polícia foi uma questão tão importante na experiência do projeto de Terra Vermelha, que interferiu inclusive na aproximação das mulheres com os jovens do PROTEJO dificultando, como indicou D. Graça, a relação entre as mulheres e os jovens. Segundo a entrevistada:

até mesmo para gente conseguir os alunos¹⁰⁵ pro PROTEJO foi muito difícil... muito difícil mesmo, nossa! Teve jovem de eu ir até quatro vezes na casa e não conseguir falar com jovem ele simplesmente ia para rua ficava com medo da gente. Foi até que a gente conseguiu levar alguns e aqueles trazia a notícia de como que era e o que ele fazia lá e aí a gente foi conseguindo levar aos poucos ...

Ficavam um pouco assustados porque achavam que ia ter polícia e depois também viam a polícia entrando na casa do projeto... então eles ficavam olhando isso e ficavam com medo de ter alguma ligação com polícia depois eles foram entendendo e foram se achegando... (D. Graça, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté. grifos nossos)

A desconfiança acerca dessa nova relação com a polícia foi uma questão relevante para os beneficiários das ações do PRONASCI, e a aproximação com ela na maioria das vezes não foi bem vista, especialmente pelos jovens, que se mostraram muito resistentes ao estabelecimento dessa relação.

Exemplar disso foi à experiência de um trabalho de campo proposta pelo educador social do PROJETO, realizada no bairro de Jabaeté. Por causa da longa distância entre a Casa Pronasci e o bairro onde aconteceria a atividade, a coordenadora conseguiu, com Polícia Militar, o micro-ônibus para o transporte dos adolescentes até o local. Eles já haviam utilizado o veículo para outras atividades, mas sempre para ir para outras localidades longe da região, sendo aquele momento a primeira vez que circulariam dentro dos bairros no veículo da polícia. Houve apreensão por parte dos adolescentes em realizar a tarefa, assim como do próprio educador e da equipe de apoio. Para contornar a situação a coordenadora reuniu-se com todos para tranquilizá-los dos riscos, convencendo-os a participar, entretanto, um adolescente¹⁰⁶ em particular demonstrou maior temor de realizar a atividade, afirmando um grande medo de ser visto no carro da polícia. Após muito relutar foi convencido a ir. Participou da tarefa, mas não de forma tranquila. Retornamos à Casa do Pronasci ao fim do trabalho sem maiores transtornos, mas ficou claro naquela situação o quão problemático ainda era o contato entre a polícia e a comunidade. Além disso, essa dificuldade também foi notada

¹⁰⁵ Embora a entrevistada se refira aos integrantes do PROTEJO como alunos a terminologia adotada pelo projeto é Jovens Protejo.

¹⁰⁶ Esse adolescente morava em um dos bairros mais violentos da região e, coincidentemente, era filho de uma das “mulheres da paz”.

no afastamento, mantido especialmente pelos adolescentes do sexo masculino, dos policiais que rotineiramente visitavam a Casa do Pronasci durante suas patrulhas.

Para a equipe de operadores, essa relação com os policiais era vista como necessária, inclusive, para a implantação da polícia comunitária sendo, portanto, fomentada por meio de interações diversas, conforme já apontado. Contudo, não foi assim percebida pelos usuários dos projetos, especialmente porque, em Terra Vermelha, ao contrário do que estava previsto nas formulações do PRONASCI, não houve o que se chamava na concepção do PRONASCI de “pacificação do território”, ou seja, um trabalho efetivo de repressão e controle do crime, com a prisão de criminosos e o restabelecimento da sensação de segurança na região, como uma preparação prévia para as ações preventivas que adviriam com a implantação dos projetos sociais.

Os projetos se instalaram antes que a polícia passasse a atuar de forma preventiva no território sendo vista como parceira da comunidade e, desse modo, não foi criado naquela localidade o contexto propício para que o paradigma do policiamento comunitário se implantasse, continuando, portanto, a relação entre a polícia e a comunidade afetada pela representação de que esta era uma instituição violenta, autoritária e discriminadora.

Mesmo com essas ambiguidades permeando a articulação da polícia com os projetos do PRONASCI, junto às “mulheres da paz”, houve uma positivação da imagem da instituição policial, por meio de ações conjuntas. A partir dessas ações todas as mulheres passaram a aprovar a presença da polícia no território, relatando por diversas vezes as coisas positivas resultantes dessa nova relação, indicando a aproximação e o aumento do número de policiais na comunidade.

3.2. A Metodologia do Projeto Mulheres da Paz

O cerne do projeto foi o Curso Promotoras Legais Populares no qual foi adotada a capacitação como uma tecnologia de intervenção social (SORJ & GOMES, 2011).

Com uma carga horária obrigatória de 240 horas, o curso foi metodologicamente dividido em quatro temas geradores com conteúdos sobre cidadania e direitos humanos, gênero e protagonismo feminino, mediação de conflitos e desenvolvimento pessoal¹⁰⁷, todos realizados em formato de oficina com profissionais contratados por uma fundação conveniada à prefeitura.

¹⁰⁷ Além de temas diversificados visando capacitá-las com conteúdos de cultura geral, como por exemplo, noções de informática, meio ambiente, marketing e etiqueta pessoal.

O conteúdo foi agrupado em módulos temáticos denominados: a) Mulheres Protagonistas; b) Mulheres de Direitos; c) Mulheres Mediadoras; d) Mulheres de Presença e; e) Mulheres Perceptivas. O programa da capacitação apresentou objetivos abrangentes com vistas à formação de valores ligados à “cultura de paz” e convivência cidadã, observando os conceitos de diversidade, alteridade e subjetividade.

3.2.1. Os Conteúdos da Capacitação

A) Mulheres Protagonistas:

Com temas relacionados à juventude, gênero e raça, subjetividades e noções sobre o PRONASCI este módulo reuniu as principais questões, diretamente ligadas à ação das “mulheres da paz”, além do fomento a iniciativas auto-organizativas para o desenvolvimento comunitário.

B) Mulheres de Direitos:

Abordando, especialmente, os temas relativos à cidadania, ética e direitos humanos este módulo enfatizou as questões ligadas aos direitos da pessoa humana apresentando noções sobre violação de direitos e os aportes legais sobre a defesa da mulher, da criança, do idoso etc. Pretendeu com isso, instrumentalizar as mulheres acerca do acesso aos aparelhos institucionais de garantias de direitos, como por exemplo, os Conselhos Tutelares, as Delegacias Especializadas, Serviços de Proteção ao Consumidor, à polícia etc.

C) Mulheres Mediadoras:

Este módulo apresentou às mulheres o conceito de resolução pacífica de conflitos (mediação e conciliação) e de justiça comunitária com o propósito de habilitá-las à prática da mediação visando a implantação dos padrões da convivência pacífica na comunidade.

D) Mulheres de Presença

Com temas como inclusão digital, meio ambiente e noções de etiqueta e marketing pessoal, buscou ampliar a cultura geral das participantes do projeto.

E) Mulheres Perceptivas:

Foi pensado como um módulo de atividades práticas, servindo para trabalhar de modo contínuo com a proposição de atividades de identificação e combate à violação de direitos e situações propiciadoras de violência na comunidade.

No conjunto, a capacitação visou construir um programa de prevenção muito parecido com o plano de segurança cidadã implantado em Bogotá no qual se concentrou esforços em uma mudança cultural centrada nas relações cotidianas entre os cidadãos e o meio ambiente¹⁰⁸ (GAVIRIA, 2007), e por meio do qual se pretendeu implantar uma "cultura cidadã", respaldada no Paradigma da Segurança Cidadã. Mas, no caso de Terra Vermelha, houve a limitação de que o projeto não foi realizado de forma integrada com outras ações da secretaria e de outros órgãos, assim, não se conseguiu engajar as pessoas e as diversas instituições da comunidade em suas propostas, fazendo com que esses valores não fossem disseminados de forma ampliada.

As oficinas foram em sua maioria no formato de aulas expositivas, sendo em dados momentos realizadas algumas aulas de campo, que proporcionaram às mulheres conhecerem lugares diferentes e se relacionarem, segundo elas, com pessoas “importantes”. Pude observar que para elas, as atividades da capacitação também promoveram, indiretamente, a valorização da comunidade por meio da mistura social na medida em que, nos termos de uma das “mulheres da paz” entrevistada, *autoridades e pessoas importantes passaram a frequentá-la e a conviver com a comunidade valorizando o local*. Ou seja, para Edna:

às vezes a comunidade aqui era muito olhada, ah é favela é o bairro que só têm bandidos, entendeu?... e veio muitas pessoas pra cá que era da Praia da Costa¹⁰⁹, de bairros nobres (...) Vieram pra dar aula, vinha pra poder dar palestra, entendeu?... Vinha o pessoal da polícia, vários capitães entenderam? Tinha reunião comunitária vinha prefeito, vereadores, várias pessoas importantes do município... Conviver mais com a comunidade, tiveram um vínculo (EDNA, mulher da paz de Morada da Barra).

Por sua vez, um trabalho muito importante desenvolvido nas oficinas foram os momentos “terapêuticos”, desenvolvidos especialmente nas oficinas que tocavam nas questões de subjetividade, e que serviram como momentos de *catarses* para as angústias das mulheres, quando elas mulheres podiam expor seus sofrimentos particulares. Além disso, essas oficinas foram essenciais para desenvolver nelas os processos de empoderamento¹¹⁰, trazendo-lhes

¹⁰⁸ O programa colombiano implantou ações objetivando: a) mudança de valores e hábitos dos cidadãos onde a lei e a moral fossem elementos norteadores do comportamento humano; b) formar cidadãos retirando-os da situação marginal e engajando-os no seguimento das regras sociais estabelecidas; c) fazer de todos sujeitos morais capazes de governar-se a si mesmo, que reconhecessem os direitos e os deveres, tanto dos cidadãos quanto da administração da cidade, e as normas sociais condizentes com o respeito à vida humana e ao bem comum; d) a construção de relações moderadas com o desconhecido, um olhar para o outro com respeito e delicadeza entre outros (GAVIRIA, 2007).

¹⁰⁹ A Praia da Costa é um bairro de classe média alta de Vila Velha.

¹¹⁰ Este é um conceito disputado pelos movimentos negro e feminista dos EUA, mas sua utilização mais corrente tem sido feita por este último que o reivindica em prol da autonomia das mulheres. Dentre as várias definições que ele aceita, para os nossos propósitos, adotamos a de Vasconcelos (2003) que o define como “aumento de

ganhos cognitivos, emocionais e sociais, e que foram claramente observados pelo aumento de autoestima e autonomia das participantes daquele grupo.

Segundo uma de nossas entrevistadas:

Nós mulheres da paz fomos as mais alcançadas. O incentivo... incentivava tudo... o projeto incentivava a gente a estudar ... incentiva a gente a trabalhar... a sair um pouco a sair de dentro de casa... Porque o projeto ele tratou muito na área de... numa psicologia dentro da pessoa que quem não tava estudando começou a estudar, quem não tava trabalhando conseguiu emprego , porque começou a se expressar melhor...(Angélica, mulher da paz de Terra Vermelha)

Assim, apesar das críticas sobre o compromisso do projeto com a cidadania feminina, os operadores do projeto de Terra Vermelha, se empenharam para que suas beneficiárias fossem efetivamente assistidas, atentando para o fato de que na maioria das vezes elas eram próprias estavam envolvidas nas situações para as quais estavam sendo capacitadas para mediar. Nessa questão, portanto, se concentrou o trabalho inicial da equipe psicossocial do projeto orientando-se em:

Potencializar essas mulheres, né... a gente também teria que fazer um trabalho de potencialização dessas mulheres que já tem histórico de vida, né... que envolve muitas alguns comprometimentos já na sua parte, né.. emocional de lidar com perdas na vida delas (...)

Nós fazíamos o acompanhamento. A [equipe] psicossocial fazia o acompanhamento para identificar as próprias fragilidades da mulher na sua vida pessoal, ali... pra fazer todo um trabalho de fortalecimento primeiro dessa mulher, né... vamos olhar pra si em primeiro lugar, vamos cuidar de si ... então a gente trabalhou muito nessa linha do autocuidado. (Marta, psicóloga da equipe multidisciplinar do projeto Mulheres da Paz).

Por isso, encontrei a totalidade delas afirmando foram as principais beneficiadas pelo projeto, o que não é nenhuma contradição tendo em vista que, formalmente, eram as beneficiárias da política.

Ao avaliarem a capacitação, foram unânimes em dizer que se sentiam sim bastante capacitadas, pois, lhes foram repassadas todas as informações necessárias para torná-las “mulheres da paz”. Além disso, o curso lhes proporcionou também experiências simples que até então não tinham vivenciado e que foram muito significativas para as mulheres. É o que identificamos no relato de Angélica:

Foi diferente inovador, foi gostoso (...). O passeio ...ai! A gente conheceu tanto lugar eu nunca tinha entrado no Palácio Anchieta¹¹¹ ... A gente entrou em tudo, a

poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais, nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social”(VASCONCELOS, 2003, p.20).

¹¹¹ Sede do governo estadual localizado no Centro de Vitória.

gente era chique (risos) foi um tempo muito proveitoso (ANGÉLICA, mulher da paz do bairro Terra Vermelha).

Esses motivos permitem a avaliação de que a capacitação conseguiu proporcionar o empoderamento daquelas mulheres na medida em que lhes possibilitou que os *lucros não pudessem ser somente mensurados em termos de metas concretas, mas em relação a sentimentos, conhecimentos, motivações etc...* (KLEBA, 2009, p.736).

3.2.2. A Aplicação dos Temas da Capacitação ao Cotidiano das Mulheres da Paz

A Questão da Cidadania

O discurso do *acesso aos direitos* foi o mais recorrente nas entrevistas realizadas com as mulheres, que indicaram como papel principal de suas ações a função de *esclarecer a comunidade de seus direitos*. Contudo, ao falar desses direitos o fizeram, na maioria das vezes, de uma forma vaga construindo suas falas em torno de temas genéricos como o direito à escola e creche, saúde e assistência social, e sem apresentar, salvo algumas exceções, uma reflexão crítica e politizada sobre o tema da cidadania.

No grupo focal, discutimos pontualmente sobre essa questão e as respostas obtidas na maioria das vezes foram imprecisas, por exemplo, para perguntas sobre como garantir os direitos, as respostas foram do tipo, como “usando direitos e deveres” ou “ensinando palavras de respeito” etc. Concluindo ao final do grupo focal que, para as mulheres que participaram da atividade, o exercício da cidadania era: 1) trabalhar na comunidade; 2) ter acesso à documentação civil; 3) ter honestidade; 4) exercer direitos e deveres e; 5) informar sobre os direitos.

Além disso, a falta de acesso aos serviços públicos foi percebido pelas mulheres, como o principal limitador da cidadania das pessoas da comunidade, referindo-se, para ilustrar essa constatação, ao mau atendimento nesses serviços, e qualificando muitas experiências em instituições públicas como humilhações, especialmente nos serviços de saúde. Afirmavam que depois da experiência no projeto passaram a “lidar agora com mais [garra]” para reivindicar “os seus direitos”. O que demonstra claramente que o objetivo de empoderá-las havia sido neste aspecto, atingido pela capacitação.

Por seus relatos, pudemos observar como são percebidas e sentidas as desigualdades de acesso e de oportunidades por elas próprias, e pelas pessoas que como elas compartilham de experiências sociais desagradáveis, na utilização de equipamentos e serviços públicos

evidenciando a discriminação institucionalizada¹¹², para a qual o programa não aponta ações efetivas para combater.

A Questão da Subjetividade

Para as mulheres do grupo de Terra Vermelha, a participação no projeto contribuiu para a valorização da autoestima e subjetividades sendo estas questões abordadas, especialmente, nas oficinas que tratavam sobre os temas de gênero e direitos.

O trabalho realizado concentrou-se em promover nas mulheres um empoderamento pessoal visando potencializar sua liderança e auto-organização. Esse trabalho mobilizou nas mulheres o esforço pelo crescimento pessoal, permitindo-lhes novas expectativas e perspectivas de vida.

Essas oficinas promoveram a ressignificação das experiências de vida daquelas mulheres, com o auxílio do acompanhamento da equipe psicossocial visando a um processo psicológico de transformação pessoal. Ocorrendo que:

...no final elas ficaram felizes que elas aprenderam a falar melhor, a se vestir melhor, foi feito um trabalho de autoestima com as mulheres também, de próprio conhecimento no curso de maquiagem que elas tiveram.. aprenderam a andar a se comportar numa entrevista, fazer um currículo (...)Nossa! melhoraram muito...

...então sabem a importância que elas precisam cuidar delas para cuidar das famílias delas... (Rosângela, pedagoga da equipe multidisciplinar do projeto Mulheres da Paz).

As Questões de Gênero

Por seu turno, num projeto com recorte de gênero, curiosamente, as questões mais complicadas se referiram a esse tempo, mais especificamente, a violência contra as mulheres. Mesmo depois de informadas pelos conceitos da capacitação, suas práticas permaneceram orientadas por representações tradicionais sobre a família, baseando-se no modelo patriarcal¹¹³ de relação familiar como o padrão normal. Desse modo, elas empreendiam grande esforço na conciliação de conflitos conjugais, em prol de manutenção da família e do casamento. Observemos os relatos a seguir que exemplificam bem as situações colocadas.

Segundo Gecilda, numa situação na qual um casal estava perto de se separar ela interveio de modo incisivo para evitar a separação, pois, para ela:

as vezes é a falta de conversar... teve um casal que eu peguei que.. eles viviam brigando ... viviam brigando... viviam brigando...quero vender a casa ... quero me

¹¹²Que foi apontada na crítica de Teixeira e do INESC como uma negligência do programa.

¹¹³ Segundo Lima (2009) o modelo patriarcal constitui um modelo de relações de poder dentro da família, que inclui a submissão feminina justificada como tradição.

separar. .. eu comecei a conversar, porque mulher da paz não era só chegar preencher o negócio e vai embora (...) a gente sentava... a pessoa tem necessidade de falar eu escutava ela dizia os problemas dela... já instintivo eu já procurava aconselhar.. com todo carinho falei que tinha que ter diálogo que não adianta uma pessoa viver com a outra se não puder conversar que não sei o que...e fui acompanhando aquela família. Desistiu de vender a casa ... não vou dizer que está mil maravilhas, mas tão se suportando, estão conversando, estão se respeitando, sabe (...) ia destruir a família toda por falta de diálogo e eu que **coloquei na cabeça da mulher que tinha que ter diálogo, porque ele, eu não ia conversar com ele sozinha sobre isso, né...** eu conversei com ela e ela seguiu meu conselho e foi legal (...) hoje tá tudo bem, (...) não se separaram, não venderam a casa e não destruíram a família, foi muito positivo, eu fiquei feliz com esse resultado... (Gecilda, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté- relato extraído do grupo focal realizado em janeiro de 2012. grifos nossos).

Nesta entrevista, Gecilda enfatizou o fato de ter convencido a “mulher” de que era necessário restabelecer o diálogo para manter a família, o que explicitou claramente que para Gecilda a mulher é responsável pela harmonia do lar e manutenção da união da família, reiterando a concepção tradicional dos papéis sociais que cabem a homens e mulheres na sociedade (NADER, 1998, p.201).

Seu relato me possibilitou analisar outra limitação do projeto: ao colocar as mulheres como portadora dos valores da cultura de paz desconsidera as desigualdades nas relações de gênero que se estabelecem nessas localidades. O que significa que, quando a mediação precisa ser feita com os homens, por vezes, as mulheres se sentem inibidas ou são proibidas de fazê-lo, o que ficou claro quando Gecilda afirmou que “como mulher não iria falar com ele [homem] sozinha”, esta foi uma questão importante, que pressuponho, tenham ocorrido também com outras mulheres, embora não tenha sido citadas por elas. Isso indica a limitação do âmbito da ação de prevenção possibilitadas a essas mulheres, já que reduz possibilidade de intervenção preventiva em conflitos nos quais os homens estão envolvidos, e que são potencialmente mais letais.

Um valor exaltado pelas mulheres foi o da *união da família*, por isso, a conciliação sempre foi um recurso adotado desconsiderando-se o fato de que para determinadas situações esse procedimento se constituía num equilíbrio precário em relações afetadas pela desigualdade e violências cotidianas, estabelecendo-se essa “união” em detrimento dos direitos e do bem estar das mulheres, a quem era imposto um sacrifício em prol da família.

Para ilustrar, cito um episódio narrado pela “mulher da paz” Mariana, no qual ocorreu uma conciliação em uma situação flagrante de violência, em que uma avaliação mais apurada indicaria que esse recurso não seria a melhor solução, mas que para algumas mulheres foi visto como o encaminhamento mais adequado.

Segue o exemplo:

uma situação que eu passei eu conheço uma menina, e... ela é muito minha colega, o marido dela **vivia espancando ela, batendo nela, tendo relação [sexual] com ela a pulso** e eu cheguei bem na hora e ele fazia isso na frente das crianças aí eu fui.. eu vi aquela situação ... e ele tava mamado [bêbado]. Aí eu fui pra casa ...tirei as crianças de dentro de casa junto com ela, ela foi pra casa da mãe tal passou.. no outro dia aproveitei cedo, fui lá na casa dele, aí eu peguei ele cedo tinha acabado de acordar, conversei com ele, mostrei os direitos, né... os direitos ... da mulher mostrei o que ia acontecer com ele se ela formasse [formalizasse] uma denúncia e tal... aí deixei um livrinho de... um livrinho para ele ler quais os direitos da mulher aí depois desse livrinho acabou, nunca mais ele triscou a mão nela e a família dela é totalmente diferente do que era antes (...) eu com a aprendizagem de mulheres da paz eu aprendi muita coisa que eu já ajudei muitas famílias. (MARIANA, mulher da paz do bairro João Goulart- relato extraído do grupo focal realizado em janeiro de 2012. grifos nossos).

Impressiona nesse relato a crença de que a leitura do *livrinho* (que era a lei Maria da Penha) pudesse conscientizar o agressor e fazer com que parasse com as práticas de violência contra a sua mulher, contudo, o relato de minha entrevistada indicou que ele acreditou que sua intervenção contribuiu para a reestruturação da família.

Neste aspecto, analiso que a ação das “mulheres da paz” se coadunam com as práticas de administração de conflitos nas delegacias de polícia¹¹⁴, em que, em defesa da família, “se minimiza os efeitos da violência sobre a mulher justamente porque as representações sobre a família têm diluído a violência contra a mulher na violência familiar, **deslocando o foco das relações de gênero para as relações familiares em geral**” (LIMA, 2009, p. 134, grifos nossos).

Assim, considerando a gravidade dessa questão verificamos a necessidade de que as “mulheres da paz” tivessem um acompanhamento teórico e prático contínuo para lidar com esse tema nas suas ações, especialmente, porque identifiquei que as próprias “mulheres da paz”, muitas vezes eram vítimas das situações para as quais estavam sendo capacitadas a mediar. E sobre isso é muito claro o relato de Rita que afirmou que:

Muitas mulheres assim que sofrem assim no dia a dia, assim, com o marido... marido ciumento que não deixa mulher sair de casa ou então trabalhar. Ou assim violência, né... doméstica... então assim é... para mim foi assim é... ah foi.. uma forma assim de a pessoa assim... ter mais amigos, de a pessoa se enturmar ... a pessoa querer ter um... ah! tomar uma atitude de a pessoa ter assim é ...uma vontade de ficar com outras pessoas, talvez a pessoa não tinha acesso a nada por medo do ex-marido, mesmo em... casa ou... algum impedimento de sair ... então uma forma da pessoa se unir, as pessoas internalizarem e estarem se aconselhando uma com a outra... uma troca de experiência. [Isso no caso das mulheres da paz?] , das mulheres, isso (Rita, mulher da paz de Morada da Barra).

¹¹⁴ Vide a pesquisado Subprojeto “Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher: uma análise de suas práticas de administração de conflitos” desenvolvida sob a coordenação de Lana Lage da Gama Lima. Produção científica do Núcleo de Estudos da Exclusão e da Violência – NEEV/UENF.

Na experiência como coordenadora do projeto, tive a oportunidade de ver nos grupos de discussões da capacitação - os principais momentos onde isso se evidenciou¹¹⁵- que o problema da violência familiar e doméstica era uma importante questão para aquele grupo de mulheres, como bem ilustrou o relato acima. Nele se apresentaram episódios de violências distintas, naturalizadas pela maioria daquelas mulheres, chegando o extremo de uma tentativa de homicídio. Problemas para os quais o PRONASCI de uma forma geral, seguia subestimando, conforme indica a adequada crítica de Analba Teixeira, dizendo que:

O termo ‘paz’ segue nomeando movimentos e projetos, mas sem nenhum aprofundamento enquanto conceito político. ‘Mulheres da Paz’, ‘Território da Paz’. Que paz é essa que está sendo proposta? Essa paz nos interessa? Nesse território da paz não existiria a repressão à violência contra as mulheres? Com o fim do tráfico de drogas, as mulheres também estarão livres da violência? A paz estará na rua. Mas, e nas casas? Precisamos criticar e disputar o conceito de paz porque nós mulheres, não queremos nem guerra que nos mate nem paz que nos oprima (TEIXEIRA, op. cit.).

Com efeito, em razão das representações que informaram suas ações, um problema que se coloca na proposta do Projeto Mulheres da Paz foi o fato de que mesmo orientadas pelos conteúdos da capacitação, as condutas daquelas mulheres possibilitavam que: *a questão da desigualdade de gênero e dos direitos da mulher se dissolvessem na busca de promover a harmonia familiar pela difusão de padrões de comportamento universalizados, que implicam na submissão da mulher a hierarquias familiares tradicionais...* (LIMA, 2009, p. 79).

E, o mais importante é que essas representações evidenciaram que embora:

o movimento feminista [tenha colocado] em xeque antigas representações de gênero, que ainda não foram totalmente ultrapassadas, [elas continuam] **a legitimar a desigualdade de direitos entre homens e mulheres e a dominação masculina, incluindo a posse sobre o corpo feminino** e o direito à punição privada, nos moldes do modelo patriarcal de família (Idem, grifos nossos).

Assim foi que, por essas representações observamos as dificuldades das “mulheres da paz” em romper o silêncio e adotar uma consciência crítica sobre os efeitos da desigualdade de gênero sobre o sexo feminino, demonstrando que somente a informação, proporcionada pela capacitação, não foi capaz de resolver o grave problema dessas desigualdades e, mais particularmente da violência contra mulher, pois, uma capacitação é capaz de interferir nos modos de percebermos a realidade social na medida em que expande o horizonte cognitivo dessas mulheres, mas isoladamente não é capaz de modificar a cultura.

Mesmo que a capacitação tenha tocado nas questões da cidadania feminina, demonstrando que a relação entre homens e mulheres em nossa sociedade é marcada pela dominação

¹¹⁵ E a partir dos quais a equipe psicossocial começou um trabalho de acompanhamento e assistência junto às mulheres, contudo, esse trabalho não teve continuidade até o término do projeto.

masculina¹¹⁶ e pelo poder patriarcal, notamos que o conteúdo teórico do curso não foi suficiente para alterar a realidade de algumas mulheres que vivenciavam as situações de violência contra as quais estavam sendo capacitadas a identificar e combater. Não compreendendo, por meio de suas condutas que ao investirem forçosamente na família, ignoravam que legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis à dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade (LIMA e NADER, 2012, p. 287).

¹¹⁶ De acordo com Bourdieu (1999), a dominação masculina estabelece uma ordem social com seus direitos, suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças a partir da desigualdade entre os sexos que é naturalizada se impondo ao social e se legitimando a partir das diferenças biológicas. In: BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. 1999.

CAPÍTULO IV. A RELAÇÃO DAS MULHERES DA PAZ COM A COMUNIDADE: A DINÂMICA DA AÇÃO

Entre as ações desenvolvidas pelas “mulheres da paz” de Terra Vermelha, duas foram as mais importantes: as visitas domiciliares e o jornal mural¹¹⁷, havendo grupos distintos para realizá-las e obedecendo à metodologia de trabalho adotada pela equipe multidisciplinar¹¹⁸.

As mulheres atuaram exclusivamente no bairro onde residiam, limitando-se às ruas adjacentes às suas casas. As visitas domiciliares a ação que as colocou em contato direto com a comunidade sendo realizadas em dupla ou em trio, para garantir a segurança das mulheres e a confiança nas orientações repassadas.

Apesar de terem salientado os ganhos que obtiveram com o trabalho, dizendo que passaram a ter um conhecimento mais aprofundado dos bairros e da satisfação de terem atuado junto à sua comunidade, o fato mais ressaltado por elas foi o sentimento de frustração em relação ao que denominaram de *falta de retorno das demandas*, ou seja, a não resposta aos problemas encontrados nas visitas domiciliares.

Os problemas por elas detectados foram muitos e de naturezas distintas, tais como: saúde, educacionais, de assistência, ligadas à defesa civil etc, destacando-se àqueles de cunho assistencial, para os quais as mulheres buscavam resposta junto à equipe multidisciplinar.

O fluxo do trabalho se deu da seguinte maneira, nas visitas domiciliares (que, segundo as mulheres, foram entre cinco e dez visitas semanais¹¹⁹) as “mulheres da paz” registravam em um formulário os problemas e necessidades das pessoas, e as questões que cabiam somente orientação, como por exemplo, que órgão procurar, telefones ou endereços de instituições e situações afins, estas questões eram resolvidas de imediato pelas mulheres; por sua vez,

¹¹⁷O jornal mural foi uma forma de comunicação comunitária, produzido mensalmente pelas mulheres, no qual se informava sobre as atividades do projeto, e eram repassadas também notícias sobre o bairro e outras generalidades. Recebeu o nome de “jornal mural” porque eram colados em formato de mural no comércio local.

¹¹⁸A equipe multidisciplinar foi formada por quatro técnicos, excluindo-se o seu coordenador, sendo que cada membro da equipe coordenava cerca de seis mulheres em suas atividades correspondentes. Por meio de reuniões semanais, cada técnico acompanhava e orientava os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres. Duas mulheres trabalharam diretamente no jornal mural, assessoradas pela equipe de comunicação social da SEMDES e as demais ficaram dedicadas às visitas domiciliares.

¹¹⁹ A escolha das famílias a serem visitadas se dava pelo critério de proximidade de suas casas, tendo que priorizar o atendimento às famílias que tivessem adolescentes e jovens em situação de “risco social”, ou seja, segundo as mulheres, eram os jovens ociosos, com dependência química, em conflito com a lei ou em cumprimento de medida socioeducativa.

quando o problema requeria o acesso a um serviço ou bem, ele era encaminhado para a equipe multidisciplinar para que direcionassem a demanda para o órgão ou instituição competente. Este último processo, muitas vezes, necessitava da mediação ou intervenção do gestor municipal.

Nas visitas em que as questões eram resolvidas pelas próprias “mulheres da paz” não havia o que elas chamavam de *retorno*, ou seja, não ocorriam novas visitas já que a demanda havia sido atendida. Enquanto naquelas em que as soluções dependiam de outras intervenções, o retorno se fazia necessário para levar resposta ao problema – e que era a grande maioria¹²⁰.

Com este fluxo, que não era simples tendo em vista o tamanho da equipe em relação ao número total de visitas mensais¹²¹ e à complexidade de algumas questões, os problemas se acumularam e as respostas ficaram cada vez mais difíceis, não ocorrendo, portanto, o retorno em muitos casos nos quais ele era necessário.

Em decorrência disso, começaram as cobranças da comunidade sobre as respostas de suas solicitações, criando nas “mulheres da paz” grande angústia e frustração diante dessas situações. Cobranças que foram, indiretamente, estimuladas também pelo caráter assistencialista imprimido ao projeto, ao criar para a comunidade a imagem de um projeto filantrópico, o que aumentou o volume das demandas.

Ocorreu, portanto, que:

A comunidade esperava muito mais do que a gente poderia fazer. Esse que é o problema, as Mulheres da Paz, elas tinham a informação; elas mostravam o caminho, mas elas não podiam ajudar mais do que elas queriam. Então a comunidade às vezes cobrava muito mais do que a gente podia fazer. A comunidade cobrava muito da gente, e eles viam a gente também assim... como nós fizemos várias campanhas de doação de alimentos, roupas, calçados então assim ‘se eu tô precisando eu vou lá na Mulheres da Paz, lá no projeto que vou conseguir’ muito também eles comparavam a isso (Rosângela, pedagoga da equipe multidisciplinar).

Assim, o que foi exigido e esperado pela comunidade da ação das “mulheres da paz” extrapolava a tarefa para a qual elas tinham sido capacitadas, isto é, o trabalho de orientação e informação, evidenciando a confusão que se estabeleceu entre os objetivos formais do projeto e o que foi demandado pela comunidade.

¹²⁰ Segundo os relatos das mulheres e dos técnicos, ao longo dos seis meses em que aconteceram as visitas domiciliares, cada mulher visitou cerca de cento e cinquenta famílias, incluindo-se a busca ativa dos jovens PROTEJO e os retornos das visitas.

¹²¹ Cada “mulher da paz” tinha como meta mensal a realização de 20 a 25 visitas domiciliares.

As “mulheres da paz”, mesmo cientes do seu papel de multiplicadoras de informação ao se depararem com situações que, segundo elas, eram muito graves, não se limitavam à função de encaminhadoras e orientadoras. Desse modo, visando algumas intervenções mais concretas, buscavam sempre encontrar estratégias para resolver as situações, e, de fato, apesar de muitos entraves, obtiveram alguns resultados satisfatórios, o que quando coube, relataram enfaticamente como forma de valorizar as ações empreendidas¹²².

Outro ponto importante a ser ressaltado foi à dificuldade de articulação institucional com as outras secretarias ou instituições, em especial, o CRAS, órgão para o qual se dirigiram a maioria das demandas, que gerou problemas consideráveis para suas ações na comunidade¹²³.

Acrescentando-se a isso também, o fato de que, muitas vezes, após grande espera sobre a resolução de uma demanda, ter ocorrido que a resposta obtida não era satisfatória, ou seja, não atendia adequadamente à questão encaminhada por elas, agravando, por consequência, seu sentimento de frustração. A fala de Luiza ilustra bem isso:

A gente preenchia tudo para encaminhar entregava lá (...) eu só recebi resposta, eu ...umas quatro cartas de respostas. Mas assim... quando as pessoas abriram era assim uma coisa que não tinha feito nem sentido de eu ter ido como pra Defesa Civil ‘ entregar número da defesa civil para que ela possa...’ Tinha gente que não sabia nem ler se ela soubesse que era para telefonar e pedir para a defesa civil vim ela já teria feito...(Luiza, mulher da paz do Bairro Barramares).

Ficaram assinalados também outros inconvenientes, como por exemplo, a vergonha que essa situação gerou para as mulheres diante das pessoas que lhes haviam confiado seus problemas mais privados com a esperança de serem ajudadas, e não o foram. Além do fato de que as “mulheres da paz” sentiam-se moralmente comprometidas com aquelas pessoas, assumindo para si, portanto, o constrangimento ao não conseguir resolver os problemas apresentados.

Observemos o relato de Rosana a esse respeito:

Acho que em relação ao Mulheres da Paz ... as pessoas que a gente visitava elas acolhiam a gente abriam as portas falavam das dificuldades muitas das vezes bem particulares já ouvimos casos de abuso sexual, espancamento, pai agredindo filhos tudo, de tudo a gente ouvia quando a gente encaminhava assim e não tinha esse retorno nos sentimos é... me sinto ainda porque até hoje as pessoas olham ah! ‘ pô você falou que ia mandar a Defesa Civil encaminhou e até hoje eu tô esperando’

¹²² Dentre esses resultados exitosos foram relatados, por exemplo, vagas em creches ou escolas, atendimento médico para pessoas que há muito tentavam sem conseguir, cadastramento de pessoas na Defesa Civil para conseguir resolver situações de casas em área de risco ou ameaçadas, etc.

¹²³ Segundo uma de nossas entrevistadas: “o atendimento do CRAS é que às vezes ficava muito pendente (...) o CRAS nunca visitava aquela família [que elas encaminhavam] ... demorava muito às vezes nem chegava a visitar(...)”

quando eu vejo essas pessoas eu fico com vergonha eu abaixo a cabeça... eu tenho vergonha de olhar pra pessoa porque foi eu que fui lá na residência delas, foi eu que escutei os problemas delas, foi eu que peguei o encaminhamento, elas não sabem que não é apenas eu ... encaminhava para a equipe multidisciplinar que encaminhava para um órgão... A rede não funciona, mas que rede é essa? (...) Ficava feio pra mim. (Rosana, mulher da paz do bairro Morada da Barra).

Assim como na fala de Luiza:

Me dediquei e não pude por nada em prática. (...) Pra mim que já vi mãe chorando me abraçando pedindo ajuda achando que eu era especial, apostando que eu pudesse resolver o problema... mesmo que eu não resolvesse o problema, mas se eu pudesse amenizar em alguma coisa, Encaminhar... Porque não tinha problema só de menores em conflito com a lei, só de drogas. Elas tinham problemas piores, eles tinham violência e elas continuam sofrendo porque elas têm medo de denunciar (...) e a gente era orientado até que... não pudesse orientar elas em coisas né “porque você tá apanhando?” não, não podia falar isso porque podia ficar perigoso para gente. A gente só orientava a procurar o CRAS e tal ..., mas elas tinham medo, elas precisavam de uma ajuda maior (Luiza, mulher da paz do bairro Barramares)¹²⁴.

A maioria dos casos eram situações nas quais as “mulheres da paz”, pouco ou nada poderiam ajudar em face de sua gravidade, pois, ou saíam do âmbito de suas competências ou elas não podiam se envolver sob o risco de se colocarem em perigo¹²⁵.

Portanto, suas angústias foram agravadas pela impossibilidade de intervenções efetivas em situações realmente complexas, para as quais o trabalho de orientação e encaminhamento era insuficiente. Tais situações abalaram nas mulheres sua crença na eficácia do projeto, afetando também sua relação com a comunidade, capital pelo qual muitas haviam sido selecionadas.

4.1. Os Dilemas do Projeto: As mulheres entre um ideal e um emprego

Conforme já indicado, o propósito do projeto Mulheres da Paz foi, ao seu final, compreendendo os doze meses de seu desenvolvimento, incluindo a capacitação e atuação comunitária, ter feito das mulheres participantes, lideranças sociais capazes de auto-organização para a realização de ações comunitárias, baseadas no conceito da “cultura da paz”, para que atuassem preventivamente no combate às violências em suas comunidades. Propunha-se que neste papel elas mobilizassem, de forma espontânea, ações e estratégias utilizando-se, assim, de seu ativismo comunitário tido como premissa da ação e da experiência no projeto.

¹²⁴Ao fazer este relato de forma muito emocionada Luiza chorou bastante expressando sua frustração por não ter conseguido encaminhar soluções efetivas para a maioria dos casos por ela identificados. Segundo ela, atuou na região mais pobre do bairro onde encontrou situações que jamais imaginou que tivessem próximas a ela.

¹²⁵Em regra, as mulheres somente orientavam as pessoas sobre quais as medidas possíveis de serem tomadas em dada situação, mas nunca intervindo diretamente nos conflitos. Geralmente as orientações eram informações acerca de serviços ou acesso a programas ou instituições, também houve orientações e encaminhamentos de procedimentos jurídicos de casos simples.

No grupo de Terra Vermelha, essa proposta foi assumida por determinadas mulheres, pois, se coadunava com sua disposição de colaborar com o desenvolvimento da comunidade - já existente num grupo de mulheres mais engajado, antes mesmo de sua participação no projeto.

Por esse motivo, algumas delas mais engajadas se viram comprometidas com a máxima de que *“uma vez mulher da paz sempre mulher da paz”*¹²⁶, que foi repassada pelos gestores do projeto. Por outro lado, havia também aquelas mulheres que somente se identificaram como operadoras do Projeto “Mulheres da Paz”, ou seja, faziam de suas tarefas, uma ação profissional ordinária não incorporando o discurso ideológico que o projeto apregoava.

Com isso, surgiu uma importante questão naquele grupo, que foi a distinção entre as mulheres que desenvolveram o projeto por um ideal – denominando-se como verdadeiras “mulheres da paz” – e aquelas que o viam somente como um “emprego”. Isso pode ser observado tanto nas entrevistas, como no grupo focal, e foi enfatizado por meio de relatos similares ao que se segue:

A gente vestiu a camisa, a gente se sente Mulher da Paz hoje, sabe eternamente. Agora! Tem umas que eu sinto que não absorveram, entendeu?! Teve mulher da paz que absorveram mesmo, total... são mulher da paz até embaixo d’água. Outras não. Outras parece que só foi pela bolsa. Por causa do estímulo financeiro. Então acabou o estímulo ah! Porque eu não to recebendo então, não vou. Não viam a importância, sei lá, não se identificaram. Não sei, mas teve casos de pessoas que não se doaram como a gente (...). Poxa passou do horário, às vezes passou da hora dá pra ver mais uma família, aquela família tá precisando tanto da gente... dá pra gente ir lá. Ah não ih! Não tá me pagando pra isso não, não tão pagando o suficiente não, tem que aumentar o salário... (Mulheres da Paz no Grupo Focal)

O tom ideológico com que a proposta foi repassada fez com que os motivos de participação fossem valorados entre as mulheres, ocasionando críticas, por parte das que se diziam mais engajadas, àquelas que haviam entrado motivadas pela oferta da bolsa. E, conforme pudemos observar no grupo focal, essa crítica foi estendida, inclusive, ao processo de seleção que, segundo as primeiras, não preveniu a entrada de mulheres sem um compromisso comunitário. Para Gecilda:

A seleção errou em algumas escolhas, selecionou mal (...). Eu acho que... quando houve o preenchimento da ficha depois houve uma entrevista, na entrevista dava para perceber se a pessoa se importa com o outro, pela comunidade ou não (...). Eu acho quando a pessoa olha na minha cara a pessoa vê (...). A pessoa que tá selecionando tem que saber quem é que ela quer, qual o perfil... (Gecilda, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

No entanto, a despeito dos juízos de valores, o fato era que as “mulheres da paz” tinham necessidades materiais reais e a possibilidade de uma fonte de renda - representada pelo

¹²⁶Esta máxima foi repassada pelos operadores do projeto às mulheres com o objetivo de incorporar-lhes a ideologia sobre a importância do papel de uma “mulher da paz” para a sua comunidade indicando que seu compromisso não se extinguiu com a finalização formal do projeto.

pagamento da bolsa¹²⁷ - foi uma das principais razões de seu credenciamento ao projeto. Além disso, o próprio quesito de renda, estabelecido como critério de participação no processo seletivo¹²⁸, já indicava a condição socioeconômica de suas participantes, o que tornava legítimo que muitas mulheres ensajassem participar do projeto com esse fim, o que também se aplicava àquelas tidas como mais comprometidas que, embora tivessem identificação ideológica com a causa, também precisavam suprir suas necessidades materiais.

Por outro lado, outro fato que também influenciou a questão do projeto ser visto como um “emprego” foi à exigência do cumprimento da carga horária da capacitação¹²⁹, e que comprometeu a possibilidade de algumas mulheres exercerem outras atividades profissionais, em virtude do tempo que teve que ser dedicado à ação.

Isso foi bastante problemático para as mulheres que, atraídas pelas conveniências do trabalho¹³⁰, viram no desenvolvimento da proposta dificuldades para conciliá-la com outras tarefas, por isso, algumas delas reclamaram da necessidade de maiores incentivos por parte do projeto.

De acordo com Geovana, o projeto:

Tinha que ter dado mais incentivo pra gente que não teve tanto... Tinha mulheres que não tava trabalhando..., então tava no projeto ..., o projeto em si aquela parte teórica foi muito cansativa então mulheres não puderam trabalhar, então estavam passando fome, né... Tinha mulheres que passavam necessidade acabaram saindo porque tinham que trabalhar porque a bolsa... A bolsa demorou para chegar e ainda a bolsa era pouca, né... (Geovana, mulher da paz do bairro Terra Vermelha).

Embora, nem todas tenham assumido que foram atraídas ao projeto em razão da bolsa, o modo como algumas delas se expressaram denotava a noção de que sua participação no

¹²⁷Embora os operadores tenham afirmado nas entrevistas que, para as mulheres a bolsa era uma coisa secundária haja vista o seu valor, que foi de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), não desconsideramos que mesmo sendo pouco ela auxiliava na complementação do orçamento doméstico fazendo-lhes falta quando atrasava ou não era paga.

¹²⁸ Neste aspecto, o critério para participação no projeto era de que a candidata tivesse uma renda familiar de até dois (02) salários mínimos, vide folheto de divulgação em anexo.

¹²⁹ A carga horária total da capacitação foi de 240 horas que foi distribuída ao longo de cinco meses, iniciada em novembro de 2009 e finalizada em abril de 2010, e realizada diariamente no período vespertino.

¹³⁰ Muitas mulheres se interessaram em se inscrever na seleção porque o folheto de divulgação informava que era necessário que disponibilizassem apenas doze horas semanais para as atividades do projeto podendo, portanto, conciliá-la a outras atividades. Assim, tanto a flexibilidade de horário, como a conveniência de estarem perto de casa, foram também os atrativos para muitas mulheres. Contudo, com a realização das oficinas da capacitação durante a semana por todo o período da tarde, inicialmente de segunda a quinta-feira e depois, para conseguir cumprir o calendário, também às sextas-feiras, elas ficaram com todas as tardes da semana comprometidas. Consequentemente, essa mudança afetou a possibilidade de muitas mulheres exercerem outras atividades remuneradas.

mesmo era considerado como um “emprego”¹³¹. De um modo geral, verifiquei que o trabalho (formal) foi uma questão muito importante para aquelas mulheres e a participação no projeto para muitas delas se constituiu como a oportunidade de obter uma renda, por exemplo, Maria Helena quando foi perguntada sobre os objetivos do programa no território disse que avaliou *o PRONASCI como um meio de trabalho*. Assim como Geovana, que contando sobre como se tornou uma mulher da paz, me disse:

Oh! A princípio, vou falar a verdade, eu fui mesmo porque eu tava desempregada. Eu falei caramba eu vou porque tem uma bolsa (risos) tem uma bolsa e eu gostei, aí chamou atenção tem uma bolsa ali (...). Foi por isso. (Geovana, mulher da paz do bairro Terra Vermelha).

E os benefícios do projeto, como a oferta da bolsa e a flexibilidade de horário, atraíram também mulheres que já tinham um emprego formal e que buscavam outras formas de complementar o orçamento doméstico, como foi o caso de Dona Luzia, que mesmo sendo funcionária da prefeitura¹³², se interessou em participar no projeto em razão desses atrativos.

Observemos seu relato sobre sua entrada no Projeto “Mulheres da Paz”:

...uma vizinha minha aqui, ela passou por aqui falando assim; olha ali eles tão matriculando as pessoas para trabalhar, parece que é uma vez na semana e paga. Aí eu falei assim como é que é? Aí ela me explicou eu falei assim então eu vou lá. Aí eu fui no CRAS¹³³ me informei e fiz o meu curso...(D. Luzia, mulher da paz do bairro Morada da Barra).

Os relatos citados explicitam que, para além do apego a uma causa, propalada pelo projeto, e que sem dúvidas foi adotado por muitas mulheres, a questão mais importante foi a possibilidade de aumentar a renda doméstica. Com efeito, essa constatação vem corroborar uma das hipóteses de nossa pesquisa, ou seja, de que o fim do repasse da bolsa faria com que as ações do projeto perdessem energia - o que se confirmou na maioria dos casos observados - em razão da necessidade daquelas mulheres buscarem outros rendimentos ocorrendo, conseqüentemente, que se desligassem do projeto “Mulheres da Paz”. Veio confirmar essa tese também a fala do líder comunitário do bairro Terra Vermelha que, ao relatar sobre o término do projeto, indicou que:

A “mulher da paz” foi importante né... na implantação, mas assim.. depois da implantação não teve prosseguimento porque acabou a bolsa... aí para as mulheres..

¹³¹ Fizeram isso, diretamente e indiretamente, com falas do tipo: “Eu gosto muito da minha profissão” “Porque eu estava desempregada”; “Porque eu precisava trabalhar e gosto de ajudar a comunidade”; “Para adquirir experiência serve para o currículo”, dentre outras.

¹³² Dona Luzia trabalhava com Auxiliar de Serviços Gerais num órgão municipal.

¹³³ A sigla se refere ao Centro de Referência de Assistência Social, que em nossa pesquisa foi o local onde foram realizadas as inscrições para participação no projeto.

as mulheres perderam a ação né.. Perdeu o contrato... acabou o contrato todo mundo tem que ganhar para sobreviver ... Ninguém consegue trabalhar de graça... Trabalho voluntário tantas horas... (líder comunitário de Terra Vermelha).

Esse fato evidenciou uma das fragilidades da proposta de continuidade do projeto, que não previu uma forma de compensação ou ganho para as mulheres que com ele se comprometessem após o seu término formal, dando-lhe, portanto, um caráter de trabalho voluntário. Uma condição que, como vimos, não era possível de ser assumida pelas mulheres em razão de sua situação socioeconômica¹³⁴. Além disso, por causa do curto tempo em que o projeto foi desenvolvido na comunidade, ele não criou as estruturas nem os vínculos necessários para que fosse autogerido pelas “mulheres da paz”.

Do mesmo modo, outra limitação apontada no projeto foi o fato dele não ter oferecido uma qualificação profissional às mulheres que, embora não tivesse sido um dos seus objetivos, foi considerado por seus operadores e usuárias como necessário. Neste ponto, é muito relevante, mais uma vez, a crítica feita pelo líder comunitário, que para ele, seria a melhor estratégia de promover o desenvolvimento da comunidade de forma sustentável, já que garantiria a autonomia econômica das beneficiárias da política.

Segundo nosso entrevistado, como líder comunitário:

Eu cheguei até ir a eles e propor [gestores] cursos, né ... Nós [da associação de moradores] chegamos até fazer reunião lá no SENAI¹³⁵ para que as “mulheres da paz” começassem a desenvolver um trabalho, desenvolver um trabalho de capacitação a gente percebia que... a necessidade de capacitar as pessoas, mas aí morremos no meio da estrada também porque não houve apoio, entendeu... Não houve assim vontade de fazer, **tinha vontade de todo mundo ir para casa para ganhar o dinheiro** (líder comunitário de Terra Vermelha, grifos nossos).

Assim como:

Pena que não tem uma qualificação profissional que seria muito importante para elas né... o curso de informática poderia ter sido desde o começo os doze meses dando o certificado de informática mesmo, por um empresa certificada nisso, não professores é... porque um diploma...um diploma mesmo que comprovasse um emprego numa área administrativa... (Rosângela, Pedagoga da equipe multidisciplinar do projeto)¹³⁶.

¹³⁴ Que as obrigava a procurar diferentes formas de obter renda, ocorrendo, inclusive, no período de 2010, a participação de muitas delas trabalhando como “cabo eleitoral” do antigo secretário. Fato que nos causou estranhamento devido às orientações iniciais em relação às prevenções políticas que deveríamos ter na execução do projeto, conforme visto na nota 8.

¹³⁵ A sigla se refere ao Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial que é uma instituição de formação, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais para o setor industrial.

¹³⁶ Embora estivessem previstas no programa, as oficinas de informática não aconteceram, porque dependiam da montagem do laboratório de informática que ficou pronto somente depois do término da capacitação das mulheres. Quando foi disponibilizada a sala de informática, foi necessário que ela fosse compartilhada com o PROTEJO, dando-se prioridade para este último projeto. Essa situação gerou alguns conflitos entre os projetos e,

A partir destes relatos é possível analisar que a restrição da ação das mulheres às visitas domiciliares foi um limitador do projeto, pois, não ofereceu para elas e, tampouco para a comunidade, propostas duradouras de mudança das suas condições sociais e materiais, tão necessárias e que poderiam ser possibilitadas pela capacitação ou qualificação profissionais. E, essa questão também foi apontada como importante pelas operadoras do projeto, segundo uma delas:

Portanto, embora não fosse um objetivo do projeto, o apelo à oferta de cursos e qualificação foi justificado pela necessidade demandada pela maioria daquelas mulheres de inserção no mercado de trabalho. Com isso, se reforçava também a crítica do movimento feminista em relação ao fato do projeto não propor ações efetivas para a emancipação feminina – vista aqui pela emancipação econômica das mulheres - apontada como uma falha na concepção da política.

Ao fim da pesquisa, pude constatar que a maioria das “mulheres da paz” encontrava-se empregada, exercendo distintas funções, mas atuando principalmente no setor do comércio e de serviços gerais¹³⁷.

O que, conseqüentemente, fez com que as mulheres não se mantivessem organizadas e mobilizadas¹³⁸ para dar continuidade às atividades que desenvolviam no projeto, já que muitas haviam se desligado dele antes mesmo que findassem suas ações, algumas por motivos desconhecidos, mas a maioria porque haviam conseguido um emprego.

Em Terra Vermelha, a continuidade das ações do projeto no território - implícita em suas diretrizes - teve como principal dificultador o fim do repasse das bolsas, que impeliu as mulheres a buscarem outras fontes de renda, e /ou por não atrair aquelas que não se identificarem com a proposta de um trabalho voluntário. Embora eu tenha ouvido de algumas das mulheres dizerem que elas ainda se sentiam como “mulheres da paz”, o fizeram sempre com referência à tarefa de repassar as informações e orientações sobre algum serviço, órgão

sem conseguirem entrar num consenso com a coordenadora do Protejo, as mulheres finalizaram suas atividades sem realizar a oficina.

¹³⁷ Na época da pesquisa, do grupo de vinte e quatro mulheres da paz, onze (11) tinham empregos formais no setor de comércio e serviços, quatro eram autônomas (manicure, costureira e comerciantes), duas trabalhavam como diarista ou empregada doméstica e sete estavam desempregadas.

¹³⁸ Cabe ressaltar a iniciativa de três “mulheres da paz”, que se mantiveram em contato após o término do projeto e, que nos relataram a mobilização que fizeram para conseguir alterar o itinerário do ônibus escolar, junto à secretaria de educação, para atender a um maior número de crianças. De acordo com elas essa ação teve um bom resultado conseguindo atingir seu objetivo.

ou programa, mesmo porque, esta foi à única ação capaz de ter sido mantida após o término formal do projeto.

4.2. As Dificuldades Institucionais: o Reconhecimento de outros Órgãos do Poder Público em Relação às Ações das Mulheres da Paz em Vila Velha

No âmbito da prefeitura de Vila Velha, o reconhecimento das ações do Projeto Mulheres da Paz ficou restrito à secretaria que o implantou¹³⁹ apesar de suas tentativas de promover articulações com os outros órgãos do município. Essa articulação, tão necessária para que se garantisse a legitimidade das atividades do projeto, não se efetivou integralmente frente a outras instituições municipais, como por exemplo, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e as Unidades de Saúde¹⁴⁰.

Não obstante a realização de ações integradas com alguns órgãos¹⁴¹, em regra, houve pouco respaldo institucional às ações das “mulheres da paz”, principalmente, no que se referia ao atendimento das demandas encaminhadas por elas.

Por sua vez, para o gestor municipal, a maior dificuldade encontrada na execução do Projeto “Mulheres da Paz” foi à burocracia¹⁴² do governo que, normativamente, o considerava como mais um projeto, impossibilitando, portanto, que ele desenvolvesse integralmente as ações que propunha realizar.

Segundo indicou o gestor, o projeto:

...Aconteceu mais por nossa vontade de querer fazer o projeto, porque sempre tinha um entrave (...). O tempo do governo é diferente do tempo da vida real (...) O tempo das políticas elas não chegam na hora que eles [o público-alvo] esperam, elas chegam muito depois, além de ser depois não é contínuo..., além de ser depois não é

¹³⁹ O projeto Mulheres da Paz de Vila Velha, foi desenvolvido pela Gerência de Políticas de Segurança Pública, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Defesa Social (SEMDES), conforme indicado na introdução.

¹⁴⁰ Foram articuladas algumas ações conseguidas, principalmente, por meio de contatos pessoais, que possibilitaram o apoio da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde e também do CRAS para o atendimento de algumas demandas. Contudo, as tentativas de articulação permitiram somente que o projeto ficasse conhecido, mas não necessariamente, reconhecido e legitimado pelos órgãos.

¹⁴¹ Tivemos conhecimento de algumas poucas ações integradas desenvolvidas com as “Mulheres da Paz” dentre as quais destacamos: a) uma palestra em parceria com o Centro de Controle de Zoonoses numa ação de combate à dengue, b) uma palestra junto com o CRAS para esclarecer sobre os serviços por ele oferecidos, c) uma ação realizada com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) denominada “Ação Integrada pela Segurança” e, de) uma ação de orientação jurídica em parceria com uma faculdade particular do município de Vila Velha. E, nossos entrevistados também não citaram outras.

¹⁴² Este conceito é entendido aqui em seu sentido leigo, ou seja, como uma ineficiência do sistema com seus ritos protelatórios, e não no sentido atribuído por Max Weber no qual a burocracia é a administração racional e eficiente de uma organização. Sobre o conceito de burocracia em Weber ver: WEBER, Max. Economia e Sociedade. Volume 1, 4ª ed. Editora da Universidade de Brasília, 1998.

integrado..., além de ser depois eles não interagem com os vários projetos. Isso é mais um projeto... (gestor municipal do projeto).

A falta de reconhecimento institucional foi um dos pontos que também dificultaram as ações do projeto em Terra Vermelha. E que foi fortemente percebido por seus operadores no momento do desenvolvimento de suas atividades.

Vejamos a fala da pedagoga do projeto a esse respeito:

...A falta de apoio da prefeitura do município de Vila Velha, dos outros órgãos [foi um problema do projeto] porque não adiantava a nossa secretaria saber sobre o “Mulheres da Paz”... Saber o que era e a gente se empenhar tanto por um projeto que as outras secretarias como a saúde e educação não estarem ... e a ação social não estarem atada assim com a gente para conseguir realizar o projeto. (Rosângela, pedagoga da equipe multidisciplinar do projeto).

Em fala semelhante uma das “mulheres da paz” entrevistada indicou o mesmo sentimento relatando que suas ações não foram efetivamente reconhecidas pelas instituições que deveriam atuar como suas parceiras. Para Rosilda:

O objetivo deles [do projeto] era ajudar a comunidade, né... de alguma forma... só que não conseguiram (...). Porque todas as mulheres da paz que eu conversei as pessoas levavam demandas das pessoas de alguma coisa não conseguiram retorno..., não atenderam. Tipo falaram que a gente ia ter acesso a prefeitura, a instituições, né ... ninguém conseguiu nada, entendeu?! Ser recebido em lugar nenhum nem fazer nada. O bairro conheceu a mulher da paz, mas os órgãos públicos não conhecem a gente..., não reconhece como “mulher da paz” como alguém que tá tentando ajudar a comunidade ou alguém que é da comunidade, entendeu?! Então eu acho que faltou mais isso aí... foi... As pessoas estarem reconhecendo a gente fora do bairro também, entendeu?! Assim. [se] precisasse de ajudar uma pessoa a gente pudesse ir lá como “mulher da paz” ser atendida, ser reconhecida porque só passar para pessoas o projeto não resolveu... (Rosilda, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

Este relato evidenciou as principais dificuldades institucionais enfrentadas pelo projeto na efetivação das suas ações, frente aos órgãos e serviços públicos, que obstaram sua eficiência como uma ação social de prevenção da violência. Como consequência, ocorreu que a ação do Projeto Mulheres da Paz em Terra Vermelha não tivesse continuidade no território após seu término formal.

4.3. Uma Ação Social dentro de uma Política de Segurança Pública: Como se Conjugaram essas Perspectivas

Conforme vimos, as atividades assistenciais que foram desenvolvidas pelo projeto em Terra Vermelha fizeram com que ele fosse visto como um projeto assistencialista – no sentido pejorativo do termo -, em detrimento de seu caráter de ação social dentro de um programa de segurança pública. Essa questão decorreu da necessidade do projeto em adotar

essa característica, desvencilhando-se da pecha de ser um projeto de polícia para que tivesse prosseguimento¹⁴³, embora fosse uma ação de prevenção da violência.

O projeto não conseguiu empreender ações efetivas de prevenção à violência, como por exemplo, debates sobre o tema, parcerias com a escola para tratar da violência escolar e da socialização das crianças, a proposição de uma vigilância comunitária, etc. Bem como, não conseguiu promover com as famílias ou outras instituições, estratégias para proporcionar a saída e/ou a proteção de jovens desejosos de abandonar a criminalidade, conforme demonstrado no relato de Angélica:

Tinha jovens que estavam à beira da morte mesmo..., e a gente não conseguia colocar ele num lugar desse [centro de tratamento para dependência química].

(...) Não, não conseguiu [atender aos jovens] tanto que um deles há um mês foi assassinado aqui... O recurso não chegou a ele, logo né... (Angélica, mulher da paz do bairro Terra Vermelha).

E também o de Luíza que, quando foi perguntada sobre a eficiência do projeto como uma ação de segurança pública, foi contundente em sua resposta, dizendo:

...Na segurança pública?! Não. Porque não mudou. Nada. Nós tivemos 17 mortes em uma semana de jovens, de menor (...) todo mundo assustado com a quantidade de jovens que nós estamos perdendo então se ele tivesse valido (...) então se tivesse valido de alguma coisa! Ficou meio que abandonado (Luíza, mulher da paz do bairro Barramares).

Assim, a despeito de seu escopo, sobretudo os jovens não se viram assistidos pelo projeto como uma ação de prevenção da violência, salvo o seu objetivo de encaminhamento ao PROTEJO, o que foi uma importante lacuna num projeto com os propósitos do “Mulheres da Paz”.

4.3.1. O Projeto Mulheres da Paz e o PROTEJO: Uma Análise dessa Relação em Terra Vermelha

Como uma ação de segurança pública, no âmbito do PRONASCI, o Projeto Mulheres da Paz, foi formulado para atender aos jovens das comunidades que receberam as ações do programa. E, a principal forma desse atendimento foi o encaminhamento desses jovens ao Projeto de Proteção do Jovem em Território Vulnerável (PROTEJO), onde os jovens deveriam atuar como multiplicadores da filosofia da cultura da paz, que seria repassada pelas “mulheres da paz”. Formalmente, verificamos que os projetos guardavam entre si estreita relação e interdependência.

¹⁴³ O mote assistencialista, conforme já foi discutido, foi utilizado como estratégia de proteção pelas “mulheres da paz” e pelos operadores do projeto contra represálias da criminalidade local. Por isso, é possível afirmar que naquela região a política adquiriu contornos específicos devido aos seus aspectos culturais e que é a premissa teórica deste trabalho.

Entretanto, na Grande Vitória, houve muitas discussões entre os gestores municipais sobre essa articulação entre os projetos. Uns argumentaram que era possível conceber o PROTEJO sem o Projeto Mulheres da Paz, mas não este último sem o primeiro. Para outros, a equação inversa era plausível, assim, como a independência total entre ambos. Um debate que ao fim resultou sem consenso, e que à luz das diretrizes do PRONASCI, se mostrou sem fundamento já que os projetos foram formulados para trabalharem de forma articulada, sendo o PROTEJO prioritário em relação ao “Mulheres da Paz”.

Na experiência de Vila Velha, o desenvolvimento de ambos os projetos foi marcado por características bem específicas explicadas, basicamente, por duas razões: 1) o cunho assistencialista assumido pelo “Mulheres da Paz” e; 2) a falta de articulação entre este e o PROTEJO.

Em Terra Vermelha, a implantação dos projetos não se deu de forma sincronizada, conforme previsto em sua elaboração, isto é, pela ordem formal o Projeto Mulheres da Paz começaria o trabalho capacitando as mulheres no curso Promotoras Legais Populares, a partir do qual elas se tornariam aptas a se aproximarem dos jovens e encaminhá-los aos projetos sociais existentes na comunidade, especialmente o PROTEJO. Este último começaria suas atividades de forma articulada com as ações das mulheres por meio das quais as mulheres passariam a acompanhar todo o percurso social e formativo dos jovens, orientando suas ações, prioritariamente, para os jovens PROTEJO. Esse foi o desenho institucional da política, que na prática recebeu uma execução diferenciada, de acordo com o contexto local em que foi implantado.

Para compreendermos como foi esse processo na localidade pesquisada, passo à descrição da execução dos projetos naquela região. Em Terra Vermelha, o trabalho do Projeto Mulheres da Paz com o PROTEJO, começou entre os meses de julho e agosto de 2010¹⁴⁴, com a mobilização das mulheres para convidar os jovens para participarem do novo projeto, cabendo à equipe multidisciplinar a responsabilidade de selecioná-los. Essa dinâmica implicou em que as “mulheres da paz” não tivessem um papel ativo na seleção e, este fato originou críticas e questionamentos de algumas das mulheres em relação a determinados jovens escolhidos feitas equipe, consideradas por elas como escolhas equivocadas.

¹⁴⁴Nesse período o projeto Mulheres da Paz já estava no seu oitavo mês de execução.

De acordo com Luíza:

Na hora da escolha desses jovens houve pessoas que não precisavam que tinha boas famílias que eu conhecia, mas eu não podia falar nada. Porque foram indicados por outras Mulheres da Paz. Entendeu?! Então eu não podia interferir. Mas eu conhecia lembro que lá na seleção que eu ajudei a fazer eu olhava e lembrava de mães e pais, pessoas decentes com boa educação, não precisavam estar ali que estudam já . E outros que precisavam realmente foram dispensados. Porque não dependia de mim eu estava ali só ajudando eles entravam eram avaliados pela psicóloga e a assistente social e eu não podia fazer nada. (...) Houve indicações por amizade, sendo bem sincera (Luiza, mulher da paz do bairro Barramares).

Todavia, embora uma das críticas de Luíza seja direcionada ao fato de ter havido indicações de amigos ou parentes, essa conduta não era vedada e, até certo ponto previsível, pois, nas diretrizes e documentos orientadores do Projeto Mulheres da Paz estava previsto que as mulheres deveriam participar das redes sociais ou de parentesco dos jovens que eram público-alvo do programa e, por consequência, do PROTEJO¹⁴⁵. Portanto, não foi incomum ocorrer, tanto em Terra Vermelha quanto em outras localidades, a participação de uma mãe como “mulher da paz” e do seu filho como jovem PROTEJO, desde que se enquadrassem nos critérios dos projetos. Em Terra Vermelha, ocorreu de duas ”mulheres da paz” terem seus filhos como jovens PROTEJO e uma terceira que tinha duas sobrinhas participando do PROTEJO.

O objetivo de ambos os projetos era restabelecer ou fortalecer os laços sociais dos jovens promovendo mudanças, quando necessário, em sua relação familiar e/ou comunitária, por isso compuseram o eixo “Integração do Jovem e da Família”, do PRONASCI.

No entanto, essa tarefa foi muito problemática junto àqueles considerados o público-alvo do PROTEJO, ou seja, os jovens em risco social¹⁴⁶. Segundo as mulheres, houve grande dificuldade de trabalhar com esses jovens por causa da resistência que eles tinham à suas abordagens, pois segundo elas: “*Quando a gente chegava eles deixavam a gente lá e deixava só o responsável por eles, eles não davam muita atenção não*”.¹⁴⁷ Ou da firme recusa a suas intervenções, conforme podemos observar no relato a seguir:

A gente tinha uma demanda também de ir resgatar aqueles jovens em conflito com a lei, não foi?! Que tinha da Dr^a Fabiana. (...). É uma situação que eu passei ... Eu fui na casa de um adolescente mais (sic) a Sara¹⁴⁸ procurar aí não encontramos ninguém

¹⁴⁵ Conforme expresso no Termo de Referência de Vila Velha e no material de capacitação da equipe técnica sobre as ações PRONASCI.

¹⁴⁶ Noção definida na nota 149.

¹⁴⁷ Relato de Mariana, mulher da paz do bairro João Goulart, que se referiu especialmente àqueles encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude.

¹⁴⁸ Outra mulher da paz que era sua companheira de visitas domiciliares.

... Aí no outro dia a gente encontrou o jovem só que aí ele não deu assim atenção, ele foi grosso ... Mandou a gente vazar¹⁴⁹ da rua (risos). Aí eu fiquei assim naquele dia deu vontade de desistir... (Mariana, mulher da paz do bairro João Goulart)¹⁵⁰.

Por outro lado, de par com as resistências de alguns jovens ocorreu também que, em razão do trabalho junto às famílias assistidas¹⁵¹ ter antecedido as atividades do PROTEJO, as ações das mulheres se orientaram então para outros objetivos. Por isso, quando o projeto dos jovens começou ele foi ajustado às outras tarefas que as mulheres já estavam desenvolvendo, sem receber a prioridade que as diretrizes do Projeto Mulheres da Paz lhe conferia. Com isso, as mulheres dedicaram pouca atenção ao trabalho junto aos jovens ocorrendo, segundo elas, pouca interação com eles. Portanto, não foi exceção à fala de que *“a gente não trabalhou com os meninos do PROTEJO... só fomos a uma reunião para saber como eles estavam se relacionando no PROTEJO, como era... só isso, único contato (Relato de Márcia, mulher da paz do bairro Morada da Barra).*

Ou,

Com o PROTEJO nós não tivemos muita convivência com os jovens PROTEJO, não (...). Não tenho como avaliar [o PROTEJO] porque a gente não participou só em algumas apresentações que eles fizeram que a gente foi, mas assim em outras coisas igual eles falaram que a gente ia passear com eles, né... não teve convivência com eles não (Mariana, mulher da paz do bairro João Goulart).

A constatação desse distanciamento para mim foi um paradoxo, pois, desde o início das ações do PRONASCI na região, as mulheres criaram grande expectativa para a implantação do PROTEJO e, conforme demonstra o relato acima, elas tinham o desejo de ter uma relação próxima aos jovens. Além disso, uma das principais reivindicações das mulheres e da comunidade era a implantação de projetos sociais para Terra Vermelha, especialmente para as crianças e adolescentes, pois, esses projetos eram vistos como uma estratégia essencial de prevenção à violência e criminalidade. Sendo isso ressaltado, tanto nas entrevistas quanto no grupo focal, conforme podemos verificar:

Aqui as crianças depois que vem da escola elas ficam muito a toa, os adolescentes ficam muito a toa, entendeu?! (...) qual projeto Terra Vermelha tem? (...) Eu acho que devia de melhorar assim.. Uma ONG entendeu para adolescente e para criança (...). Uma aula de capoeira, esporte ... Aproveitar o que eles gostam.

¹⁴⁹ Gíria juvenil utilizada para solicitar a retirada ou saída de uma pessoa de determinado lugar.

¹⁵⁰ O que foi afetado também pela identificação com a polícia conforme ressaltado no capítulo 2.

¹⁵¹ Termo utilizado pelas “mulheres da paz” para designar as pessoas selecionadas para as visitas domiciliares.

(...) Aqui os adolescentes eles não acham nada de legal para fazer... Acender um back¹⁵² é legal, é maneiro (debate entre as mulheres no Grupo Focal).

Outro tema que também permeou a relação entre os dois projetos: “Mulheres da Paz” e o PROTEJO, em Terra Vermelha, foi à recusa de algumas mulheres em trabalharem com os jovens “verdadeiramente” foco do PRONASCI, ou seja, os jovens em conflito com a lei ou em cumprimento de medida socioeducativa - encaminhados pelo juizado da Infância e Juventude de Vila Velha, e que ficaram conhecidos como “os meninos da Dr^a Fabiana¹⁵³” - em razão do medo que eles lhes causavam. O relato da assistente social do projeto Mulheres da Paz é muito esclarecedor a esse respeito.

No início quando veio à lista do Ministério (sic) da Infância e Juventude, da Vara que foi para a equipe passar para as mulheres da paz esses meninos para ser convidados para vir pro projeto teve resistência de muitas das mulheres, muitas mulheres se recusaram porque já sabiam, já conheciam, já sabia quem era o menino. Ah! Não vou me aproximar porque eu conheço, que são perigosos, não vão aceitar, vou colocar minha família em risco, elas se recusaram. Depois de muita conversa algumas chegaram ir, outras eu tive que fazer a visita, eu que tive que convidar porque elas não conseguiram.. Não tiveram coragem. (Olívia, assistente social da equipe multidisciplinar do projeto Mulheres da Paz).

Assim, o medo das mulheres também contribuiu para que o PROTEJO não atendesse efetivamente os jovens que era o seu público-alvo, de acordo com as diretrizes do programa, pois, a resistência das mulheres em trabalhar com esses *meninos* ou, o receio com que os abordavam, refletiam as dificuldades e os limites que os projetos sociais tem em atender a esse público. Embora algumas mulheres tivessem enfrentado a situação e buscassem a inserção desses jovens no projeto, deixavam entrever a descrença no êxito do trabalho junto a eles, por serem considerados como jovens sem controles ou supervisão familiar. Ocorria que, para algumas delas:

...A gente ia visitava, tinha medo em alguns casos porque já entramos em lugares assim que dava medo mesmo, as crianças muito rebeldes, entendeu? Que não respeitavam.. A gente procurava o máximo se dar bem com todo mundo se relacionar bem com todo mundo e eles aceitavam, mas eu acho que eles não levaram muito a sério o projeto. As crianças do protejo, as famílias...

(...) Muitas mães aqui, famílias... aqui são lares totalmente destruídos que não tem como você conversar com o filho sendo que a mãe é a mesma coisa. (...) Nessas situações, por exemplo, eu não vejo muita... grandes melhoras, não vejo... só se a pessoa mesmo um dia quiseram por si próprio, mas o projeto eu acho que em alguns casos não vai ajudar muito não (Deyse, mulher da paz do bairro Barramares).

Em decorrência disso, entrou no PROTEJO um grande número de jovens que não era o seu público prioritário – embora esses também fossem mercedores de políticas públicas –, pelo

¹⁵² Cigarro de maconha.

¹⁵³ Juíza titular da Vara da Infância e Juventude de Vila Velha, muito conhecida pela sua severidade (nome fictício).

fato de se adequarem mais facilmente aos controles e normas impostos pelo projeto. Ao contrário daqueles reconhecidos pelas mulheres como os que *mais precisavam*.

O PROTEJO começou sob a coordenação da equipe multidisciplinar do Projeto Mulheres da Paz, que cadastrou e selecionou os jovens até a entrada da equipe técnica específica para o projeto dos jovens, esta última composta de uma coordenadora e três educadores sociais. A partir de então, as “mulheres da paz”, passaram somente a realizar a busca dos jovens faltosos ou evadidos. A formação da equipe do PROTEJO coincidiu com o término do contrato da equipe multidisciplinar e, conseqüentemente, com sua saída, e este fato gerou dificuldades para a dinâmica do projeto Mulheres da Paz¹⁵⁴.

O protagonismo e autonomia das mulheres, não foram à tônica do projeto em Terra Vermelha e, ressalvadas aquelas mulheres mais engajadas, que já tinham experiência anterior em atividades comunitárias, à maioria das mulheres dependiam da coordenação e orientações repassadas pela equipe multidisciplinar para desenvolver suas ações. Era a equipe que mantinha o pleno funcionamento e a coesão do projeto, portanto, sem ela para coordená-las ocorreu o afastamento gradativo das mulheres de suas atividades.

Toda essa situação contribuiu com a falta de identificação entre os projetos e para o distanciamento das mulheres com os jovens do PROTEJO, fazendo com que algumas delas se abstivessem da responsabilidade de acompanhá-los em seu percurso no projeto.

Vejamos o relato de Marisa ao falar da atividade de busca ativa dos jovens faltosos:

(...) quando o PROTEJO chegou as Mulheres da Paz já tava um pouco se afastando, já estava acabando, tava encerrando só que as pessoas que estavam lá coordenando, eles achavam que era obrigação das Mulheres da Paz de tá correndo atrás desses jovens novamente, que antes, no começo foi a gente que foi até eles, buscar eles, entrevistar pra poder ir até o projeto pra poder cadastrar eles, e eles comecem a fazer parte, só que eu acho que as pessoas entenderam que era obrigação da gente tá correndo atrás desses jovens para eles irem pra sala de aula e não era, assim a gente poderia fazer de bom grado, né como muitas pessoas fizeram, **eu não fiz, mas não era uma obrigação da gente** (...) apesar que a gente também, apesar de não tá mais atuando que nem hoje a gente poderia muito bem fazer isso, mas não era obrigação nossa, mas tinham pessoas que pensavam que era obrigação nossa (Marisa, mulher da paz do bairro Barramares).

¹⁵⁴A primeira consequência disso, foi perda da identificação com a Casa Pronasci, sede das ações do PRONASCI, que foi um tema muito importante para o projeto conforme registramos na nota nº 7. Ambos os projetos foram desenvolvidos no mesmo espaço físico, que com a saída da equipe multidisciplinar e sem a articulação das “mulheres da paz” com a nova equipe do PROTEJO e foi sendo apropriado e identificado com este último projeto. Por isso, as mulheres foram se afastando, denotando este afastamento como um processo de expulsão.

Além disso, elas também não acompanharam as atividades desenvolvidas pelo projeto, que deveriam ser articuladas às suas ações, restringindo-se, em alguns momentos, a reproduzir as críticas ouvidas na comunidade. Observamos isso no relato de Rosilda, quando menciona que:

eu ouvi muito assim de mães reclamando do protejo também que ia pra lá, chegava lá esses jovens chegavam ficavam ouvindo funk, dançando ... Não tiveram muita atividade também, né! Teve adolescente que desistiram (...). As meninas ficavam muito a vontade ouvindo funk... dançando... (Rosilda, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

Da mesma forma que Marisa: ... *Houve uma desistência muito grande eu fiquei sabendo muitos jovens se afastaram antes do projeto acabar, mas eu mesma não quis investigar isso a fundo, procurar saber por que, eu acho que já não cabia a mim...*(Marisa, mulher da paz do bairro Morada da Barra).

Esses relatos nos permitem perceber o quanto os objetivos das “mulheres da paz”, de Terra Vermelha, se afastaram dos objetivos formais delineados pelo PRONASCI ao priorizar outras ações que o projeto desenvolveu na região. A maioria das mulheres dedicou maior atenção às outras questões que apareceram nas visitas domiciliares ocorrendo, inclusive, que apenas quatro mulheres afirmassem nas entrevistas que o objetivo de sua ação era os jovens PROTEJO e, que se preocupavam com o desenvolvimento do projeto dos jovens.

No período da participação observante, notei que foram poucas às vezes em que as mulheres foram a Casa Pronasci, que era a sede de ambos os projetos, sendo todas essas vezes, em atendimento à convocação de reunião com a equipe da prefeitura, às quais a presença variava entre sete (07) e dez (10) mulheres. E nem nesses momentos observei muita interação entre as mulheres e os jovens do PROTEJO, salvo os casos em que as mulheres e os jovens eram parentes.

Por isso, não causou estranhamento ouvir uma fala como esta: “*olha... o Protejo eu... para falar verdade para você não tive muito contato com o Protejo também não, assim, tive das vezes que tava na reunião, eu tava lá e eles estavam lá também...*” (Rosilda, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

As reuniões das “mulheres da paz” aconteciam na sede, mas sempre sem lugar definido, e este fato deixava as mulheres muito insatisfeitas por se sentirem expropriadas do seu espaço sendo esse sentimento agravado pelo fato de não localizarem os arquivos e os documentos produzidos por elas com os dados das visitas domiciliares, que elas chamavam de *prontuários*. Segundo as mulheres estes documentos haviam sido jogados fora, mas essa informação foi negada pela equipe da prefeitura, que embora informasse que estavam

guardados em um armário, não sabiam a localização do móvel. As reuniões das quais eu participei, em torno de cinco reuniões foram marcadas pela queixa das mulheres a esse respeito e, constatamos que até o final da pesquisa essa questão não tinha sido resolvida.

A insatisfação das mulheres com a equipe do PROTEJO, mais especificamente com a sua coordenadora, foi em muitos momentos extravasada por reclamações ora veladas, ora contundentes, contra o tratamento a elas dispensado.

No grupo focal, as mulheres trataram desta questão de forma bastante exaltada afirmando que:

Éramos mal tratadas, depois que a gente saiu de lá e entrou o PROTEJO. Porque a diretora (sic) do PROTEJO tratava a gente mal, com preconceito (...) até chamar a gente de esfomeada ela chamou (...)

(...) eu não gostava de ir... eu só ia quando tinha reunião..

(...) O pessoal ficou zangado como se a gente tivesse invadindo o espaço deles (...)

Me senti jogada fora... a gente já não se interessa muito pelas coisas... as pessoas não se interessam muito pelas coisas ainda chega *vários vestígios* que joga à frente ...a gente prefere sair...

(...) Ela não entendia que o PROTEJO ...tava lá por causa da gente, é ... a gente foi uma parte... principal...,fundamental para que o PROTEJO acontecesse.

E o principal... que a gente que fez o convite a gente saiu de rua em rua, eu mesma fui uma ...de casa em casa... eu andei de rua em rua aí... dando papelzinho, convidando jovem.. (Relatos das mulheres no Grupo Focal).

Por sua vez, uma das mulheres de forma mais moderada e, amenizando a situação ponderou que estas questões surgiram pelo fato de que:

Faltou também uma convivência ... se ela viesse antes de começar o PROTEJO e conhecesse a gente e tudo... convivesse um pouco... aí ela poderia até ter tratado melhor.

Eu senti que não foi culpa dela ... eu senti que alguém deu informação errada a ela... (Relatos das mulheres no Grupo Focal, janeiro de 2012).

Verifiquei, portanto, que a articulação entre o projeto Mulheres da Paz e o PROTEJO foi afetada pelo distanciamento entre ambos, e por alguns equívocos ocorridos na relação entre a coordenadora do Protejo e as “mulheres da paz”. No entanto, observei ainda que, além das críticas as mulheres também elogiaram muito o trabalho realizado com os jovens que permaneceram no projeto indicando os progressos conseguidos com eles. No espaço do grupo focal e nas entrevistas, as mulheres citaram casos nos quais o PROTEJO foi importante para o resgate, proteção e valorização dos jovens sendo em sua avaliação um projeto importante e ressaltando, nesse aspecto, a competência de sua coordenadora.

Para Mariana: *muitos [jovens] era pra já tá né? Nem existir [estarem mortos] né? Mas, através deste projeto que foram pra lá... Eles continuaram, e hoje em dia não, são jovens que trabalham, são jovens que tem outra vida... (Mariana, mulher da paz do bairro João Goulart).*

Progressos que também foram ressaltados por D. Graça:

Tive em várias realizações com eles lá dentro da casa, do projeto e... e até comentei lá também entendeu... que logo no início eles estavam assim um pouco tímidos, bem inibidos e... já quase no final do curso deles eles já tavam bem soltos, e falantes e até representativos, entendeu? Aí eu pedi uma fala e falei sobre isso, que tinha achado muito bonito que os meninos tinham se soltado e... tavam realizando e... minha fala foi nesse sentido, entendeu? que tinha ficado feliz de ver a atuação deles, no início eram só as meninas... (D. Graça, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

No grupo focal relataram casos de jovens e adolescentes que depois de terem participado do PROTEJO voltaram a estudar ou começaram a trabalhar, influenciados pelos novos valores repassados no projeto. Contudo, as informações sempre foram de “ouvir dizer” sem um acompanhamento sistemático do percurso desses jovens, conforme determinavam as diretrizes de ambos os projetos. Por isso, não sabiam como haviam ficado os *meninos* depois de saírem do projeto, embora o avaliassem positivamente.

O PROTEJO selecionou cem (100) jovens chegando ao final com sessenta e quatro (64), em sua maioria *meninas*. Nele foram promovidas oficinas com atividades diárias nos turnos matutino e vespertino.

Apliquei junto aos jovens um questionário para verificar a sua percepção sobre as ações do programa na região, no qual havia uma questão sobre se eles conheciam a “mulher da paz” que atuava em seu bairro cujo resultado nos revelou que 54% dos jovens afirmaram não conhecê-las.¹⁵⁵ Neste aspecto, ponderamos as dificuldades dos projetos em atender ao objetivo institucional de ambas as ações, ou seja, de que os jovens do PROTEJO fossem os portadores da filosofia da cultura da paz repassada pelas “mulheres da paz”, decorrentes da falta de interação necessária para que isso acontecesse.

As mulheres também reclamavam deste distanciamento, pois, pretendiam desenvolver, em Terra Vermelha, as articulações que, de acordo com elas, viam na experiência do Projeto

¹⁵⁵ Frequentavam o Protejo à época da pesquisa 64 jovens, foram aplicados 45 questionários dos quais foram respondidos trinta e nove (39). A questão analisada se referia à pergunta sobre se eles conheciam a Mulher da Paz que atendia seu bairro e qual era o nome dela, à qual 13 jovens responderam conhecer as mulheres, mas 01 disse não saber o seu nome. Os que responderam não sabê-lo foram 21 jovens e 05 não responderam. Considere-se também o fato de que 02 dos respondentes eram filhos de mulheres da paz e outros 02 sobrinhos.

Mulheres da Paz de Serra¹⁵⁶, isto é, de trabalhos e atividades conjuntos entre os jovens PROTEJO e as “mulheres da paz”. O que para D. Graça, na experiência de Terra Vermelha não ocorreu, pois:

...a gente simplesmente ficou a margem do PROTEJO... não teve assim.. uma interação total da Mulheres da Paz que nem na Serra. Parece que foi muito bom as “mulheres da paz” e o PROTEJO, entendeu? Muito bom mesmo. Aqui não teve... Aqui, eu acredito que a competência da P¹⁵⁷..., P.. era muito competente e ela fazia tudo sozinha, entendeu. E eu acho assim que ela não precisou das “mulheres da paz” e nós ficamos a margem (...). Nós fomos várias vezes na Casa [Pronasci], entendeu? Mas a gente ficava só ... A gente ficava só na casa. Na verdade era como se a gente fosse visitante. (D. Graça, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

As circunstâncias em que as “mulheres da paz” estiveram mais próximas dos jovens foram nos eventos e festas promovidas pelo PROTEJO, dos quais elas participaram como convidadas sendo o único citado o café afro¹⁵⁸. A oportunidade de interação na qual se esperava a presença das “mulheres da paz” foi a cerimônia de formatura dos jovens, onde ficou evidente o distanciamento entre os projetos pela ausência da maioria das “mulheres da paz”.¹⁵⁹

Nesse contexto, verificamos que na execução do projeto Mulheres da Paz, em Terra Vermelha, diferentemente do que estabelecia o PRONASCI, suas ações não foram prioritariamente orientadas para o atendimento dos jovens PROTEJO, ao contrário, deles se afastaram notoriamente, perdendo sua identificação com o objetivo de acompanhá-los em seu percurso social formativo. Do mesmo modo, o PROTEJO não se viu relacionado ao Projeto “Mulheres da Paz”, desenvolvendo suas atividades de modo independente às ações das “mulheres da paz”, o que acarretou no fim num completo distanciamento dos projetos, contrariando as diretrizes formais de ambos, expostas nas leis que os instituíram.

¹⁵⁶ A Serra foi um quatro dos municípios da região da Grande Vitória que implantou os projetos do PRONASCI.

¹⁵⁷ A coordenadora do PROTEJO.

¹⁵⁸ Evento promovido pela coordenadora do PROTEJO em comemoração ao “Dia da Consciência Negra”, para o qual as mulheres foram convidadas a assistir.

¹⁵⁹ Estivemos presente ao evento, dele participaram somente três mulheres da paz, uma delas era a tia de duas jovens PROTEJO e a outra por ser mãe do formando comparecendo, portanto, somente uma “mulher da paz” que não tinha parentesco com nenhum jovem. Ressaltamos também que nas entrevistas, apenas uma mulher justificou sua ausência ao evento alegando adoecimento, mas as entrevistadas confirmaram que haviam sido convidadas. Desse evento participaram somente três mulheres da paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos nesse trabalho, o Projeto Mulheres da Paz foi uma ação de segurança pública pensada a partir das experiências de movimentos sociais iniciados pelo ativismo de mulheres que fizeram da busca por justiça a bandeira de suas lutas. Por isso, o identificamos como uma proposta de institucionalização desses movimentos que, visando multiplicar essas experiências, foi formalizado pelo PRONASCI com o objetivo também de atender ao Paradigma da Segurança Cidadã, buscando estimular a participação da sociedade civil na elaboração das políticas de segurança e promover o envolvimento comunitário no desenvolvimento de suas ações.

Essa ação, de caráter social, correspondeu ao modelo de política assistencial adotado desde os anos 1990, na Europa e América Latina, denominada de “política de investimento social”

A abordagem das políticas públicas de investimento social visa, explicitamente, melhorar a inclusão social, evitar que a pobreza passe de uma geração para outra e favorecer a adaptação das populações às exigências do mercado de trabalho contemporâneo. Se esses objetivos fossem alcançados, os indivíduos e as famílias se tornariam totalmente responsáveis pelo seu bem-estar, pois este se repousaria em uma base sólida dos rendimentos da atividade profissional e das trocas intrafamiliares. [...] Nesta perspectiva, o papel do Estado é, portanto, conceber as intervenções e as práticas para conseguir realizá-la. Do ponto de vista das políticas públicas, isto significa dar atenção crescente às crianças, ao capital humano e à aceleração para mais emprego (JENSON, 2012, p. 89).

Através dessas se investe nos beneficiários da política para obtenção de resultados mais eficazes e duradouros no combate, especialmente, da pobreza e da miséria. Por ser uma política direcionada para o sexo feminino, o projeto Mulheres da Paz, também pode ser qualificado como uma política com sensibilidade de gênero¹⁶⁰ na medida em que focaliza as mulheres como protagonistas de suas ações, preocupando – se com o bem – estar geral dessa parcela da população que precisa ser visibilizada. O Brasil é um dos países latino americanos que optou por criar programas de transferência de renda condicionados a manutenção da criança na escola, vacinação e pesagem em dia como forma de melhorar os índices relacionados a educação e saúde. No entanto, verificamos que, justamente por esta última característica, foi que o projeto expressou seus principais conflitos e tensões, representados

¹⁶⁰Vide definição na nota 145, pg. 77.

pelos seus limites em relação ao atendimento das demandas femininas que são comuns nesse tipo de política¹⁶¹.

Por sua metodologia de investir nas mulheres, mas para dedicar cuidados a outrem¹⁶², conforme expõe Jenson (2012, p.93). Assim, o seu limite foi reforçar padrões e comportamentos relacionados às naturalizações do instinto materno, acrescentando-se ainda a ressalva de que não se constituiu como uma política efetiva para as mulheres, pois, o seu principal objetivo foi atender aos jovens, que são o público-alvo do programa e, preferencialmente, os jovens do sexo masculinos por serem as maiores vítimas da criminalidade violenta nas cidades brasileiras.

Nesse aspecto, reforçando nossas reflexões acerca dos conflitos existentes na ação, encontramos a pertinente avaliação de Sorj e Gomes (2011) enfatizando, do mesmo modo, que o projeto apresenta uma tensa convivência entre diferentes discursos e práticas, ao mobilizar *ao mesmo tempo, noções e pressupostos maternalistas associados à feminilidade e colocados a serviço dos objetivos da política social* (p.148), que se expressa através do fomento à participação política e social das mulheres por meio da função do cuidado, reforçando as representações sociais de gênero.

Em termos gerais, o projeto foi uma importante iniciativa para a implementação de políticas para as mulheres sendo interessante na sua proposta o reconhecimento da mulher como um sujeito social relevante como formuladoras e beneficiárias de políticas públicas. Assim, neste aspecto, considero que o projeto avançou também em outros pontos importantes, como por exemplo, em possibilitar a participação da sociedade civil na discussão da política, cujo mérito merece ser sublinhado quando o comparamos a outras políticas públicas, principalmente, no campo da segurança pública. E, mais importante, por abrir um espaço às intervenções femininas num campo dominado pela perspectiva masculina (STROZEMBERG (2009); SENTO-SÉ (2009)).

¹⁶¹ São exemplos dessas políticas as “políticas de benefícios sociais condicionados”, como por exemplo, o bolsa-família no Brasil, as políticas de escolarização e formação continuada, política de microcrédito para as mulheres, etc.

¹⁶² Essa é principal crítica das feministas em relação às políticas de investimento social, pois, nelas nada é dito sobre a igualdade entre os sexos, que não é nem sequer abordada como um objetivo político e, quando elas se interessam pelas mulheres adultas, preocupam-se cada vez mais com questões relacionadas a maternidade e seus vínculos com o crescimento demográfico. Nesta perspectiva, o que as políticas com esta abordagem buscam, em regra, é auxiliar as mulheres a conciliarem a vida profissional à vida familiar não tendo como foco a promoção da cidadania social das mulheres, mas sim o melhor equilíbrio demográfico.

Pretendi descrever nesse trabalho o que foi o Projeto Mulheres da Paz desenvolvido na região de Terra Vermelha, demonstrando a dinâmica e especificidades daquele grupo formado por vinte e quatro mulheres¹⁶³. E, neste empreendimento, além do objetivo de descrever a execução da política e analisar as representações sociais que o projeto encerrava também me concentrei em compreender os processos de construção da identidade de “mulher da paz” nas beneficiárias do projeto.

E, conforme supôs a hipótese teórica deste trabalho, vimos que o contexto cultural interfere, indubitavelmente, na execução de uma política dando-lhe aspectos e objetivos específicos em virtude das práticas dos agentes envolvidos na sua execução. Desse modo, compreendemos a partir da experiência de Terra Vermelha, que a despeito dos limites e objetivos institucionalizados por uma política, os sujeitos envolvidos no seu desenvolvimento são orientados por suas representações do mundo social, e, por isso, empreendem na realização de suas ações, estratégias próprias para atingir os fins que são moldados por essas representações.

Foram muitas as peculiaridades do projeto desenvolvido em Terra Vermelha, dentre elas destaco o caráter assistencialista que ele adquiriu resgatando em razão disso, inclusive, a imagem do primeiro damismo¹⁶⁴, por meio da nomeação da primeira-dama do município como madrinha do projeto¹⁶⁵. Todavia, a característica mais importante, em minha avaliação, foi a dificuldade de articulação com o PROTEJO pelo fato que isto foi de encontro ao que previa as premissas institucionais do PRONASCI. Por consequência, em Terra Vermelha, o Projeto Mulheres da Paz não assumiu, necessariamente, o papel “maternalista” que estava representado na concepção do projeto, embora isso não tenha significado um alinhamento com as ideias do movimento feminista.

Em termos formais, o projeto atendeu ao objetivo de capacitar as mulheres da comunidade, e a despeito das limitações decorrentes dessa metodologia, conseguiu promover nas mulheres

¹⁶³ O grupo iniciou com vinte e cinco mulheres, mas funcionou efetivamente com vinte e quatro.

¹⁶⁴ Este termo é utilizado pelos profissionais da Assistência Social para fazer referência a uma prática antiga no Brasil que era o de nomear primeiras-damas para assumir cargos nas secretarias de assistência social nos Estados e municípios, ou seja, era a institucionalização do assistencialismo na figura da mulher do governante, e que vem sendo enfraquecida desde a Constituição de 1988.

¹⁶⁵ Sobre o tema do primeiro damismo na assistência social ver SILVA, Lianzi dos Santos. Mulheres em Cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social. 2009. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC – Rio. Cap. 4.

um empoderamento¹⁶⁶ individual ao possibilitar-lhes novas experiências no campo teórico e prático. Por sua vez, o objetivo de torná-las lideranças comunitárias foi parcialmente atendido, na medida em que nem todas as mulheres adquiriram a identificação com a proposta para dar continuidade às ações do projeto após o seu encerramento formal.

No entanto, apesar de não atingir a totalidade do grupo de mulheres com essa proposta, de um modo geral, houve aquelas que se mantiveram dedicadas e engajadas com as ideias do projeto e se tornaram, efetivamente, referências positivas para a sua comunidade sendo isso demonstrado em diversos relatos, dentre os quais ressalto o que se segue:

Eu sim... ah eu acho que um vez mulher da paz é sempre mulher da paz... Porque as pessoas acabam conhecendo você... Inclusive até outro dia, essa semana o pessoal do PROCON [órgão municipal de Proteção e Defesa do Consumidor] me ligou que queria... eles querem colocar um ônibus do PROCON aqui no bairro... ah! você é a Rose a mulher da paz que fulana falou que você tem contato nos bairros, conhece todo mundo ... aí me ligou e eu to fazendo o contato pra poder tá trazendo o ônibus aqui pro bairro... então algumas pessoas me conheceu como mulher da paz, me vê como mulher da paz... (ROSILDA, mulher da paz do bairro Residencial Jabaeté).

Em falas similares a estas pudemos verificar que, junto às mulheres que já tinham um histórico pessoal de envolvimento comunitário, este objetivo do projeto foi alcançado.

Concluindo, por estratégias particulares, o projeto de Terra Vermelha, atingiu aos objetivos que foram colocados pelo próprio grupo como prioritário, dentre os quais observei: I) a orientação sobre direitos para que as pessoas acessassem sua cidadania; II) a visitação das famílias para conversar com parentes dos jovens para conhecer melhor a situação de cada um deles e; III) juntamente com a equipe multidisciplinar o encaminhamento das principais demandas assistenciais encontradas nas visitas domiciliares. Assim, atendendo ao objetivo de fazer neste trabalho uma análise dos limites e potencialidades da política, pude concluir que as políticas públicas são, indiscutivelmente, influenciadas pelas representações do mundo social dos seus agentes, dando-lhes características específicas em razão do contexto cultural no qual é desenvolvida.

¹⁶⁶ Assumo aqui a omissão em relação à análise pontuada pela professora Ana Paula Mendes Miranda sobre a ideia de que o projeto “oficializou” uma luta e que isso significou o Estado cooptar um grupo em processo de mobilização social. Segundo a avaliação da professora faltou também uma reflexão sobre o fato de que isso representou o sufocamento do ativismo, que se reconfigurou como filantropia, que poderia também ser problematizado pela concepção de transformação das mulheres (ser chique), e que foi interpretado por mim, equivocadamente como empoderamento, quando na verdade parece mais a representação de mudança de status, e não de fortalecimento da militância. Portanto, registro aqui o desdobramento destas questões em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Lei e ordem no segundo governo FHC**. In: Revista Tempo Social. V.15 nº. 2, São Paulo, 2003.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BALLESTEROS, Paula. **Histórico das Políticas Nacionais de Segurança Pública**. In: Texto do projeto web site Segurança e Cidadania: promovendo a prevenção da violência e a transparência no campo da segurança pública. Disponível em: <http://segurancaecidadania.org.br>. Acesso em 05/mar/2012

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Trad. Marco Estevão. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL, M^a Glaucíria M.; Barbosa, Kátia, B.; Sobreira, Waleska F. de O. **Uma reflexão comparativa da segurança pública nos governos FHC e LULA: A criação do SUSP**. Disponível em: www.uece.br/labvida/index.../publicacoes/trabalhos-completos-em-anais. Acesso em 09/abr/2012.

CANO, Ignácio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. In: Sur, **Rev. Int. Direitos Humanos**. V.3, nº 5, São Paulo. 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma opinião sobre as representações sociais**. In: Representações: contribuições a um debate transdisciplinar/ Ciro Flamarion Cardoso. Jurandir Malerba (orgs.). Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

CARDOSO, Ruth. **As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. In: DURHAM. Eunice (et al). A aventura antropológica: teoria e prática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, V. A. de; SILVA, M^a. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. In: **Revista Katálysis**. V.14, nº 1, Florianópolis jan./jun, 2011.

CERQUEIRA, D; LOBÃO, W; CARVALHO, A. X. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: **IPEA - Textos para Discussão** | 1144 | Rio de Janeiro, dez. pp.1- 40, 2005.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2^a ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. (Coleção Memória e Sociedade).

CIRIBELLI, Marilda C. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

COSTA, A. A. A. **O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política**. In: **LABRYS**. Estudos Feministas, Jan./jul. 2005

COSTA, Heloniza O. G. **Intervenção Multissetorial no Combate à Violência**. Documento Word. Disponível em: www.aben-df.com.br/CD/.../heloniza_oliveira_concalves_costa.doc. Acesso em 09/abr/2012.

CRISTINO, Fernanda da Rosa. **Segurança Pública e Democracia: um novo paradigma**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5157. Acesso em 09/abr/2012.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L.F.M. **Grupo focal e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto (MG), 2002.

CRUZ, Ionara. O. C. Oliveira. **O Legislativo e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)**. Monografia (especialização) apresentada ao Curso em Legislativo e Políticas Públicas, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5524>. Acesso em 09/abr/2012.

DAGNINO, E. (org). **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, E. (org). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas . In: DURHAM, Eunice (et al). **A aventura antropológica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 11ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1994.

FREIRE, MOEMA D. **Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias**. In: AURORA, ano III número 5, p. 49 - 58 – dez. 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>. Acesso em 09/abr/2012.

GA VIRIA, Margarita Rosa. **Cultura e Segurança cidadã: em busca do controle da violência na Colômbia**. Do original: Culture and citizen security: in search of violence control in Colombia. Resenha. Sociologias, nº18, Porto Alegre. Ju/Dez. 2007.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. (orgs.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça: módulo 05**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HOLLANDA, Cristina B. **Polícia e Direitos Humanos: Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola - Rio de Janeiro: 1983-1986**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do PRONASCI**, 2010. Disponível em: http://br.boell.org/downloads/PRONASCI_Seguranlica_e_cidadania_%282%29.pdf. Acesso em 25/mar/2012.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Segurança Pública para o Brasil**. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/políticapublica/projetos_ic.htm.

IORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. In: ROMANO, Jorge O; ANTUNES, Marta (orgs). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Cap. 3. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil. pp. 21-44. 2002.

IPEA. **Justiça e Segurança Pública**. Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. |16| no v.2008. pp. 257-282. Disponível em: www.ipea.gov.br/.../publicacoes/bpsociais/.../justicasegurancapublica. Acesso em 24/mar/2012.

IPEA. **Segurança Pública**. Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. V. 7 ago.2003. pp.90-95. Disponível em:

http://www.carceraria.org.br/fotos/fotos/admin/Sistema%20Penal/Seguranca_Publica/Plano_Nacional_Seguranca_Publica_analise.pdf. Acesso realizado em 09/abr/2012.

JENSON. Políticas públicas e investimento social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres? Tradução de Michéle Nahas. In: **Estudos Sociológicos**, Araraquara - SP, V.17, nº. 32, p. 87-106, 2012.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. In: **Saúde e Soc. São Paulo**, V. 18, nº. 04, pp. 733-743, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 3ª. Ed. São Paulo: Perspectiva 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama & SILVA, Sabrina Souza da. **O Programa de Justiça Terapêutica no Estado do Rio de Janeiro**: um balanço de seu funcionamento. Trabalho apresentado na VI Reunião de Antropologia do MERCOSUL, 2005.

_____, & SOUZA, Suellen André de. **Os Desafios da Lei Maria da Penha como Política Pública de Gênero**. Artigo apresentado no Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. Florianópolis, 2010.

_____. Representações de Gênero e Atendimento Policial a Mulheres Vítimas de Violência. **Revista Internacional Interdisciplinar** – Interthesis, Vol. 6 – nº 2, jun/dez 2009.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Política Pública e Cultura**: as Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher. Trabalho apresentado na VII Reunião de Antropologia do MERCOSUL. 2007.

_____. **Da legitimação à condenação social**. In: PINSKY; PEDRO (org.) Nova História das Mulheres, Editora Contexto. pp. 286 - 312. 2012.

LOPES, E. **Política e segurança pública**: uma vontade de sujeição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Trad. Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MIRANDA, Ana Paula M. de; NASCIMENTO, Nívio C.; MELLO, Katia Sento-Sé. **Segurança Pública, segurança social e segurança humana**. Org. Ana Paula Mendes de Miranda e Kátia Sento-Sé. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006.

MIRANDA, Ana Paula M; OLIVEIRA, Marcella B.; PAES, Vivian F. Antropologia e políticas públicas: notas sobre a avaliação do trabalho policial. In: **Cadernos de Antropologia Social**, nº. 25, p. 51-70, 2007.

MORAES, Maria L. Q. **Cidadania no feminino**. In: História da Cidadania. In: Pinsky, Jaime e Pinsky, Carla, B. (orgs.). História da Cidadania. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

NADER, Maria Beatriz. A mulher e as transformações sociais do século XX: a virada histórica do destino feminino. In: **Dimensões - Revista de História da UFES**, nº 7, 1998.

_____. **Reclusão Biológica e Transgressão Feminina**: a mulher entre dois destinos. In: **Dimensões – Revista de História da UFES**, Nº 13, 2001.

NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ODON, Tiago Ivo. Segurança Pública: ontem e hoje. In: **Revista Senatus**: Brasília. V. 6, nº1, p.59-65, maio 2008.

OLIVEIRA, Ana Sofia S. **Políticas Públicas de Segurança e Políticas de Segurança Pública: da teoria à prática**. In: Gabinete de Segurança Institucional - das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança: ILANUD, 2002.

OLIVEIRA, Fátima B. (et al.). **Desafios da gestão de segurança pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas**. Anuário Antropológico/2006, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2008.

OLIVEIRA, Marcela Beraldo. **Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual**. In: Debert, Guita Grin et alii – Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri, Campinas (SP), Núcleo de Estudos de Gênero – **Pagu/ Unicamp**, pp.15-49. 2008.

PINSKY, Jaime e Pinsky, Carla B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PEDRO, Joana M^a. **Corpo, Prazer e Trabalho**. In: PINSKY; PEDRO (org.) Nova História das Mulheres. Editora Contexto. pp. 238 - 259. 2012.

PORTES, Alejandro. **Capital social**: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 33, Oeiras, set/2000.

Prefeitura Municipal de Vila Velha. Termo de referência para Contratação de Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica para Contratação de equipe técnica, Capacitação de Equipe Multidisciplinar, Seleção e Capacitação por oficinas das Mulheres do Projeto Mulheres da Paz, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), no território da Região da Grande Terra Vermelha. Vila Velha (ES). Maio/ 2009.

SANTOS, Lianzi dos Santos. **Mulheres em cena**: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SCAVONE, LUCILA. Gênero, Feminismos e Políticas Sociais. In: **Desafios à segurança pública**: controle social, democracia e gênero / Luís Antônio Francisco de Souza, Bóris Ribeiro de Magalhães, Thiago Teixeira Sabatine (org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. 1995.

SENTO-SÉ, João Trajano. A construção de um discurso sobre segurança pública no âmbito nacional: Apontamentos para um programa de pesquisa. In: **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 – nº 3 - Jul/Ago/Set. 2011 - pp. 501-521. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-4-3-Art5.pdf>. Acesso em 09/abr/2012.

SILVA Fº, José Vicente da. **A violência no Brasil requer ações concretas**: Segurança Pública. Braudel Papers, São Paulo, n. 34, p. 3-14. 2003. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp34_pt.pdf>. Acesso em 18/ abr/2012.

SILVA, L. A. M. da. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: Sociedade e Estado, vol. 19, nº1, Brasília. Jan./jun. 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a04.pdf. Acesso em 26/set/2009.

SILVEIRA. Fabiano Augusto Martins. **O Plano Nacional Antiviolença**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/direito/OPlanoNacional.pdf>. Acesso em 09/abr/2012.

SOARES, Luis Eduardo. **O Regime de Representação Feminino e as Implicações Recíprocas entre Processos de Subjetivação e Violência**. In: Segurança Pública: outros olhares, novas possibilidades. Brasília, pp.136-159. 2009.

_____. A Política Nacional de Segurança Pública: históricos, dilemas e desafios. In: **Estudos Avançados**. V. 21, 2007.

_____. Novas Políticas de Segurança Pública. In: **Estudos Avançados**, V. 17. Nº. 47. São Paulo. Jan/abr 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100005&script=sci_arttext. Acesso em 20/abr/2012.

_____. **Segurança Pública: presente e futuro**. In: **Estudos Avançados**. Nº 20 (56), pp. 91-106, 2006.

SOIHET, Rachel. **A conquista do espaço público**. In: PINSKY; PEDRO (org.) Nova História das Mulheres, Editora Contexto 2012 pp. 220-237.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. **O Gênero da “Nova Cidadania”**: O Programa Mulheres da Paz. In: **Sociologia & Antropologia**. V.01-02, pp.147 – 164, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: **Sociologias**. Porto Alegre, nº16, dez. 2006.

TEIXEIRA, Analba Brasão. **As políticas de segurança e a violência contra as mulheres: a luta por visibilidade, direitos e reconhecimento da diversidade**. In: Cadernos Temáticos da Conferência de Segurança. Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos. Ano1. Nº 9. Ministério da Justiça. 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. Paulus, 2003. (Alternativa).

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8ª. Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil. São Paulo: **Instituto Sangari**; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. V. 1, 4º ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

XAVIER, Antonio Roberto. **Segurança Pública no Estado Democrático de Direito no Brasil**. Texto disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_17650/artigo_sobre_seguran%C3%87a_p%C3%9Ablica_no_estado_democr%C3%81tico_de_direito_no_brasil. Acesso em 09/abril/2012.

LEGISLAÇÕES

BRASIL. **Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007**, que “Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências”. Ministério da Justiça. Brasília. 2007.

_____. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**, que Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), alterado pela Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008. Ministério da Justiça. Brasília. 2008.

_____. **Decreto nº 6490, de 19 de junho de 2008**, Regulamenta os artigos 8º-D e 8º-E da Lei no 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e revoga o Decreto no 6.390, de 08 de março de 2008. Ministério da Justiça. Brasília. 2008

_____. **Diagnóstico da incidência de homicídios nas regiões metropolitanas**. Manual de Convênios do PRONASCI. Ministério da Justiça. 2ª ed. Brasília. 2008

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001**, que institui a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública e, dá outras providências. Ministério da Justiça. Brasília. 2001.

_____. **Conselho Nacional de Segurança Pública**. Ministério da Justiça. Brasília. 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em 24/abril/2012.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Ministério da Justiça. Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Ministério da Justiça. Brasília. 2000.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2ª Reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 236 p. 2008.

_____. **Segurança Pública: Outros olhares, novas possibilidades**. Editado por Aparecida Gonçalves, Ane Teixeira da Cruz. Organização de João Trajano Sento-Sé - Brasília: SPM, 176 p. 2009.

_____. **Cadernos Temáticos da Conseg. Movimentos Sociais e Segurança Pública:** a construção de um campo de direitos. pp.19-24. Ano 1. N°. 9. Ministério da Justiça. Brasília, 104 pp. 2009.

_____. **Mulheres da Paz:** Capacitação para cultivar a paz nas comunidades. PRONASCI. Ministério da Justiça. Brasília, 14 pp. 2009.

_____. **Mulheres da Paz:** Levando a cultura da paz para a sua comunidade. PRONASCI. Ministério da Justiça. Brasília, 20 pp. 2009

_____. **Cultura de Paz:** novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. Cartilha nº 4. Ministério da Justiça. Brasília. 2010. Disponível em <http://www.soudapaz.org/Default.aspx?tabid=79&tag=0&assunto=28>. Acesso em 15/ago/2012.

ANEXOS

ANEXO 1 - Mapa da Região de Terra Vermelha

ANEXO 2 - Folheto de Divulgação do Projeto

ANEXO 3 – Programa da Capacitação

 <p>PREFEITURA DE VILA VELHA Tempo de construir</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA</p> <p>SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL</p> <p>GERÊNCIA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA</p>
--	---

PROJETO MULHERES DA PAZ

PERÍODO: 2009/02

LOCAL: TERRA VERMELHA

PROGRAMA

- EMENTA DOS TEMAS GERADORES

Mulheres Protagonistas

UNIDADE I – (Re) construindo Olhares

1.1. Relações Interpessoais e Subjetividade:

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes à percepção e sensibilidade, interação e diálogo, identidade feminina, comunicação pacífica, autoestima, respeito ao outro, o conceito de alteridade, sociabilidade, autoconhecimento.

1.2. Novos Olhares sobre as Juventudes:

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes ao protagonismo juvenil, construção social da juventude, perspectivas e visões da juventude e implicações destas, identidade jovem, tempo livre trabalho e juventude, educação e juventude.

1.3. Relações de gênero e raça:

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes a perspectivas de gênero, fatos e mitos, discriminação de gênero e raça, conceitos de raça e etnia, racismo, cultura negra, ações afirmativas, identidade étnica, autoafirmação.

1.4. Protagonismo Social: Liderança e Movimento Social:

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes à participação comunitária, ações comunitárias, movimentos sociais, personalidades representativas no campo, solidariedade comunitária, economia solidária.

15. Ações PRONASCI: Programas dos governos Federal, Estadual e Municipal:

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes ao histórico de elaboração destes programas, órgãos e entidades envolvidos nos programas, objetivos do programa e público-alvo destes programas.

- **Mulheres de Direitos**

UNIDADE II – (Des)construindo conceitos

2.1. Ética, cidadania, direitos humanos e acesso à Justiça:

Os conteúdos desenvolvidos neste tema deverão contemplar noções de valores e responsabilidades, princípios práticos de ética e cidadania, conceitos e princípios básicos de direitos humanos, a percepção de violação dos direitos humanos, organismos de defesa dos direitos humanos.

2.2. Violência Doméstica: - Aportes Legais (Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso Estatuto da Criança e do Adolescente)

Os conteúdos desenvolvidos neste tema deverão contemplar noções de acesso à justiça (delegacias especializadas) atuação dos Conselhos Tutelares, negligências e violações de direitos, formação de grupos (de convivência, apoio, geração de trabalho e renda, etc.)

2.3. Família e Saúde:

2.3.1. Sexualidade e DST/AIDS:

Os conteúdos desenvolvidos neste tema deverão abordar temáticas como: planejamento familiar, conhecimento do próprio corpo, higiene pessoal, fatos e mitos, valores, gravidez indesejada, serviços de saúde.

2.3.2. Drogas:

Os conteúdos desenvolvidos neste tema deverão contemplar conceito de drogadição, prevenção, tratamento e reinserção social, dependências: químicas e não- químicas, redução de danos, uso e dependência, classificação: lícitas e ilícitas

2.4. Polícia e Comunidade:

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes ao conceito de segurança cidadã, políticas de prevenção à violência, polícia comunitária, parceria polícia e comunidade.

2.5. Mídia e Violências:

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes mídias positivas, expressões artísticas, atitudes e conseqüências, valores e grupos sociais, tipos de violências.

- **Mulheres Mediadoras**

UNIDADE III: (Re) construindo cotidianos

3.1. Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos

Será necessário construir neste tema os conceitos de mediação de conflitos, técnicas de mediação, justiça comunitária, o papel do mediador.

- **Mulheres de Presença**

UNIDADE IV: ampliando Horizontes

4.1. Conhecimentos de informática

Este tema deverá trabalhar sob as perspectivas da inclusão digital, fornecimento de noções básicas e informática (Word, Excel, PowerPoint, softwares livres), redes sociais digitais, comunicação digital.

4.2. Noções de etiqueta e marketing pessoal

Neste tema deverão ser desenvolvidos conteúdos referentes à etiqueta social, oralidade, apresentação pessoal cuidados com a imagem.

4.3. Educação Ambiental.

Este tema deverá trabalhar questões como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, coleta seletiva e reciclagem, proteção ambiental, degradação ambiental, saúde pública e meio ambiente.

- **Mulheres Perceptivas**

UNIDADE V: Observação Participante

Práticas a ser desenvolvida durante toda formação e vivência.

TEMAS GERADORES

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Módulo I – (Re) construindo Olhares	60 h
Relações Interpessoais e Subjetividades	9 h
Novos Olhares sobre as Juventudes	9 h
Relações de Gênero e Raça	12 h
Protagonismo Social: Liderança e Movimento Social	12 h
Ações PRONASCI	6 h
Programas dos governos Federal, Estadual e Municipal	12 h
Modulo II – (Des) construindo conceitos	92 h
Ética, cidadania, direitos humanos e acesso à Justiça	12 h
Violência Doméstica: Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso e ECRIAD	21 h
Família e Saúde: Sexualidade e DST/AIDS	15 h
Família e Saúde: Drogas	12 h
Polícia e Comunidade	12 h
Mídia e Violências	20 h
Modulo III – (Re) construindo cotidianos	40 h
Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos	40 h
Modulo IV – Ampliando Horizontes	48 h
Conhecimentos de informática	21 h
Noções de etiqueta e marketing pessoal	12 h
Educação Ambiental	15 h
Modulo V – Observação Participante *	Permanente
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	240 horas

ANEXO 4 - Roteiro de Entrevistas**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

Esta entrevista está sendo realizada na cidade de Vila Velha, tendo início às _ h e _ min. Hoje, dia ___ de ___ de 20___, eu, Ana Carla de O. Pinheiro, realizo esta entrevista com _____, que está ciente de que seu depoimento será utilizado no trabalho que realizo para o curso de mestrado na UENF; sendo respeitado o sigilo de sua identidade. Está (ão) presente no momento da gravação desta entrevista: ____, ____ e _____.

Roteiro de Entrevista**I - Identificação:**

1 - Nome

2 - Idade

3 - Profissão

4 - Função

5- Tempo de exercício no

projeto

II - Percepção da comunidade

6 - Como você caracteriza esta comunidade?

7 - Qual a relação existente entre a comunidade e o projeto?

8 - Como a comunidade responde (participa) ao Projeto?

9 - Como o Projeto atende (participa) da comunidade?

10 - Por que a escolha desta comunidade para a implementação das ações do Pronasci?

III - Percepção do Programa

11 - O que é o Pronasci?

12 - Como soube do Pronasci?

13 - Quais os objetivos do Pronasci?

14- Como alcançá-los?

15 - Quais são as potencialidades do Pronasci? E suas limitações?

16 - Como avalia o Pronasci?

IV – Percepção do Projeto

17 - O que é o Protejo (ou Mulheres da Paz, se for o caso)?

18 - Quais os objetivos do projeto?

19 – Como alcançá-los?

20 - Qual o público-alvo a quem se destina o projeto?

21 - Atende ao público a que se destina?

22 - Qual a dinâmica do projeto (como funciona, qual a rotina)?

23 - Qual o perfil do público que permaneceu no projeto? E do que evadiu?

24 - Qual (s) a principal característica do projeto?

25 - Qual (s) a(s) potencialidades do projeto? E limitações?

26 - Qual (s) o (s) desafio (s) do projeto?

27 - Como se relaciona com o projeto Mulheres da Paz (ou Protejo, se for o caso)?

28 - No âmbito institucional, quais são as relações do Projeto?

29 - De modo geral, como avalia o projeto?

ANEXO 5 – Roteiro do Grupo Focal

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL

***Equipe:** Moderador:

Relatores:

***Participantes:**

***Serão quatro blocos de questões para fomentar a discussão:**

1 - Características das lideranças:

- ✓ Por que se consideram/tornaram lideranças na sua comunidade?
- ✓ Qual tem sido a sua atuação, enquanto lideranças, na comunidade frente a qualquer acontecimento de violência?
- ✓ As pessoas te vêm como uma liderança ou referência positiva? Por quê?
- ✓ Quem são essas pessoas que te identificam assim?

2 - Percepções da comunidade

- ✓ Há quanto tempo moram na comunidade e como se formou sua comunidade?
- ✓ Quais são os principais problemas da sua comunidade?
- ✓ Quais são os principais problemas enfrentados pelos jovens das suas comunidades?
- ✓ O que você identifica como violência em sua comunidade?

3 - Hábitos e Visão de Mundo

- ✓ Como você define cidadania?
- ✓ Quais são os direitos considerados essenciais por você?
- ✓ Quais os meios mais adequados para se garantir o acesso aos direitos?
- ✓ O que você identificou como igual e o que era diferente entre sua realidade e as das famílias visitadas?

- ✓ E como lidar com casos de violência como as: violências entre vizinhos, colegas de trabalho, conflitos fortuitos, disputas, acerto de contas, adultério, briga de casal, desenlaces amorosos, etc.
- ✓ Como lidavam com os adolescentes em conflito com a lei que eram encaminhados ao Protejo?

4 - Expectativas e engajamento com o projeto Mulheres da Paz

- ✓ Ainda se veem como “mulher da paz”
- ✓ Quais seriam as medidas mais importantes para diminuir a violência em sua comunidade?
- ✓ Como “mulher da paz”, a quem vocês recorrem diante de uma situação de violência?
- ✓ Qual é o tipo de apoio mais importante para acabar com a violência - jurídico, psicológico, econômico ou social? Dê exemplos.
- ✓ Como evitar que essa violência seja continuada ou reproduzida pelos jovens da comunidade?
- ✓ Vocês se sentem qualificadas ou capacitadas para atuar na comunidade? Como foi tua atuação em relação ao projeto “Mulheres da Paz”?

ANEXO 6 – Questionário Aplicado aos jovens PROTEJO

Data: ____/____/____ N° _____



UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROTEJO - A

BLOCO 1 – PERFIL

1) Sexo:		2) Idade:	
() masculino () feminino		_____ anos	
3) Você se considera: () negro () branco () mulato () indígena () oriental			
4) Residência: () Barrameres () João Goulart () Morada da Barra () Jabaeté () Terra Vermelha			
5) Ocupação: () estudante () emprego formal () emprego informal () não tem			
6) É atendido (a) por algum programa assistencial do governo?		6.1) Se sim, qual?	
() Não () Sim		() Bolsa Família () PETI	
		() Bolsa Escola () Nenhum	
		() Projovem () Outros.	
		Especifique:	
7) Quem é responsável por você? () pai () mãe () avós () irmãos () tios () é independente			
8) Quantas pessoas vivem em sua casa? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ou mais			
9) Quantos cômodos têm sua casa? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais			
10) De onde você veio?			
() sempre residiu no município			
() de outro bairro do município			
() de outro município do ES. Especifique: _____			
() de outro estado. Especifique: _____			

BLOCO 3 – EDUCAÇÃO E CULTURA

18) Nível de escolaridade:

 não alfabetizado ensino fundamental incompleto ensino médio completo ensino fundamental completo ensino superior incompleto ensino médio incompleto

Instrução familiar:

19) Pai / responsável:

 ensino fundamental incompleto ensino médio completo ensino fundamental completo ensino superior incompleto ensino médio incompleto ensino superior completo

19.1) Mãe / responsável:

 ensino fundamental incompleto ensino médio completo ensino fundamental completo ensino superior incompleto ensino médio incompleto ensino superior completo20) Você costuma ler? Não Sim

20.1) Se Sim, o que?

 jornais livros revistas científicas livros escolares revistas de fofocas não leio revistas de carros outros. Especifique: _____ quadrinhos

Utilize a **TABELA abaixo** para responder as perguntas abaixo separando os números de suas respostas com vírgula.

21) Quais lugares ou eventos você costuma frequentar? _____

Outros.

Especifique: _____

22) Quais lugares ou eventos você gostaria de frequentar? _____

Outros.

Especifique: _____

23) Quais lugares ou eventos você não conhece? _____

Outros.

Especifique: _____

24) Quais lugares ou eventos você costuma ir com sua família? _____

Outros.

Especifique: _____

TABELA:

1- parques/praças	7- festas com amigos	13- evento esportivo pago	19- biblioteca (fora da escola)
2- culto religioso	8- cinema	14- prática de esportes	20- teatro
3- praia ou rio	9- shopping	15- escola de samba	21- palestras
4- restaurantes	10- parque de diversão	16- música clássica	22- oficinas
5- bar	11- circo	17- show de música	23- viajar
6- lanchonete	12- clube de lazer	18- museu	24- Nenhum

BLOCO 4 – PERCEPÇÕES SOBRE O PROTEJO

25)

26)

27) Por que está no PROTEJO?

 pela bolsa porque é interessante pelos amigos equipe e educadores por não ter outra coisa para fazer Outros. Especifique: _____

28) O que é mais importante no PROTEJO?

 os amigos a equipe os educadores os conteúdos e atividades os valores Outros. Especifique: _____

29) Para você há alguma coisa para mudar ou melhorar no PROTEJO?

 Não Sim. O que? _____

30) Depois de participar no PROTEJO alguma coisa mudou em sua vida?

 Não Sim. O que? _____

31) Acha que ter participado no PROTEJO contribuirá para melhorar o seu futuro:

 sim, muito mais ou menos sim, mas pouco não contribuirá em nada não sei responder

32) Quem é a Mulher da Paz que atende ao seu bairro? _____

33) O que ela faz como Mulher da Paz? _____

34) Para você, qual é o papel de uma Mulher da Paz? _____

35) Você acha que os projetos do PRONASCI diminuam a violência no seu bairro?

 Não Sim. Por que? _____

BLOCO 5 - REDES E VÍNCULOS SOCIAIS

<p>36) O que considera violência?</p> <p><input type="checkbox"/> ridicularização</p> <p><input type="checkbox"/> agressão física</p> <p><input type="checkbox"/> xingamento</p> <p><input type="checkbox"/> agressão psicológica</p> <p><input type="checkbox"/> exclusão</p> <p><input type="checkbox"/> agressão moral</p> <p><input type="checkbox"/> gritos</p> <p><input type="checkbox"/> todas citadas acima</p> <p><input type="checkbox"/> outros.</p> <p>Quais: _____</p>	<p>37) Você já sofreu alguma destas situações?</p> <p><input type="checkbox"/> ridicularização</p> <p><input type="checkbox"/> agressão física</p> <p><input type="checkbox"/> xingamento</p> <p><input type="checkbox"/> agressão psicológica</p> <p><input type="checkbox"/> exclusão</p> <p><input type="checkbox"/> agressão moral</p> <p><input type="checkbox"/> gritos</p> <p><input type="checkbox"/> todas citadas acima</p> <p><input type="checkbox"/> outros.</p> <p>Quais: _____</p>
<p>38) Qual a sua opinião sobre as afirmativas abaixo:</p> <p>38.1) Alguém destruir ou estragar de propósito um bem público.</p> <p><input type="checkbox"/> discordo completamente <input type="checkbox"/> concordo plenamente <input type="checkbox"/> sou indiferente</p> <p><input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> concordo em parte</p>	
<p>38.2) Furtar algo, mesmo que o valor seja insignificante.</p> <p><input type="checkbox"/> discordo completamente <input type="checkbox"/> concordo plenamente <input type="checkbox"/> sou indiferente</p> <p><input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> concordo em parte</p> <p>Por quê? _____</p>	
<p>38.3) Bater ou ameaçar bater em alguém.</p> <p><input type="checkbox"/> discordo completamente <input type="checkbox"/> concordo plenamente <input type="checkbox"/> sou indiferente</p> <p><input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> concordo em parte</p> <p>Por quê? _____</p>	
<p>39) O que você considera crime? _____</p>	

<p>40) Você já experimentou algum dos itens abaixo?</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum</p> <p><input type="checkbox"/> álcool</p> <p><input type="checkbox"/> cigarro</p> <p><input type="checkbox"/> maconha</p> <p><input type="checkbox"/> cocaína</p> <p><input type="checkbox"/> crack</p> <p><input type="checkbox"/> anabolizantes / inibidores de apetite() outros.</p> <p>Quais:_____</p>	<p>41) Por que experimentou?</p> <p><input type="checkbox"/> curiosidade</p> <p><input type="checkbox"/> fácil acesso</p> <p><input type="checkbox"/> influência de amigos</p> <p><input type="checkbox"/> foi obrigado</p> <p><input type="checkbox"/> nunca experimentou</p> <p><input type="checkbox"/> outros.</p> <p>Quais:_____</p>
<p>42) Você acha seu bairro violento?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p>	
<p>43) Você ou alguém próximo a você já teve problemas com a polícia?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>43.1) Se sim, quem?</p> <p><input type="checkbox"/> você <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> padrasto <input type="checkbox"/> madrasta <input type="checkbox"/> irmãos <input type="checkbox"/> amigos</p> <p><input type="checkbox"/> outros. Quem?_____</p>	

ⁱQue foram as atividades, como o acompanhamento dos jovens do PROTEJO e de suas famílias, a organização de palestras e oficinas, e a participação em eventos na comunidade (como por exemplo, ações de cidadania, mobilizações em prol de alguma demanda, etc.).